



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo)**



ACSSUEL DE SOUSA LISBOA

**ASSOCIATIVISMO RURAL: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ- BAHIA**

Vitória da Conquista - BA
2019

ACSSUEL DE SOUSA LISBOA

**ASSOCIATIVISMO RURAL: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ- BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico
Linha de pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Viana de Alcantara.



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos Creative Commons

L749a

Lisboa, Acssuel de Sousa.

Associativismo rural: estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar no município de Anagé-Bahia. / Acssuel de Sousa Lisboa, 2019.

138 f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Fernanda Viana de Alcantara.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de

Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 124 – 130.

1. Agricultura Familiar – Associativismo rural. 2. Espaço rural. 3. Desenvolvimento Rural e agricultura familiar. 4. Agricultura familiar – Município Anagé-Bahia. I. Alcantara, Fernanda Viana de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. T. III.

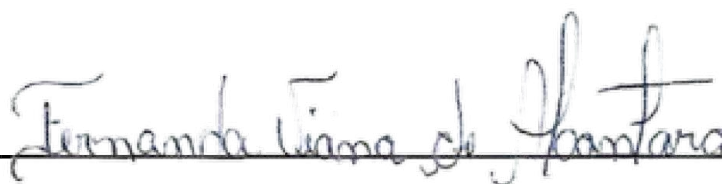
CDD: 338.1

ACSSUEL DE SOUSA LISBOA

**ASSOCIATIVISMO RURAL: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ- BAHIA**

Aprovada em 25 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA



**Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Viana de Alcantara (PPGeo/UESB)
Orientadora**



**Prof^º. Dr^º. José Eloízio da Costa (PPGeo/UESB)
Examinador interno**



**Prof^ª. Dr^ª. Diana Mendonça de Carvalho (UFS)
Examinadora externa**

Vitória da Conquista, março de 2019.

Com muito carinho, dedico:

*À **Deus**, por me permitir concluir esse trabalho.
Aos meus pais **Edina** e **José**, que, com amor,
sempre me apoiaram e me ensinaram o
significado da vida.*

*À minha amada avó **Zinha** (in memoriam), pelo
carinho.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e de todos, agradeço imensamente a **Deus** pelo dom da vida e por me proporcionar tudo que tenho: “Deem graças ao Senhor porque ele é bom; o seu amor dura para sempre.” (Salmos 107:1).

Expresso minha gratidão e reconhecimento também às pessoas que me cercam exalando, direta ou indiretamente, carinho, admiração e contribuições. Em especial:

Aos meus pais **Edina** e **José** pelo amor revelado por meio do apoio, incentivo e outros infinitos gestos e sentimentos que me permitiram chegar aonde cheguei da melhor forma possível;

Ao meu irmão **Ricardo**, a minha cunhada **Andriele** e a minha amada sobrinha **Alice** que, de alguma forma, sempre me apoiaram e fazem os meus dias melhores;

À minha eterna amada avó **Zinha** (*in memoriam*) pelo carinho, cuidado, amor e admiração;

À minha prima-irmã **Carine** pelo carinho, admiração, respeito e apoio, inclusive contribuindo na aplicação dos questionários da pesquisa.

Em resumo, a todos os familiares que tornam a vida mais bonita.

À professora, orientadora e amiga, **Fernanda Alcantara**, pelo compromisso, dedicação e conhecimento compartilhado desde a graduação, me ensinando alguns caminhos para se pensar com sobriedade a imensa Geografia. E claro, pela paciência, humildade e compreensão, elementos relevantes no processo de pesquisa.

À professora **Greiziane Araujo**, pelo carinho e partilhamento da turma e do seu conhecimento no tirocínio.

Aos professores do Ppgeo, em especial: **Ana Emília Ferraz**, **Espedito Maia**, **Altemar Rocha**, **Mario Santana**, **Suzane Tosta**, **Meirilane Maia**, **Jânio Santos** e **Jânio Diniz**, que se dedicam e desempenham um belo trabalho que contribuíram significativamente na nossa qualificação profissional, acadêmica e pessoal.

À **Nadia Sousa**, **Vagner Alves** e **Crislane Oliveira** que se tornaram amigos de verdade compartilhando momentos, tanto acadêmicos como pessoais desde a graduação. Junto a eles, no percurso do mestrado, chegam para somar, **Fernanda Lacerda**, **Minéia Venturini** e **João Ernandes**, consolidando um grupo de amigas verdadeiras que contribuiu muito nesse processo.

Aos colegas que se transformaram em amigos na caminhada, alguns desde a graduação em geografia: **Debora Oliveira, Matheus Costa, Patricia Godoia, Gabriela Plácido, Daniela Seles e Marilia Faria.**

À **Janaina**, secretária do PPGeo, que, com toda a sua competência, sempre esteve disponível para ajudar.

A todos os colegas da turma do mestrado por compartilhar suas variadas visões e conhecimentos que contribuíram significativamente na minha formação.

À minha grande amiga **Fabiana Matos**, pelos momentos agradáveis compartilhados e pela bondade de contribuir com o seu conhecimento sobre a língua portuguesa, leituras de parte dessa dissertação.

A todos os sujeitos e entidades que contribuíram para efetivação da presente pesquisa, inclusive as **associações rurais do município de Anagé – BA**, o **CMDS**, **UAMA** e **SINTRAF** pelas informações partilhadas; sem elas a pesquisa não seria exequível.

Aos examinadores, **Dr^a Diana Medonça de Carvalho** e **Dr^o José Eloisio da Costa**, pelas ricas contribuições, tanto na qualificação como na defesa, que foram relevantes para a qualidade do texto.

Por fim, agradeço grandemente à **UESB** pela estrutura e apoio que garantiram a minha permanência no mestrado. Ao **PPGeo** que tem sempre se empenhado para garantir a crescente qualidade da nossa formação. E à **CAPES** pelos incentivos e cobranças que visam o desenvolvimento do Programa.

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos”.

(Isaac Newton)

RESUMO

Entender a dinâmica do espaço rural ao longo do tempo é fundamental para a compreensão do processo de (re) produção do espaço geográfico, uma vez que apresenta relações sociais de diferentes formas como as desenvolvidas na prática associativa dos agricultores familiares e que merecem ser analisadas. Desse modo, o presente estudo lança o olhar geográfico para a análise da relação entre associativismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento rural na produção do espaço do município de Anagé – Bahia. A expressiva quantidade de associações rurais presentes no município de Anagé resultou na inquietação e no interesse de compreender a representatividade dessas entidades na vida do agricultor familiar e, concomitantemente, nas comunidades em que vivem, ao considerar as relações sociais, econômicas e culturais que se constituem neste processo. O caminho metodológico para o desenvolvimento da pesquisa partiu de discussões teóricas conceituais, de análises documentais e da pesquisa de campo imbuída de observações, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Com o propósito de alicerçar todo o estudo, as reflexões teóricas e conceituais giram em torno dos debates relacionados ao espaço geográfico e ao espaço rural como categorias centrais da ciência geográfica, da agricultura familiar, do associativismo rural, do desenvolvimento rural e suas relações. No entanto, as reflexões teóricas integradas à análise geográfica dos dados e informações relacionadas à realidade da prática associativa desenvolvida pelos agricultores familiares do município de Anagé – Bahia, revelam que, além da expressividade em quantidade de associações, e apesar dos muitos problemas e desafios que limitam a consolidação do associativismo, desempenham um papel fundamental que permite, por meio da participação coletiva em busca da consciência de deveres e direitos básicos, melhorias significativas nas condições de vida do agricultor familiar e, simultaneamente, em busca por estratégias que, de alguma forma, contribuem para o processo de desenvolvimento rural e influenciam na produção e reprodução do espaço do município, uma vez que o espaço geográfico é dinâmico e se (re)produz através das diferentes relações sociais.

Palavras-chave: Espaço Rural. Associativismo Rural. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Understanding the dynamics of rural space over time is fundamental for understanding the process of (re) production of geographic space, since it presents social relations of different forms such as those developed in the associative practice of family farmers and that deserve to be analyzed. Thus, the study focuses on the analysis of the relationship between rural associations, family farming and rural development in the production of the space of the municipality of Anagé - Bahia. The significant amount of rural associations present in the municipality of Anagé resulted in the concern and interest of understanding the representativeness of these entities in the life of the family farmer and concomitantly in the communities where they live, considering the social, economic and cultural relations that constitute this process. The methodological path for the development of the research was based on conceptual theoretical discussions, documentary analysis and field research imbued with observations, application of questionnaires and semi-structured interviews. In order to base all study, the theoretical and conceptual reflections revolve around the debates related to geographic space and rural space as central categories of geographical science, family agriculture, rural association, rural development and their relations. However, the theoretical reflections integrated to the geographic analysis of the data and information related to the reality of the associative practice developed by the family farmers of the municipality of Anagé - Bahia reveals that, besides the expressiveness in the number of associations and despite the many problems and challenges that limit the consolidation of associativism, they play a fundamental role that allows, through collective participation in the pursuit of the awareness of basic duties and rights, significant improvements in the conditions of life of the family farmer and simultaneously the search for strategies that, in some way, contribute to the process of rural development and influence in the production and reproduction of the space of the municipality, once the geographic space is dynamic and produces/reptile through the different social relations.

Keywords: Rural Space. Rural Associations. Family farming. Rural Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Localização do município de Anagé no Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2017.....	16
Mapa 2: Localização das associações rurais pesquisadas no município de Anagé – BA, 2019.....	19
Mapa 3: Delimitações do município de Anagé-BA, 2013.....	79
Gráfico 1: Principais culturas produzidas no município de Anagé-BA, 2010.....	81
Gráfico 2: Efetivos dos principais rebanhos do município de Anagé-BA, 2010.....	82
Organograma 1: Organograma das principais instituições parceiras das associações rurais do município de Anagé – Bahia.....	90
Mapa 4: Localização das sedes das associações pesquisadas no município de Anagé-BA, 2019.....	92
Fotos 1 e 2: Sede da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau Ferro e Barra da Conceição, 2018.....	94
Fotos 3 e 4: Sede da Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso, 2018.....	96
Fotos 5 e 6: Local onde ocorrem as reuniões da Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro, 2018.....	98
Fotos 7 e 8: Um dos locais onde ocorrem as reuniões da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D’água, Salina e Riachão, 2018.....	99
Fotos 9 e 10: Sede da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte, 2018.....	101
Fotos 11 e 12: Sede da Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Canela de Ema, 2019.....	102
Gráfico 3: Principais motivos pelo qual os agricultores familiares começaram a participar das associações rurais no município de Anagé – BA, 2018.....	108
Gráfico 4: Como os associados tiveram conhecimento das associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.....	109
Gráfico 5: Tempo de participação dos associados nas associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.....	110
Gráfico 6: De que forma se dá a participação dos associados nas associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.....	111
Organograma 2: Representatividade das associações em uma palavra para os presidentes das associações pesquisadas no município de Anagé- BA, 2018.....	113

SIGLÁRIO

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro

CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal

CEDASB - Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia

CERB - Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia

CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

PME - Plano Municipal de Educação

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PPGEO – Programa de Pós-graduação em Geografia

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SINTRAF - Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar

UAMA - União das Associações do Município de Anagé

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O ESPAÇO RURAL EM QUESTÃO.....	23
2.1 A Ciência Geográfica e o Espaço geográfico: abordagem histórica.....	23
2.2 Espaço Rural e Espaço Rural brasileiro.....	33
2.3 As transformações do Espaço Rural brasileiro.....	40
3 AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO RURAL.....	50
3.1 Agricultura Familiar no Brasil: contexto histórico geral.....	50
3.1.1 Desenvolvimento rural e Agricultura Familiar.....	54
3.2 O Associativismo Rural como estratégia de fortalecimento do agricultor familiar.....	60
3.2.1 Associativismo e Participação social.....	68
3.3 A relação entre Desenvolvimento rural e Associativismo rural.....	75
4 O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL? ANÁLISE DA PRÁTICA ASSOCIATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE ANAGÉ- BAHIA.....	79
4.1 Características e produção da Agricultura Familiar no município de Anagé - Bahia.....	79
4.2 As práticas das organizações associativas no município de Anagé- Bahia	84
4.2.1 Uma análise das associações rurais do município de Anagé - Bahia... ..	91
4.3 A prática associativa como estratégia do agricultor familiar no município de Anagé – Bahia.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
5 REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE.....	133

1 INTRODUÇÃO

Compreender o espaço rural e as suas formas de (re)produção tem se tornado cada vez mais relevante e essencial no que diz respeito à análise da produção e reprodução do espaço geográfico. O espaço rural se apresenta como uma categoria histórica cercada de complexidades que envolvem diversas variáveis que se dinamizam ao longo do tempo. Variáveis essas que estão diretamente relacionadas às instabilidades ligadas ao seu entendimento ideológico e conceitual, intrínseco aos diversos olhares e concepções sobre o mesmo ao longo do processo histórico, ao analisar desde a visão que o concebia exclusivamente por meio das formas de produção até o avanço dessa equivocada concepção. É válido destacar que o espaço rural, mesmo com significativas mudanças, em especial no Brasil, ainda pode ser caracterizado pelas desigualdades imbuídas aos déficits sociais construídos ao longo da sua história.

Neste contexto, e principalmente na dinâmica dos municípios com um espaço rural de dimensão considerável, se destaca a agricultura familiar como categoria social que vem se consolidando por meio de lutas e resistências ao enfrentar as disparidades sociais e históricas no espaço. Essa categoria social possui características e expressões variadas que definem parte de sua organização e dinâmica territorial através de vínculos de consanguinidade, no qual a produção e a renda giram dentro da própria família e são viabilizadas para a manutenção da mesma, uma vez que, normalmente, não há separação entre trabalho e gestão, sendo responsabilidade de todos da família. Possui significativa importância no campo social, econômico e cultural do país, contudo, apesar das mudanças alcançadas ao longo do tempo, ainda há muitos desafios ligados, principalmente, à falta de reconhecimento político.

A agricultura familiar se destaca dentro do espaço rural nas últimas décadas e está diretamente atrelada ao processo de desenvolvimento rural e à superação da visão tradicional e equivocada do desenvolvimento ligado apenas a produtividade e ao crescimento econômico, o que contribui em uma nova visão que abarca, além da variável econômica, a social e cultural.

O desenvolvimento, como afirma Amartya Sen (2000), só pode ser alcançado por meio da expansão da liberdade humana, das liberdades que garantam os direitos da sociedade (liberdade políticas, de oportunidades sociais, de facilidades

econômicas, etc.). Entretanto, as liberdades se relacionam e podem ser concebidas no momento em que se começa a remover as privações que limitam as fontes de escolha das pessoas. Nessa dimensão, o desenvolvimento rural está intimamente relacionado com as mínimas, porém importantes mudanças nas condições de vida dos trabalhadores rurais, que até por décadas eram desassistidos de uma forma gritante e, posteriormente, por meio de lutas via mobilizações organizadas, foram reconhecidos enquanto categoria social agricultura familiar, têm conquistado algumas liberdades básicas por meio do planejamento e da implementação de políticas públicas.

Apesar de toda complexidade relacionada às dinâmicas do espaço rural e, especialmente o desenvolvimento rural, pode-se afirmar que há, nos últimos 20 anos, a percepção de ações iniciais com vista à descentralização no que se refere às políticas públicas rurais e concomitantemente à importância da agricultura familiar para o país.

Dessa forma, o desenvolvimento rural começa a se estruturar em caminhos opostos àquela equivocada e tradicional concepção de desenvolvimento, destarte, por meio de um constante posicionamento frente ao sistema capitalista que visa somente o aumento da produtividade e do lucro. Batalha essa que só foi desencadeada em função da mobilização e organização dos pequenos agricultores ancorados em marcantes práticas coletivas, inclusive no associativismo rural.

A prática associativa no espaço rural é fruto do constante esforço dos trabalhadores e se inicia no momento em que ocorre a expansão e legalidade do processo de participação social no país, garantindo a oportunidade e o direito de cobrança e intervenção no que tange as decisões políticas e sociais. Essa prática se encontra de forma expressiva no meio rural brasileiro, principalmente sendo constituída por agricultores familiares que, frente a uma sociedade excludente, buscam a garantia de uma vida humana com a satisfação das suas necessidades básicas.

Fundando-se em um momento de mudança no cenário social e econômico do país, em que as experiências participativas começam a ser incorporadas no processo de decisões políticas, pode-se afirmar que essa prática tem contribuído, mesmo que minimamente, para a superação das consequências da modernização da agricultura que acentuou as desigualdades e da tradicional questão agrária brasileira. Assim, as associações se firmam como possibilidades de conquistar

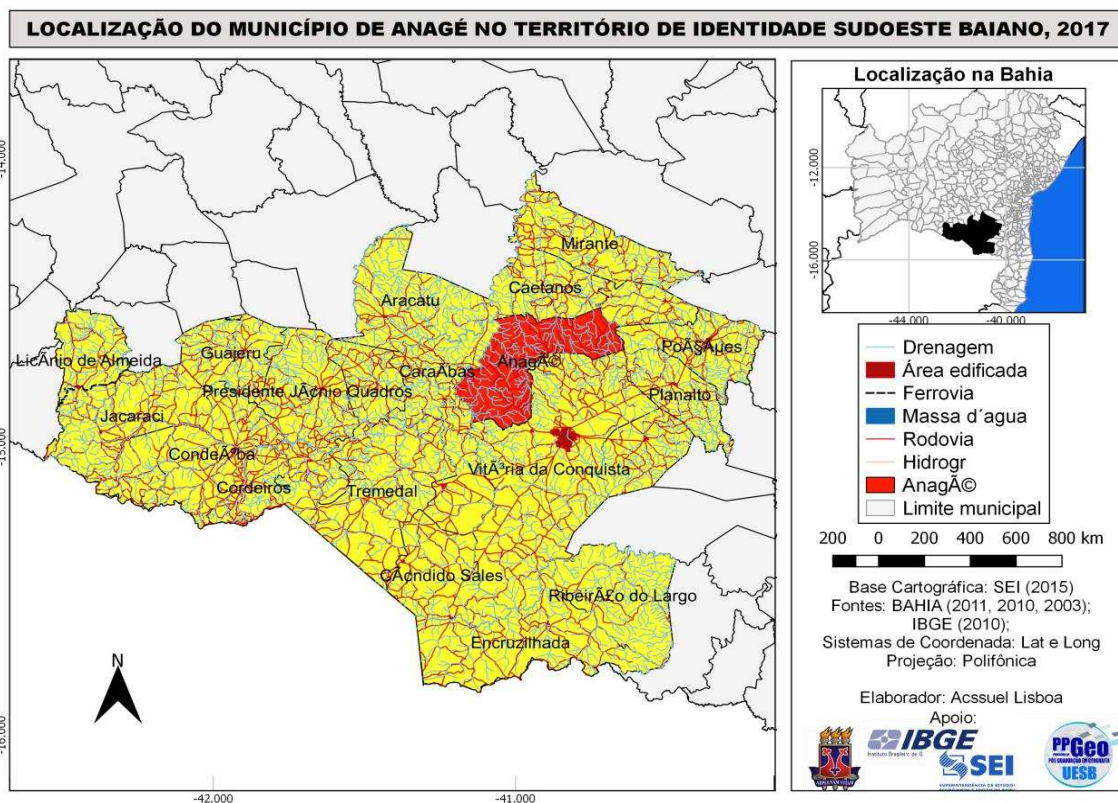
melhores condições de vida por meio de reconhecimentos que abrolem insumos que auxiliam no cenário de integração social, econômico e cultural.

Nesse contexto, a análise geográfica das práticas associativas dos agricultores familiares se torna essencial ao permitir uma leitura plural do complexo caminhar dessa categoria social na qual definem relações que influenciam no processo de produção e reprodução do espaço geográfico. Dessa maneira, a ciência geográfica fornece elementos pertinentes à possibilidade de uma coerente leitura que resvala nas intercessões categóricas e conceituais entre espaço, agricultura familiar e associativismo rural.

O presente estudo teve como objetivo a análise da relação entre o associativismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento rural na produção do espaço do município de Anagé – Bahia. A formulação da proposta de pesquisa consolidou-se especialmente por meio de inquietações alinhadas à expressividade na quantidade de associações rurais no município de Anagé – Bahia e do interesse em compreender o papel delas na vida dos agricultores familiares munícipes. Suscitando assim na seguinte e central problemática de análise: De que maneira a relação entre o associativismo rural e a agricultura familiar proporciona o desenvolvimento rural e como isso influencia na produção do espaço do município de Anagé-BA?

O município de Anagé localiza-se a 552 quilômetros de distância da capital Salvador - BA e faz parte da mesorregião centro sul baiana e da microrregião de Vitória da Conquista, situando-se entre as coordenadas geográficas de latitude Sul – 14°36'44" e de longitude Oeste 41°08'08", numa altitude de 384 metros do nível do mar. (IBGE, 2010). Na configuração político-territorial o município está contido no Território de Identidade Sudoeste Baiano juntamente com outros 23 municípios, conforme representação no Mapa 1:

Mapa 1 - Localização do município de Anagé no Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2017.



De acordo com o Censo Populacional 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Anagé era de 25.516 habitantes, sendo que 80,70% residem na zona rural.

A população do município é predominantemente rural e nesse espaço a pequena propriedade privada é expressiva, o que caracteriza a existência da agricultura familiar. Esta realidade adere grande relevância à pesquisa, visto que o agricultor familiar, marcado por pesos históricos, é impulsionado a desenvolver estratégias para garantir os direitos que permitam a sua permanência e reprodução no espaço rural.

Nessa direção, a prática associativa se apresenta de forma considerável no meio rural do município e cria condições que podem funcionar como propositor e fortalecedor da consciência social dos agricultores familiares promovendo ações articulatórias e organizadas em prol do bem comum. Porém, esse objetivo só poderá ser atingido se criados mecanismos que superem os desafios enfrentados pelas entidades de forma a promover a participação social de maneira abrangente, tendo em vista o real desenvolvimento social. Isso porque é notória a existência de interesses contraditórios aos consensuais, daí a importância de reforçar o discurso

da articulação, participação e planejamento para se caminhar em direção ao desenvolvimento rural.

No entendimento concernente à expressividade e importância do associativismo rural, resultante da articulação visando a consciência sobre os direitos e deveres básicos do agricultor e a facilitação do suprimento de demandas coletivas do município, especificamente o acesso às políticas públicas destinadas ao agricultor familiar, nota-se que tal relação proporciona insumos que contribuem para o desenvolvimento rural, entendido como um processo complexo que compreende diversas variáveis no espaço rural, inclusive a organização coletiva dos agricultores familiares visando a conscientização dos mesmos e a garantia da satisfação das suas necessidades básicas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa, porém não desprezando a importância dos aspectos quantificáveis que perpassam e dão suporte à compreensão da realidade. Primeiramente, foi realizado um extenso estudo bibliográfico relacionado, principalmente, às categorias e subcategorias: Espaço Geográfico, Espaço rural, Agricultura familiar, Desenvolvimento rural e Associativismo rural, no sentido de construir um coerente alicerce teórico que embasa todas as etapas da pesquisa.

Posteriormente realizou-se levantamento documental sobre as associações do município. Foram elaborados roteiros de entrevistas e aplicados aos sujeitos que militam e apoiam a dimensão das práticas organizacionais coletivas no município, a saber: o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDMS) de Anagé, o presidente da União das Associações do Município de Anagé (UAMA) e o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares (SINTRAF) de Anagé. Destacam-se ainda as observações em assembleias nesses espaços com o propósito de vivenciar as práticas e ações das entidades.

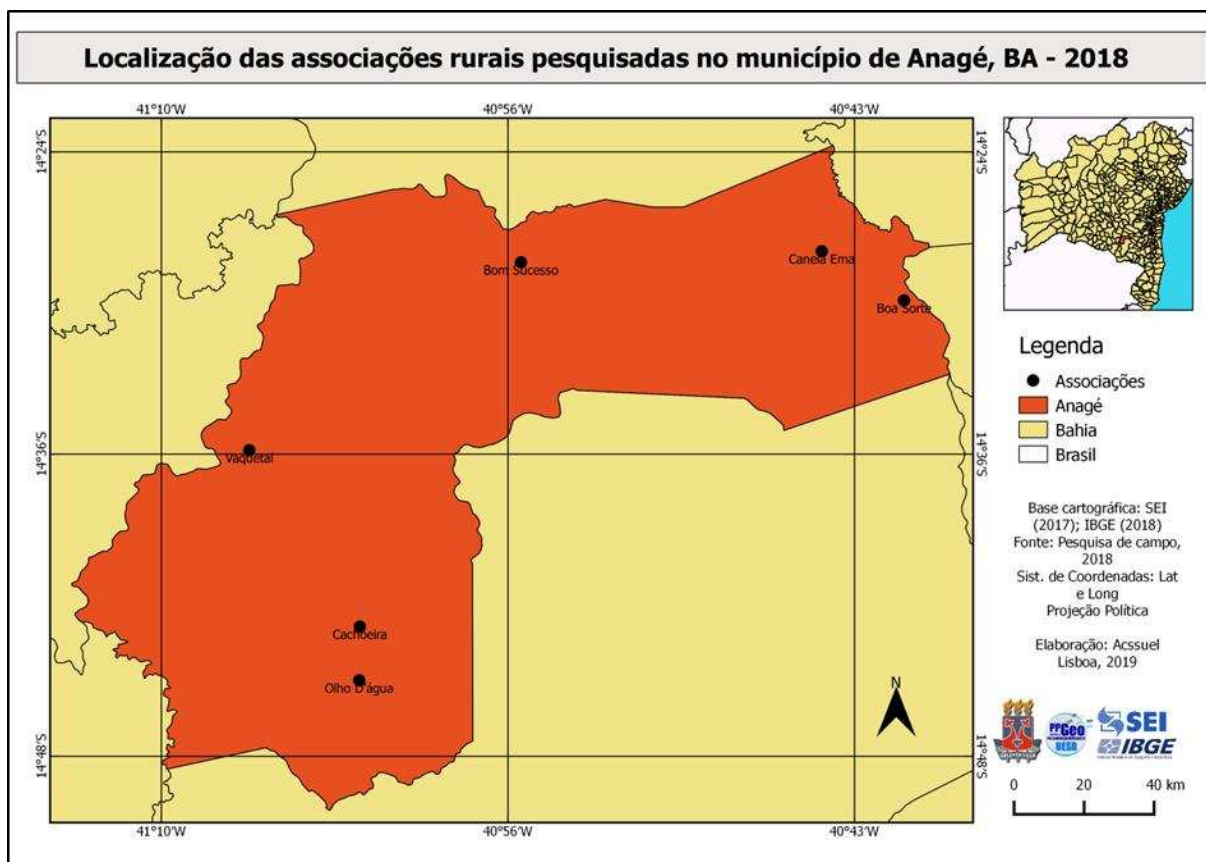
No processo, foram elaborados dois modelos de questionário, um destinado especificamente a associados e outros a dirigentes (em especial ao presidente). Visitou-se seis associações (Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau-ferro e Barra da Conceição, Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso, Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte e Associação de Moradores e

Pequenos Produtores Rurais de Canela de Ema), amostragem retirada do total das 52 associações rurais do município de Anagé – BA que possuem existência reconhecida pelo CMDS. Nesse contexto, intrínsecas às visitas, foram realizadas observações de assembleias e a aplicação de questionários nas associações alvo da pesquisa.

Com relação ao número de questionários, aplicou-se uma quantidade referente a 13% do número de associados de cada associação e mais um ao representante. No entanto, foram aplicados um total de 45 questionários. Alinham-se ainda ao referido momento, registros fotográficos das estruturas físicas e dos momentos no decorrer das assembleias, além da coleta, por intermédio do Sistema de Posicionamento Global (GPS), das coordenadas geográficas das associações alvo da pesquisa, para, articuladas aos dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentá-las por meio de informações cartográficas.

Destaca-se que a seleção das associações pesquisadas obedece aos critérios de: espacialidade dentro do município (conforme ilustrado no Mapa 2 a seguir), no sentido de se perceber qualquer influência relacionada às distintas localizações; mínimas diferenças de expressividade organizativa (informação obtida anteriormente à visita por sondagens realizadas no CMDS e na UAMA), com o propósito de identificar os fatores que influenciam, de diferentes formas, nas dinâmicas de cada uma.

Mapa 2 - Localização das associações rurais pesquisadas no município de Anagé – BA, 2019.



É válido salientar que as entrevistas semiestruturadas foram transcritas e os dados captados nos questionários tabulados e sistematizados dentro da elaboração de tabelas, gráficos e mapas para complementar a discussão, uma vez que são ferramentas indispensáveis à abordagem geográfica.

O enlace dos procedimentos e a análise geográfica proporcionaram a compreensão da realidade a respeito da prática associativa dos agricultores familiares do município de Anagé e a influência em suas vidas e respectivamente na produção do espaço geográfico. Levantaram-se informações relevantes tanto para o município como para a ciência geográfica, pois a temática do associativismo rural é, relativamente, pouco estudada por essa ciência.

As discussões que englobam a presente pesquisa foram estruturadas em cinco seções, sendo a primeira a apresentação de reflexões introdutórias. Na segunda seção é apresentada uma discussão teórica conceitual acerca do Espaço Geográfico e o Espaço Rural como categorias centrais para a Ciência Geográfica, no sentido de refletir sobre as teorias que perpassam as suas conceituações e entendimentos ao longo do tempo.

Na terceira seção, intitulada Agricultura Familiar e Associativismo Rural, apresenta-se uma discussão relacionada à conceituação, surgimento e o desenvolvimento da categoria social Agricultura Familiar e a sua importância nos cenários social, econômico e cultural do país. Imbuído ao processo de produção e reprodução dessa categoria, se encontra o Associativismo Rural como uma prática organizacional coletiva que se firma como estratégia que influencia na diminuição das privações do agricultor familiar e contribui para o desenvolvimento social. Assim, discute-se, teórico e conceitualmente, o associativismo rural brasileiro e sua representatividade para a agricultura familiar e concomitantemente no processo de desenvolvimento rural. Nesse contexto, relacionadas com a abordagem da Agricultura Familiar e do Associativismo Rural, ainda é apresentada reflexões sobre as categorias Participação Social e Desenvolvimento Rural.

A quarta seção, com o título O Associativismo Rural como estratégia de Desenvolvimento Rural? Análise da prática associativa dos agricultores familiares do município de Anagé – Bahia, traz uma análise da produção da agricultura familiar no município de Anagé – BA e o surgimento da prática associativa no espaço rural do mesmo. Em seguida, desencadeia-se uma análise centrada na dinâmica das associações rurais do município e a sua representatividade na vida do agricultor familiar e na produção do espaço de Anagé. Identificam-se ainda, além das ações significativas desenvolvidas pela prática associativa, os problemas e desafios que limitam a sua consolidação enquanto associativismo.

Ciente de que toda sistematização busca a compreensão da realidade, compreende-se, também, que nenhuma ciência consegue abarcar a verdade absoluta diante de uma realidade complexa e repleta de dinamicidade e fluidez constante. Nesse sentido, para as discussões, foram utilizados todos os dados e informações coletadas na pesquisa de campo, objetivando a máxima aproximação da realidade ligada à relação entre agricultura familiar, prática associativa e desenvolvimento rural no município de Anagé – BA.

Por fim, as considerações finais por intermédio do enlace das reflexões que abrangem toda a pesquisa, sintetizam toda a análise, especialmente os resultados que mostram a influência das associações para o agricultor familiar e na produção e reprodução do espaço do município de Anagé – BA.

Cabe, ainda, ressaltar que a análise geográfica, sempre imbuída no desafio de compreender a fluidez das relações sociais que produz o espaço geográfico,

proporcionou informações inéditas de caráter científico que se constituem como importante fonte de conhecimento à sociedade, inclusive, para o reconhecimento da realidade abordada por parte dos governantes, como também para as próprias associações, podendo contribuir com o processo de aperfeiçoamento das mesmas e com a gestão melhorada do município.

2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O ESPAÇO RURAL EM QUESTÃO

2.1 A Ciência Geográfica e o Espaço geográfico: abordagem histórica

As civilizações, no início de sua evolução, já apresentavam noções gerais sobre o mundo e sua complexidade que poderiam ser consideradas como conhecimento geográfico, porém, tratava-se de um conhecimento disperso, não sistematizado o que, na verdade, é denominado de saber geográfico. A geografia enquanto ciência, só se institucionalizou no século XIX, momento e processo em que foi estabelecida a sistematização do existente saber geográfico, transformando-o em ciência geográfica. Esse processo se dá devido ao início da compreensão de reais dimensões que envolvem a dinâmica do planeta, surgindo a necessidade de legitimação do conhecimento geográfico ao buscar, por meio de uma abordagem investigatória e científica, o entendimento das relações do homem com a natureza desencadeadas no espaço.

Assim, é correto afirmar que a Geografia é a ciência do espaço fundada na perspectiva do entendimento da complexa relação homem - natureza. “Ela defronta-se com a tarefa de analisar o espaço geográfico como uma categoria para compreender a realidade” (Giometti et al, 2012). O conceito de espaço é complexo e indissociável da ciência geográfica e encontrar uma definição única para ele é tarefa muito difícil. “Não importa a perspectiva crítica que assumamos com relação ao conceito, é difícil de escapar de algumas noções básicas de espaço - espaço como um campo, como um receptáculo, como simples vácuo.” (SMITH, 1988, p.109). Portanto, entender as várias definições se torna essencial para qualquer estudo geográfico, porém, deve-se atentar para os muitos outros tratamentos vagos que se tornam equivocados.

Como as demais ciências, no decorrer do tempo, a geografia passou por diversas modificações. Destaca-se que nem sempre o espaço geográfico foi considerado objeto principal para a ciência geográfica, conforme registrado na Escola Tradicional (1870-1950). A geografia surgiu na Alemanha, ao ser introduzida como disciplina acadêmica nas universidades e posteriormente esse processo também ocorreu na França. Por sua vez, na Alemanha, berço da sistematização da geografia, Alexandre Von Humbolt e Carl Ritter foram os pioneiros na difusão da geografia e, na França, os responsáveis pelo conhecimento dessa ciência foram os trabalhos de Paul Vidal de La Blache. Esses estudiosos contribuíram

significativamente para a constituição da história do pensamento geográfico como um todo.

Nesse contexto, o espaço não era considerado conceito chave para a geografia, enquanto a região, região-paisagem, calcadas no paradigma da diferenciação de áreas, seria o objeto de estudo desta ciência, atribuindo-lhe identidade perante às outras ciências. Segundo La Blache o papel da ciência geográfica era identificar as regiões da superfície terrestre, caracterizadas pelos elementos da natureza. Porém, há controvérsias sobre tal pensamento e a crítica se baseia ainda na atitude “eminentemente descritivo, mantendo a tônica de todo o pensamento geográfico” (MORAES, 2005).

As leituras sobre a geografia tradicional revelam que o espaço não possuía tanta importância dentro dessa corrente de pensamento. Nota-se que este conceito, ainda de forma implícita, aparece nos trabalhos de Hartshorne e Ratzel. “O espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidos” (CORRÊA, 2003, p.18). Nesse ponto de vista, o autor além do conceito de espaço vital que seria as condições para sustentação ou consolidação do estado sobre uma área, desenvolve o conceito de território ligado à apropriação por parte de um grupo, de uma parcela do espaço. Essa abordagem está intimamente ligada ao determinismo geográfico, já que, segundo o autor, os grupos ou populações que obtivessem melhor espaço vital teriam maior possibilidade de se desenvolverem.

Na perspectiva de Hartshorne, o espaço é absoluto, com uma extensão absoluta e independente, com existência em si, uma área delimitada. Percebe-se na abordagem do autor a influência kantiana e newtoniana no que diz respeito à associação do espaço e do tempo nas dimensões da vida. Em um âmbito geral, a geografia, para Hartshorne, era a ciência que estudaria tudo que estava contido no espaço; a história, a ciência responsável pelos acontecimentos relacionados ao tempo.

A geografia teórico-quantitativa, pautada no racionalismo e no positivismo lógico, foi muito importante no que diz respeito à contribuição para a ciência geográfica. A corrente surgiu com o objetivo de interpretar as novas características da sociedade ao se apresentar em um momento de mudanças. A geografia tradicional foi criticada pela “falta de estatuto científico em seus estudos”, ou melhor, a cientificidade estaria ligada ao aspecto matemático e estatístico que até o

momento a geografia não possuía e, assim, não daria conta de explicar os fenômenos e a dinâmica da sociedade. Tendo como base essa crítica, surge, em meados do século XX, a geografia teórica-quantitativa (1950-1970), nos Estados Unidos. Foi na escola teórico-quantitativa que realmente o conceito de espaço começou a ser trabalhado como conceito chave. “Nesta escola o espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes. De um lado através da planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial” (Silva, 2012, p.6). A visão de planície isotrópica se resume a uma concepção de espaço fundamentado em um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo, considerado “como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e a cobertura vegetal, assim como a ocupação humana” (Silva, 2012, p.6). Nessa planície:

[...] há uma uniforme densidade demográfica, de renda e de padrão cultural que se caracteriza, entre outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou da satisfação. A circulação nesta planície é possível em todas as direções. (CORRÊA, 2003, p.21).

Na conjuntura de lugares que compõem essa planície são desenvolvidas, economicamente, ações e relações que vão causar diferenciações do espaço que é definido pela distância/localização, fortes variáveis da planície isotrópica.

Apenas em meados da década de 1970 o conceito de espaço geográfico recebe maior importância, reaparecendo como conceito chave na escola crítica para discutir, principalmente, o significado e a natureza do espaço. De certa forma, a geografia crítica surge com o intuito de romper com a geografia tradicional e também com a teórica-quantitativa, sendo que, de acordo com autores como o próprio Milton Santos, a geografia tradicional e a quantitativa apresentam vários defeitos. A primeira é criticada pelos argumentos políticos-ideológicos, enquanto a segunda camuflava por meio do pensamento científico-teórico, importantes questões sociais.

A “concepção de espaço adotada pela escola crítica influenciou muitos geógrafos, principalmente os que adotam o materialismo histórico dialético” (Silva, 2012, p.8) que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da geografia, proporcionando vários aportes e variáveis que viabilizaram uma melhor compreensão do espaço geográfico. Destarte, a contribuição da teoria marxista foi de suma importância nesse processo. O desenvolvimento da análise por parte dessa teoria, de acordo com Correa (2003), é resultado do constante aumento das

desigualdades sociais e espaciais tanto nos países centrais como também nos periféricos, relacionadas à crise do capital no período de 1960. É fato que a geografia crítica surge em um contexto de mudanças estruturais e complexas, portanto se constitui por meio da necessidade de entender e explicar tais transformações.

O espaço geográfico se consolida como objeto de estudo da ciência geográfica e diversos estudos importantes foram desenvolvidos. Dentre eles, se destacam os trabalhos de Henry Lefebvre, autor que contribuiu significativamente no processo de evolução da geografia enquanto ciência e concomitantemente para a definição e entendimento do espaço, pois para ele “o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (CORRÊA, 2003, p.25). Lefebvre (1976) afirma que o espaço não existe em si mesmo, pelo contrário, entende o espaço geográfico como produto e produtor da sociedade, como fruto da reprodução das relações sociais de produção em sua totalidade. A teoria do espaço de Lefebvre rompe com a concepção generalizada de espaço no qual era concebido como algo material e independente, existindo em si mesmo.

Segundo Costa (s/d):

Para Lefebvre, o espaço entendido como espaço social, não deve ser entendido como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das produções (geografia teórica); nem como um produto puro da sociedade (geografia tradicional). O espaço é bem mais que isto. Ele também não é somente um campo político, de ações de grupos para a reprodução da força de trabalho através do consumo. (COSTA, s/d, p. 05).

Na discussão do espaço, o autor destaca uma tríade imprescindível em sua análise, que seria o entendimento do espaço percebido, vivido e concebido. Interpretando este pensamento, Braga (2007) afirma:

Lefebvre destaca ainda uma tríade do espaço: a) espaço percebido, do corpo e da experiência corpórea, ligado às práticas espaciais (produção e reprodução social numa relação dialética com o espaço); b) espaço concebido ou espaço do poder dominante e da ideologia. Está relacionado com as representações do espaço, ou seja, o espaço dominante do modo de produção, o espaço dos planejadores e do poder; c) espaço vivido. Une experiência e cultura, corpo e imaginário de cada um de nós. É o espaço de representação. (BRAGA, 2007, p. 06).

Essa tríade espacial é composta por diversas variáveis que se relacionam dialeticamente proporcionando a produção do espaço geográfico. Tal interação

dialética é o que gera novas formas e relações que produzem e configuram diferenciações espaciais.

O autor, em “La production de l’espace”, obra que merece destaque por sua importância e contribuição para o entendimento do espaço, aborda como esse conceito foi concebido pelas diversas ciências na história do conhecimento e que era visto como exterior ao homem e à sociedade. O termo “espaço social” causava surpresa. Críticas foram feitas ao afirmar que em todas as pesquisas e conceituações ditas epistemológicas não só o homem está ausente, como também o espaço do qual se fala. Para ele, é necessário haver o estatuto do espaço junto ao sujeito, o eu pensante e o objeto pensado.

Segundo Lefebvre (2000), “o espaço (social) é um produto (social)”. Esse espaço seria abstrato, mas também real; seria concreto, mas não da mesma maneira que um objeto seria instrumental e, de certa forma, projetável. Ele contém relações sociais que se dão de diversas formas reproduzindo e dinamizando o espaço.

Nessa perspectiva, CARLOS (2002) destaca:

O espaço é entendido como conjunto de processos de relações reais que a sociedade estabelece com a natureza (primeira ou segunda). A sociedade não é passiva diante da natureza; existe um processo dialético entre ambas que produz, constantemente, espaço e sociedade, diferenciados em função de momentos históricos específicos e diferenciados. O espaço é humano não porque o homem o habita, mas porque o produz. Ele é um produto desigual e contraditório à imagem e semelhança da sociedade que o produz com o seu trabalho. (CARLOS, 2002, p. 165).

O espaço existe e se produz através das relações sociais, a sociedade existe e se dinamiza através do espaço. Ele é humano, pois é produzido através das relações entre homem-homem e homem-natureza. Desse modo, espaço e sociedade são indissociáveis, um não existe sem o outro.

Neste mesmo período em que começa a se desenvolver a chamada geografia crítica é fundamental destacar a contribuição de outro importante autor que discute o conceito de espaço, Y-Fu-Tuan. Com base na geografia humanística, Y-Fu-Tuan ressalta que existem vários tipos de espaço: espaço mítico conceitual, pessoal e grupal, indo em direção a estruturas mais abstratas. Dentro da conceituação, Tuan (1980) afirma que se devem levar em consideração os “sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência que são muito valorizados” (SILVA, 2012, p.03).

Ao conceituar e tratar o espaço geográfico, e considerar suas diferentes abordagens, tem-se também a contribuição do autor Roberto Lobato Corrêa (1982) ao afirmar que “o espaço geográfico é a morada do homem e abrange a superfície da Terra”. O autor, baseado no pensamento de David Harvey, enfatiza três abordagens de espaço: espaço absoluto, a totalidade; espaço relativo, a distância; e o espaço relacional, a relação dos objetos e suas existências. Relativo a essa discussão, Silva (2012) diz que, segundo Corrêa, essas três abordagens refletem diferentes valores de uso e valores de troca, afirmando que “espaço social é inseparável do tempo e os atores principais seriam os proprietários dos meios de produção e o estado que almejam a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho”.

No contexto do debate da década de 1970, Milton Santos, baseado na teoria de espaço social de Lefebvre, contribui com o debate do conceito de formação sócioespacial. A formulação dessa conceituação está ligada ao contexto da época e à formação e debate do conceito socioeconômico, posto que, para Santos, ao conceber uma formação socioeconômica se recorre também ao espaço, sendo que tais variáveis mais o modo, ou modos de produção, são categorias interdependentes.

Santos (2002) vê o espaço geográfico como “matéria por excelência”, segunda natureza, ou natureza artificial (aquela que sofreu e sofre modificações pelo homem), na relação do homem com a natureza ou com o espaço, formado pela produção do trabalho e vivência. O espaço:

[...] por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Percebe-se, na concepção acima, a influência da teoria de Lefebvre no que diz respeito ao espaço socialmente construído, se resultando das ações e relações sociais que se consolidam de diferentes formas, proporcionando também diferenciações espaciais, uma vez que “o espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS 2006), de forma que as relações são construídas e reconstruídas diferentemente em cada período.

O espaço geográfico deve ser concebido como uma totalidade que se produz e organiza a partir das relações sociais que se dão de maneira distintas em

diferentes momentos históricos, considerando que a sociedade, ou seja, o espaço geográfico, é dinâmico e está em constante transformação.

Santos (2012, p.5) indica que “Os modos de produção tornam concretos numa base territorial historicamente determinada, as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção.”. O autor destaca as transformações ocorridas no espaço no decorrer da história, principalmente as intensas transformações provocadas pela força do capitalismo. Para ele:

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 2006 p. 67).

Os processos e relações que sintetizam a vida humana, e que se deram no processo histórico e se dão constantemente, vão moldando de forma variável o espaço geográfico que, de certa forma, se configura de acordo com os interesses da sociedade. Nesta direção, o autor afirma:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 2006, p. 39).

Trata-se, justamente, do dinamismo e das mudanças do espaço, logo que do natural vai se transformando em artificial, principalmente com o desenvolvimento das técnicas e tecnologias que, ao decorrer do tempo, vão evoluindo e modificando as relações e respectivamente o espaço. As relações dos sistemas de ação e objetos se dão dialeticamente e um não existe sem o outro. Para Santos, o espaço se transforma e se dinamiza de modo que: “De um lado, os sistemas de objetos condicionam as formas como se dão as ações e, de outro lado os sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.” (SANTOS, 2002, p. 63).

Segundo as concepções de Milton Santos, o espaço geográfico se estrutura na configuração executada pelo homem, pelas relações sociais. “[...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade [...]”

(SANTOS, 1992, p. 01). De forma histórica cada sociedade cria e organiza seu espaço para sua própria reprodução.

Por sua vez, Araújo e Junior (2012, p. 87) discutem as representações sociais que ocorrem no espaço geográfico e que “caracterizam-se por conter a intensidade simbólica do homem, acarretando a difusão territorial e temporal das características simbólicas representadas, ou seja, a cultura de uma sociedade”. Essa visão e análise dos autores são fundamentais, pois as representações da sociedade acontecem com a relação do sujeito e objeto, por meio da inter-relação ligada ao espaço. Nessa perspectiva, Gil Filho (2003) afirma:

O espaço de representação refere-se a uma instância da experiência da espacialidade originária na contextualização do sujeito. Sendo assim, trata-se de um espaço simbólico que perpassa o espaço visível e nos projeta no mundo. Desta maneira, articula-se ao espaço da prática social e de sua materialidade imediata [...] Deste modo, é a percepção do indivíduo o que edifica o conhecimento do espaço e, assim, estrutura um segundo espaço. Contudo, o pensar e a ação do sujeito perpassam a possibilidade de haver representações de caráter social (GIL FILHO, 2003, p.02)

O espaço de representações está relacionado com a interação do sujeito, num espaço não só de símbolos, mas de essências. Para conhecer o espaço deve-se partir do entendimento pertinente ao indivíduo enquanto ser de interação e de modificação. Conforme as concepções apresentadas pelo autor acima, representar significa muito mais do que se vê, “mais do que uma observação e opinião a respeito do mundo”, está pautado no interno, na essência, colaborando para a concretização de formas de organização e, nesse caso especificamente, refletindo no espaço geográfico.

Moreira (2008), ao debruçar em torno do assunto, afirma que tais representações sociais no espaço geográfico, são resultantes das relações ocorridas entre o homem e o meio, em que “os esforços de interpretação presente na relação entre sujeito e objeto só é alcançado por meio de instrumentos criados pelo próprio ser humano para que esta relação seja possível” (ARAÚJO; JUNIOR, p. 95). A interação e relação entre o sujeito e o objeto, ou seja, o homem e o espaço totalizante, ou meio, é entendido como a realidade objetiva, o mundo.

O processo de vivência e de desenvolvimento de estilos e culturas em variadas experiências dinamizam, de forma diferenciada, o espaço e, neste

processo, o espaço geográfico deve ser analisado por meio dessas representações sociais, construído pelo homem em suas formas e relações sociais.

Segundo Smith, “a diferenciação do espaço geográfico no último século é um resultado direto da necessidade, inerente ao capital, de imobilizar o capital na paisagem” (SMITH, 1988, p.136). Assim, a produção e diferenciação do espaço também é resultado da forte imposição por parte do sistema que condiciona a imobilização e espacialização do capital que intensifica e aumenta as contradições na sociedade atual.

Por sua vez, o geógrafo britânico David Harvey infere importantes contribuições a respeito da produção do espaço geográfico, principalmente baseado na crítica do poder hegemônico do capitalismo. Harvey (2006) criticou fundamentadamente o desinteresse por parte das ciências humanas e ciências sociais, no que diz respeito ao conceito de espaço:

Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. (HARVEY, 2006, p. 142).

Os teóricos clássicos das ciências humanas e sociais não se preocupavam, diretamente, com o conceito de espaço. Enfatizam somente a perspectiva histórica e do tempo e a perspectiva espacial e geográfica não se encontravam integradas nas suas linhas e discussões teóricas. Harvey desenvolve percepções que envolvem certa complexidade e que precisam ser consideradas na análise do espaço geográfico.

Segundo Costa (2014):

O autor entende que é necessário criar e inserir uma teoria espacial. Com base no exposto argumenta que a tarefa atual é elaborar uma teoria das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no capitalismo que permita explicar a evolução e as funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo e a urbanização. Assim: “A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico.” (HARVEY, 2006, p. 144). Tal orientação procura verificar as interações entre espaço e tempo sem privilegiar um ou outro. (COSTA, 2014, p. 72).

A afirmativa do autor revela coerentemente a abordagem de David Harvey. Nesse sentido, Harvey destaca a necessidade de uma teoria espacial no qual a totalidade será compreendida. A análise se pauta, objetivamente, nas relações

capitalistas que se reproduzem ao longo da história e demanda a necessidade de formular uma teoria das relações espaciais que se atente, sem privilégios, para a relação entre espaço e tempo na perspectiva de representar as expressões das contradições na sociedade. Só assim será possível entender a atual sociedade e as interfaces e resistência do hegemônico modo de produção capitalista.

Harvey (2012), ao analisar a complexidade do espaço e do seu conceito, defende a concepção do espaço como palavra chave, que suscita inúmeras variações. Em sua análise, assim como Lefebvre, destaca uma tríade espacial: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional, que começou a refletir em *Justice and the City* (1973). Nessa concepção tripartite, de forma geral, o espaço absoluto é fixo e passível de planejamento e registro. É o espaço newtoniano e cartesiano e o espaço geométrico de Euclides. É, também, o espaço aberto a medições e cálculos, que permite ser projetado e mapeado.

O espaço relativo envolve uma maior complexidade que Harvey (2012) define dois sentidos, o “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem.” (Harvey, 2012, p. 11). Esse espaço está relacionado a Newton e às geometrias que começam a ser mais sistematizadas (as não-euclidianas).

O espaço relacional está associado às concepções de Leibniz ao fazer significativas críticas à visão do espaço-tempo absoluto de Newton. Ele está ligado à internalização, às múltiplas relações; não se pode considerar um ponto isolado, visto que ele se relaciona, interage e internaliza com tudo o que está ao seu redor, ao longo do tempo. Assim como a visão do espaço relativo, nesta abordagem o espaço e o tempo são indissociáveis. É o espaço das sensações e também do ciberespaço.

O autor trata essa tripartite como fundamental e necessário para a análise do espaço geográfico, destacando os inúmeros questionamentos que ainda surgem a respeito da discussão. Conclui que o espaço não é somente absoluto, ou relativo, nem mesmo relacional, mas sim, absoluto, relativo e relacional separadamente ou simultaneamente:

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão “o que é o

espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana (HARVEY, 1973 *apud* HARVEY 2012, p. 15).

Harvey, assim como os vários geógrafos e autores de outras áreas do conhecimento que trataram sobre o espaço, contribui significativamente para se chegar a uma melhor análise do espaço geográfico e suas complexidades. Ao longo da história, as diferentes contribuições a respeito do seu conceito, ao acompanhar e considerar as transformações e relações sócioespaciais que foram se dinamizando, proporcionou melhor entendimento dos processos e relações que produzem e configuram as sociedades, ou seja, o próprio espaço. Logo, o espaço geográfico se torna complexo nas diferentes abordagens também pela diversidade de pensamentos e variáveis que o envolvem ao partir de interações e relações da sociedade, não se restringindo somente ao resultado desse processo, mas se constituindo também como condição.

2. 2 Espaço rural e Espaço rural brasileiro

Entende-se que o espaço, para a ciência geográfica, é formado, sobretudo, por dinâmicas sociais, principalmente de produção que o configura de variadas formas, proporcionando diferenciações espaciais. Vale destacar, dentro deste contexto, a importância de discutir o espaço rural embasado nas definições de alguns autores que consideram a dinâmica do espaço-tempo, uma vez que se torna essencial saber que existem diversas variáveis que são significativas para a concretização do entendimento e do próprio conceito de rural, sendo que o processo histórico se dimensiona a cada momento. Nessa perspectiva, os processos de configuração do espaço geográfico criam diferentes formas de organização social, econômica e cultural e o espaço rural se apresenta como uma forma de organização crucial dentro dessa dinâmica de relações que fazem parte do espaço totalizado.

No processo histórico, principalmente nas últimas décadas, o espaço rural passou por significativas transformações que carecem de análises. Ao considerar as

dinamicidades dos espaços e as diferentes realidades históricas, surge a discussão em torno do conceito de espaço rural, uma vez que “em cada momento histórico, o rural apresenta diferentes conceituações e mesmo dentro de cada período, há vários tipos de realidades rurais [...]” (PONTE, 2004, p.21). Quando se fala em rural, automaticamente associa-se a um espaço que está ligado à baixa intensidade de atividades humanas, ou seja, menos urbanizada, onde há uma relação direta com a paisagem natural. A discussão clássica sobre o conceito de rural envolve grande complexidade ao se apresentar de diferentes formas e abarca aspectos notáveis, porém, na maioria das vezes, se tornam insuficientes na análise da realidade ao longo do processo histórico. Para Siqueira e Ozorio (s/d):

As definições clássicas do conceito de rural partem de uma enumeração de vários aspectos da realidade que seriam indicadores da situação do local estudado. Solari enumera os traços que caracterizariam a sociedade rural, os componentes do conceito, segundo a obra clássica de Sorokin e Zimmermann. A base do conceito é a dimensão econômica, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre. O meio rural seria também mais arreado à técnica, nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados. (SIQUEIRA; OZORIO, s/d, p. 73)

Existem outros aspectos que ainda são considerados pelos autores, tais como o tamanho das localidades, população mais homogênea no sentido das relações sociais e culturas em que possibilita uma maior interação, até mesmo pelo fato de, no rural, a mobilidade ser menor se comparada com as cidades. Percebe-se que muitas conceituações do rural ao longo do tempo partem de aspectos de oposição às características das cidades e do urbano e, muitas vezes, sua base se restringia à questão do tipo de atividade, o que não pode ser isoladamente considerado, pois, apesar do espaço geográfico se transformar constante e principalmente em uma perspectiva de homogeneização econômica e das atividades, existem outros fatores como as relações socioculturais que devem ser considerados.

Santos (2011) analisa o espaço como forma de organização e estruturação social e o fator agrícola como uma especificidade do rural, isto é, atividade principal e específica inserida na dinâmica desse espaço e a produtividade, que veio crescendo ao longo do tempo no/do espaço rural, tem garantido um lugar

preponderante. “Esta parte do mundo, que habitualmente denominamos por rural, é, multiforme nas suas características e, quando adequadamente intervencionada, de grande potencialidade endógena.” (SANTOS; CUNHA, 2007, p. 01).

Teixeira e Lages (1997) afirmam que o rural, antes de tudo, se define por sua população ao ocupar e modificar um espaço, se tornando rural não somente por ser unicamente agrícola, mas por usos diversos. O espaço rural, parte da construção social, da relação homem e natureza, não restrita à visão de espaço rural como um apêndice das atividades agrícolas, mas como uma condição social que vai além. Portanto, esse espaço é socialmente produzido e produtor do espaço totalizado, sendo essa dinâmica dada por seus processos de produção e de vida. Porém, apesar das peculiaridades, não se pode cair no equívoco de tratá-los separadamente, já que o espaço rural é espaço geográfico.

Nessa discussão, se torna um equívoco afirmar que o contato com a terra, isto é, a agricultura e a criação de animais, são características determinantes do rural, pois esse espaço se constrói por meio de relações muito mais complexas. A agricultura e a criação de animais são somente características integrantes. Santos (2011), partindo de alguns autores, se posiciona:

Observa-se, de acordo com Brunet, Ferras e Thery (1992), que o conceito de espaço rural é muito mais amplo, pois engloba formas de produção, de consumo, comportamento, infra-estrutura, técnicas, enfim, uma gama de fatores que, relacionados entre si, podem expressar se o meio é caracterizado como rural ou não. (SANTOS, 2011, p. 97)

Por meio das discussões apresentadas sobre o espaço, e ao analisar as considerações do autor, percebe-se a dimensão do conceito de espaço rural não é configurada por apenas uma ou duas variáveis e sim de várias que não envolvem apenas o contato com a terra e o tipo de produção, mas também os modos, estruturas e relações de vida das diferentes sociedades.

No contexto da dimensão e dinâmica presente no entendimento do espaço rural, se insere o espaço rural brasileiro ao apresentar grandes proporções nas quais se configuraram e vêm se configurando relações de produção e forma de organização social que merece ser analisado cuidadosamente, pois essa discussão envolve complexidades que são fundamentadas principalmente pelas diferentes dimensões que se formam no processo histórico da sociedade como um todo, enredando, assim, confusões teóricas e conceituais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define rural como qualquer área externa ao perímetro urbano, isto é, tudo aquilo que não é urbano. É uma definição que pode ser questionada, visto que não são consideradas suas próprias características, funções e formas de vivência e, além de tudo, as definições tanto de rural como de urbano, de alguma forma, visam atender os interesses individuais e fiscais do governo. Segundo Marques (2002, p. 97), “conforme salienta Grabois (2001), não é feita qualquer referência às *funções* peculiares dos diferentes aglomerados que constituem um fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano.” Tais aglomerados, em suas diferentes formas de organização, possuem papel significativo na dinâmica de produção e reprodução do espaço e, desse modo, deveriam ser considerados na classificação brasileira.

Com relação aos critérios para definir o rural brasileiro, Abramovay (2000) pontua:

- o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, em que as consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais;
- desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como „urbanas“; e
- o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista. (ABRAMOVAY, 2000, p. 4).

Para o autor, o parâmetro utilizado no Brasil, de certa forma, se torna injusto, visto que reconhece o espaço rural por seus déficits, desprezando, por vezes, vários aspectos e variáveis fundamentais como: aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais. É necessário destacar que, ao considerar tais aspectos e variáveis na análise do rural, não pode ser feita de forma restrita, mas sim considerando as interações e relações entre elas.

Conforme Veiga (2002), o critério de classificação brasileiro direciona e classifica as sedes de municípios muito pequenos (alguns com população inferior à 2.000 pessoas) como urbano. O autor chama atenção e afirma que, em muitos casos, o que são consideradas cidades, na verdade seriam aldeias, povoados e vilas. Destaca que tal classificação superestima a urbanização no Brasil.

Veiga (2004) diz que para a diferenciação do rural e urbano, o fator da densidade demográfica é imprescindível, junto também à localização e ao tamanho

populacional do município. Para ele, a densidade demográfica expressa da melhor forma a “pressão antrópica” apresentando as “modificações do meio natural ou o grau de artificialização dos ecossistemas que resultam de atividades humanas, sendo o que de fato indicaria o grau de urbanização dos territórios”.

De acordo com Veiga (2004):

[...] o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 - esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades. (VEIGA, 2004, p. 10).

O autor aponta que a densidade demográfica e a localização, juntamente com o tamanho, deveriam ser critérios de definição do espaço rural, já que estes se tornam fundamentais ao se considerar as muitas áreas que se encontram em situações ambivalentes na existente classificação equivocada do Brasil.

Santos (2007) avalia a relevância das críticas de Veiga com relação às delimitações governamentais, entretanto afirma que as conclusões do autor também são passíveis de críticas ao desconsiderar algumas variáveis no que diz respeito à classificação do urbano e rural:

[...] o próprio autor também acaba incorrendo no mesmo erro governamental, quando também despreza critérios importantes, como, por exemplo, a complexidade das relações sociais em determinado espaço, que não podem ficar de fora em qualquer discussão sobre a delimitação de áreas urbanas e rurais. Quando Veiga (2000) destaca a densidade demográfica com o intuito de demonstrar a importância da “ação antrópica”, não leva em conta o grau de tecnificação dessa população, apoia-se única e exclusivamente na quantidade e não na capacidade técnica e na própria complexidade das relações, que podem estar presentes nesse processo em determinadas partes do espaço. (SANTOS, 2007, p.33).

A crítica de Santos (2007) é significativa, ao entender no entendimento de que o espaço rural possui um alto grau de complexidade nas reações e modos de vida que devem ser sempre consideradas em qualquer análise social. A desconsideração do grau de tecnificação do rural, quando Veiga (2000) destaca a densidade demográfica para expressar a artificialização, torna a análise incompleta, visto que somente a quantidade populacional não expressa, de fato, a influência da “ação antrópica”.

Santos (2007) faz outra intervenção no que diz respeito a outro critério de classificação: o da localização. Ressalta que atualmente a localização deixou de ter a importância que tinha há séculos atrás; a dinâmica do espaço se transforma constantemente, os fluxos e redes atribuíram uma nova dinâmica ao espaço geográfico. “Atualmente, a dinâmica dos fluxos, a complexidade das redes, entre outros fatores, está superando a pura e simples questão da localização.” (SANTOS, 2007, p.34).

Conforme Veiga (2002), a partir do século XX houve intensas mudanças no que diz respeito à relação campo-cidade, porém permanecendo os contrastes.

O que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria. (VEIGA, 2002, p. 95).

Em seus estudos, Veiga (2002) procura demonstrar a superação da visão tradicional do espaço rural enquanto sinônimo de atraso, pautado nos aspectos apenas econômicos. Faz uma análise baseado nos países desenvolvidos que dispõem de uma dinâmica econômica, tanto no espaço urbano, como no rural e, à dinâmica do rural, é atribuída por meio da utilização dos seus patrimônios cultural e natural.

Todo esse debate revela que o espaço rural brasileiro possui uma dinâmica rica em aspectos dos processos produtivos, sociais e culturais, porém, na maioria das vezes, ao longo da história, somente o processo de produção é destacado. Ivo Elesbão (2007), ao debruçar na discussão sobre o espaço rural brasileiro, coloca:

O território rural brasileiro sempre foi olhado como espaço de produção de alimentos, matérias-primas e fornecedor de mão de obra para o processo de industrialização, sendo estas as funções clássicas desempenhadas pela agricultura no processo de desenvolvimento. (ELESBÃO, 2007, p.49).

O autor ressalta o olhar e pensamento clássico sobre o rural, o processo histórico do país e as esferas de produção que foram fundamentais para o seu desenvolvimento. Contudo, deve-se considerar que o rural, além de espaço de produção, é espaço de interação social, de produção e reprodução da vida.

No processo histórico, a produção estrutura os ritmos e as formas das atividades humanas, principalmente pelo desenvolvimento das formas de produção

que surgem na trajetória da apropriação do meio natural. A visão do espaço de produção é importante na análise do rural, porém, não se torna única. Os processos de configurações sociais e culturais que se dinamizam por meio desse processo produtivo também devem ser considerados, pois se encontram intrínsecos à produção e reprodução desse espaço, visto que sua organização se caracteriza pelas diversidades social, cultural e econômica presentes em vários aspectos. Essa desconsideração e/ou invisibilidade do rural como lugar de relações e interações sociais são fatores responsáveis pela necessidade de criar e implantar políticas públicas voltadas para o meio rural. Além de tudo, implica, também, no fracasso das políticas existentes, uma vez que só são pensadas economicamente, ao considerar o rural somente pela esfera produtiva.

É importante salientar que esse déficit social enfrentado pela população rural, assim como inúmeros outros, é reflexo direto da forma em que as políticas públicas são pensadas e implementadas no país, por meio do tradicional modelo de cima para baixo, em que a participação da sociedade não era priorizada.

O meio rural brasileiro sofreu e ainda sofre, muitas vezes, com condições sociais e econômicas precárias. É nesse espaço onde “são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país. A agricultura concentra hoje os mais baixos níveis de renda média.” (MARQUES, 2002, p. 97). Sabe-se que o campo, em sua maior parte, possui a grande riqueza natural que é o seu principal recurso. Ao mesmo tempo em que ele é um potencial, passa a ser uma problemática social e ambiental no contexto de sua exploração irracional.

É fato que o rural brasileiro tem vivenciado intensas transformações que proporcionou e proporciona novas dinâmicas a esse espaço. Transformações que vieram por intermédio, principalmente, dos processos produtivos, do aumento da produção para impulsionar o desenvolvimento do país. É notório que esse processo foi também impulsionado pela lógica e força do sistema capitalista, no qual as intenções e resultados, na sua maior parte, atenderam somente os grandes proprietários de terras.

Para Wanderley (2009), desde a década de 1990 já notava-se a existência de novas e diferentes reflexões que envolvem o rural brasileiro, mais especificamente a ruralidade, vinculada às relações e interações entre rural e urbano que vem desencadeando novas dinâmicas sociais, culturais e de produção. Segundo Grisa, Kato e Zimmerman (2013, p.05), dessa discussão sobre as novas relações, pode-se

dizer que “ao menos três consensos acadêmicos sobre a ruralidade parecem ter sido construídos, ainda que com divergências sobre como agir diante de tais evidências e com poucas repercussões políticas e institucionais.” A primeira constatação seria o fato de que “nem todo o urbano é urbano” que envolve o complexo debate basicamente apresentado anteriormente (embasado em ABRAMOVAY 2000; SANTOS 2007 e VEIGA 2002, 2004) sobre os critérios de definição e classificação do urbano e rural. A segunda refere-se à afirmação de que “nem todo rural é agrícola” colocando em evidência os equívocos quando se relaciona o espaço rural somente com setor produtivo. A terceira constatação diz respeito à “marcante diversidade da ruralidade brasileira contemporânea” que está relacionada às diferentes inter-relações entre os conjuntos que envolvem as variáveis presentes nos cenários demográficos, naturais, sociais, culturais e econômicos.

As reflexões acerca do espaço rural e suas transformações ao longo do processo histórico se tornam fundamentais, porquanto, como afirmam Wanderley e Favareto (2013), o rural se apresenta como uma categoria histórica. Sendo assim, cabe considerar as variáveis que abarcam, verdadeiramente, a sua realidade e não somente aos interesses das minorias. Ao reconhecer tais aspectos e problemáticas que o envolve pode-se chegar o mais próximo de compreensão desse espaço e da necessidade de buscar mudanças e ações que venham promover o seu real desenvolvimento.

2.3 As Transformações do Espaço Rural Brasileiro

Como abordado ao longo do texto, o espaço geográfico é dinâmico e se modifica constantemente no decorrer do tempo. Nessa perspectiva, destaca-se o espaço rural que, no processo histórico, tem sofrido diferentes influências que o transforma significativamente a ponto de alguns autores afirmarem que passou a existir um “novo rural” no país, sendo formado com as mudanças no campo, que se intensificaram principalmente com o processo de industrialização e urbanização e foram sentidas de diferentes maneiras pelos agricultores familiares e os médios e grandes proprietários de terras.

A nova configuração mundial que se dá no pós Segunda Guerra, marcada pela consolidação do modo de produção capitalista, influencia significativamente no espaço rural, implantando uma nova dinâmica que se inicia pela valorização da terra

e a “necessidade” de se produzir mais. A forma de suprir essa “necessidade” é através das inovações tecnológicas agrícolas, por meio da modernização da agricultura ao substituir a agricultura tradicional que, em sua maioria, conseguia balancear produção e recursos naturais por uma agricultura moderna no qual se utiliza tecnologias cada vez mais avançadas e elementos agrícolas (tecnologias químicas) para alcançar alta produtividade, impactando de forma negativa o meio ambiente e privilegiando a minoria.

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, essas transformações são desencadeadas através da chamada “modernização da agricultura” entrelaçada à Revolução Verde que se caracteriza como um conjunto de inovações e estratégias tecnológicas (pesquisas referentes à criação de sementes, utilização de agrotóxicos, fertilização do solo entre outros fatores) pautadas no aumento da produtividade agrícola. Tal processo se implantou no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, na década de 1960, no qual se apresenta com um discurso econômico ideológico promissor. Segundo José Antônio Lobo dos Santos:

O que se pode dizer é que nos últimos anos têm se multiplicado as referências à existência de um processo de transformação no espaço rural brasileiro, o que implica uma possível constituição de “um novo mundo rural”. (SANTOS, 2011, p. 98).

Com isso, o processo de transformação que se intensifica nos últimos anos, proporciona uma nova dinâmica no espaço rural, uma nova realidade, provocada por novas relações de produção, trabalho e atividades.

Ao analisar o processo histórico brasileiro, pode-se afirmar que na década de 1950 o espaço rural era visto como sinônimo de atraso, até mesmo pela ocorrência da intensa modernização do meio urbano provocado, principalmente, pelo desenvolvimento industrial e tecnológico. Porém, com o passar de alguns anos essas inovações começam a se expandir, chegando ao meio rural pela necessidade de uma “modernização da agricultura”, com o intuito de aumentar a produção agrícola por meio da mecanização, produtos químicos, plantas geneticamente modificadas, etc. Este movimento deu margem à revolução agrícola, processo que influenciou expressivamente tanto o meio rural, como o urbano.

É fato que todo o discurso que envolvia a revolução agrícola não passou e passa de um discurso econômico e contraditório, pois a modernização não privilegiou de maneira igualitária a todos do espaço rural brasileiro. Os grandes

produtores foram os reais beneficiados e os agricultores familiares permaneceram às margens do processo.

Nesse contexto é criada uma dinâmica de movimentação da população, no qual ocorre um processo intenso de êxodo rural. A população do campo se dirigia a cidade pelo fetiche de emprego em um momento de crescimento econômico intensificado, que, inicialmente, não havia exigências de qualificações, e pela modernização do campo que deixou muitos trabalhadores sem trabalho com a troca da força de trabalho de pessoas por máquinas. Assim, em meados da década de 1970, a população urbana se tornou maior à população do campo, aumentando também as problemáticas sociais e ambientais principalmente no espaço urbano, de modo que “muitos agricultores que migraram às áreas urbanas não conseguiram emprego, pois não possuíam qualificação, passando a se concentrar nas áreas menos desenvolvidas das cidades.” (NEUMANN; FAJARDO; MARIN 2017). Tais agricultores que enfrentavam as pressões e expropriação de suas pequenas propriedades passaram a vivenciar o processo de exploração pelo capital industrial com intensas jornadas de trabalho e condições precárias.

As desigualdades sociais no espaço rural continuavam; os pequenos agricultores que não estavam no emaranhado do êxodo rural ainda enfrentavam a pobreza no campo que se complexificava com a modernização da agricultura no qual forçava aqueles pequenos proprietários, em muitos casos, a venderem suas propriedades e migrarem em busca de emprego.

Nos anos 1990 o espaço rural brasileiro se moderniza ainda mais, gerando a necessidade de criar estratégias que viabilizem uma nova dinâmica com o pensamento de enfatizar a relação da produção com a sociedade rural. Nesse contexto, Michellon e Gimenes colocam:

Já nas décadas de 1990 e 2000, a agricultura brasileira incorpora tecnologias ainda mais sofisticadas, dando origem à prática de inseminação artificial, a máquinas equipadas com GPS 3, a produtos transgênicos, entre outros. É neste momento que surgem estratégias sustentáveis de vivência, onde serão estudados temas como a participação e as estratégias de redução da pobreza, porém, sem deixar de lado outros, como por exemplo, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. (GIMENES e MICHELON, 2012, p.4)

As novas configurações de avanço que se dão no espaço rural estão intimamente ligadas à “integração da unidade produtiva às redes de produção, cada vez mais especializadas, visando atender “nichos” ou segmentos de mercados”

(SILVA e GROSSI, 1997), tornando, assim, a análise cada vez mais minuciosa, uma vez que, também, se começa a incorporar estudos e estratégias sociais. O espaço rural começa a deixar de ser percebido apenas como espaço de produção, deixa de ser reconhecido apenas por sua função agrícola e passa a ser analisado por meio do conjunto que engloba, também, as questões ambientais e sociais.

As transformações se acentuam após meados dessa década (1990), ao ocorrer um significativo crescimento das atividades e dos postos de trabalho não agrícolas no espaço rural brasileiro. Segundo Laurenti e Del Grossi (1999, p. 02), esse fenômeno, peculiar ao período inicial de modernização agrícola no país, desencadeou o “lento crescimento da população com 10 anos ou mais de idade, num contexto de contínua redução do contingente de pessoas economicamente ativas e ocupadas em atividades agrícolas.” Envolvendo o crescente contingente das pessoas do campo que trabalham por conta própria em atividades não agrícolas e também os empregados em atividades não agrícolas, diminuindo, automaticamente, o total dessa categoria no âmbito das atividades agrícolas.

Laurenti e Del Grossi (1999) ainda destacam:

O aumento dos contingentes de Empregadores e dos Empregados ligados às atividades não-agrícolas anunciam indiretamente que o meio rural, ao contrário de ser refratário, vem se caracterizando num espaço dinâmico de geração de postos de ocupação de mão-de-obra e de agregação de valor. Ademais, constitui-se num movimento socioeconômico importante porque, além de estar amplamente difundido nas diversas regiões brasileiras, revela uma perspectiva consistente de acesso da população rural à renda monetária juntamente com o estancamento da obsolescência precoce das moradias rurais remanescentes. Afora isso, o atual contingente de aproximadamente 4 milhões de brasileiros com ocupações não-agrícolas e com domicílio no meio rural e a tendência de crescimento desse agregado populacional abalam a concepção vigente de que o despovoamento da zona rural é um resultado inerente do desenvolvimento econômico. Isto porque, tal movimento não é específico do cenário brasileiro, pois está presente em vários países semi ou plenamente industrializados. (LAURENTI; DEL GROSSI, 1999, p. 02).

A complexa dinamicidade do meio rural se expressa em diferentes pontos e momentos. No que se refere às “novas” atividades (principalmente as não agrícolas), que se concretizam nesse espaço, percebe-se claramente a intensificação das transformações que, em um sentido amplo e racional, se constitui como um importante ponto no que se refere à população rural e o acesso à renda e à melhoria nos níveis de vida. Como expresso na concepção dos autores acima, a contextual

dinâmica que estava se difundindo no espaço rural, especialmente relacionado ao contingente populacional, se apresenta na contramão da concepção tradicional e vigente que relacionava desenvolvimento e economia à urbanização, de que com o desenvolvimento econômico é inevitável o despovoamento do meio rural, pois a tendência e perspectiva são de crescimento das atividades não agrícolas e respectivamente do contingente populacional.

No âmbito contextual, todos esses pontos se constituem como novas estruturas ou estruturas que se apresentam de diferentes formas e possibilitam novas perspectivas econômicas, sociais e culturais no meio rural brasileiro. Como aponta Neumann, et al (2017):

Novas funções passam a ser desempenhadas pelo meio rural. A visão de atraso e de oposição ao urbano passa a ser lentamente superada. O rural passa a ser compreendido como lugar de oportunidades, de moradia e lazer. Atividades “antigas” ou tradicionais, até então vistas como sem importância, agora tornam-se alternativas de renda e emprego, ganhando em importância econômica e cultural. (NEUMANN; FAJARDO; MARIN, 2017, p. 193).

Passa-se a perceber a consolidação de novas relações no rural, marcando o início de uma fase caracterizada pela diversidade de trabalho, atividades, produção e de vivências; começa a se concretizar o que muitos estudiosos da área chamam de “novo rural brasileiro”, expresso por uma maior complexidade que demanda uma análise cuidadosa.

Elesbão (2007) enfatiza a questão do novo rural e destaca a importância das relações e processos diversificados que se acentuam nesse meio e afirma que a palavra “diversidade” não pode ser esquecida ao visualizar e pensar o rural contemporâneo, independentemente de sua dimensão e, nessa perspectiva de análise, a visão tradicional e sintética do rural vai sendo superada.

É afirmado por Silva (1997) que o meio rural brasileiro já não pode mais ser caracterizado somente como agrário. Para ele, aquela velha dinâmica que o meio rural possuía há tempos atrás, com características de agricultura e sociedade rudimentares, não se encontra mais nesse espaço por conta do crescimento econômico e urbano. O autor ainda coloca que:

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser

caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. (SILVA, 1997, p.01).

O processo de reconfiguração do espaço rural se dá, principalmente, com o desenvolvimento econômico. Com o avanço industrial, a globalização e, respectivamente, a expansão do urbano até o meio rural, as características tradicionais vão se dilatando ou se adaptando a outra dinâmica empregada no espaço. Desse modo, esse espaço tem sido cada vez mais procurado para fins não agrícolas, principalmente para as indústrias que estão constantemente em busca de áreas que ofereçam baixos custos, com mão de obra barata e informal, isenção de impostos, proximidade de matéria-prima e que ofereça, também, espaços extensos. Mas não são apenas as atividades industriais que estão se expandindo e influenciando o rural. As questões de valorização e preservação do verde, do meio ambiente associadas, muitas vezes, a um discurso ideológico gerando atratividade para atividades de lazer, de turismo ou de moradia, também são fatores importantes na construção contextual da nova dinâmica desse espaço.

Ainda a respeito dessa questão, Silva (2002) coloca que o novo rural compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligados às agroindústrias; conjunto de atividades não agrícolas, ligadas ao lazer, moradias, serviços e atividades industriais e o conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado. (SILVA, 2002, p.39).

Conforme mencionado, o novo rural apresenta em sua dinâmica várias atividades que podem o configurar como novo, a exemplo de relações sociais e de produção que ao longo da história tem se modificado e se expandido no espaço rural.

Michellon e Gimenes, ainda sobre “o novo rural brasileiro”, destacam:

É neste ritmo das transformações das relações sociais, econômicas, e de trabalho no campo, que surge o que vêm sendo chamado de Novo Rural Brasileiro, onde o campo passa a ser utilizado para novas ocupações de trabalho e modo de vida, deixando de ser exclusivamente agrícola. Essas novas atividades inseridas no espaço rural, na realidade, não são inteiramente novas, pois, a maioria delas, há muito tempo já eram desenvolvidas pelos rurais como hobbie. Sendo assim, a chama-se de novas porque foram recriadas com objetivo principal de gerar renda e sustento para inúmeras famílias rurais. (GIMENES e MICHELON, p.2, s/d).

O novo rural se estrutura por meio das relações de atividades de produção e trabalho impostos no espaço rural e proporcionam, assim, uma nova dinâmica em todos os aspectos. Contudo, os autores afirmam que muitas características tidas como “novas” já existiam há tempos, porém desenvolvidas de forma menos frequente, sem expressividade, talvez por falta de incentivos. Com o passar do tempo, elas foram recriadas e dinamizadas principalmente na perspectiva econômica, por isso recebem o título de novas atividades. As diversas atividades que estão presentes hoje no meio rural configuram as famílias como pluriativas, caracterizando essa nova dinâmica no espaço agrário. Segundo Elesbão (2001):

A noção de pluriatividade é a melhor forma de definir a multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas, sendo esse termo utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como o surgimento de novas atividades que ganham espaço no rural. (ELESBÃO, 2001, p.59).

A pluriatividade, em sua complexidade, demonstra a modificação na estrutura do trabalho e das atividades no meio agrário por intermédio da diversificação de tais atividades, principalmente da inserção das não agrícolas nesse meio. Representa não só a pluriatividade do indivíduo, mas também das famílias, tornando-se ainda mais interessante e significativa para a compreensão do processo e da produção do espaço rural brasileiro.

As transformações do campo atual se caracterizam pelo transbordamento do urbano sobre o rural e o resultado deste processo é a distinção da população de acordo com as atividades, em que o número de pessoas que desenvolvem atividades não agrícolas aumenta. (LOCH; NEUMANN, 2001, p.245).

Nessa discussão, para Loch e Neumann (2001) embasados em Sacheno (1997):

O rural transformou-se radicalmente, daí a pertinência da referência a espaços rurais, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agriculturas das mais primitivas, até aquelas ligadas às modernas técnicas do mundo contemporâneo. A noção de rural deveria ser estritamente territorial ou espacial, não podendo ser identificada como um setor de atividades. (LOCH; NEUMANN, 2001, p.245).

É sabido que a intensificação de tais transformações no espaço rural brasileiro se inicia com a expansão da urbanização que se dá a partir da década de 1940. Pode-se afirmar que a urbanização é a principal responsável pela

redistribuição da população. Na discussão referente ao meio rural, a análise do crescimento e do discurso da urbanização, baseadas em diferentes pontos de vistas científicos, se torna essencial, uma vez que há autores, como Veiga (2002), que contestam o grau de urbanização e ajuda a se pensar melhor sobre o assunto. A esse respeito, Bispo e Mendes (2010) colocam:

Veiga (2004), além de contestar o grau de urbanização (81,2%), alcançado pelo Brasil em 2000, critica os critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considera todas as pessoas que residiam em sedes, inclusive sedes distritais, como urbanas. Para esse autor, o entendimento do processo de urbanização do Brasil vem sendo atrapalhado por esses fundamentos. (BISPO; MENDES, 2010, p.04).

Veiga (2010) ao analisar os dados demográficos e o critério das coletas dos dados critica a abordagem. Para ele a consideração de áreas distritais, como urbano, não se concretiza corretamente, pois não é considerada nenhuma característica geográfica. Neste raciocínio, Veiga (2001) ainda insere a “avassaladora urbanização” como um mito e como um obstáculo para melhor compreensão da sociedade brasileira. Desse modo, as relações acerca da problemática influenciam, de forma indireta, na nova dinâmica imposta no rural, ou seja, na nova realidade.

Ainda de acordo com os apontamentos do pesquisador, a dinâmica econômica rural não se determina mais pela riqueza da natureza, mas sim pela renda não agrícola que se configura com a crescente presença de aposentados, moradores temporários e turistas, sendo o seu desenvolvimento dado pelo desenvolvimento da economia local, para atender especificamente a demanda desses residentes temporários, turistas e aposentados. (Elesbão, 2001, p. 60).

Nesta discussão, Alantejano (2000) faz uma reflexão de perspectiva dialética ao afirmar a importância de questionar a intensidade ou se realmente há uma nova realidade no meio rural:

O entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por transformações radicais que estão conferindo a este uma nova fisionomia parece-nos um tanto exagerada. Seria incorreto dizer que não se verificam transformações importantes e significativas no campo brasileiro, mas o realce que lhes é dado, nos últimos tempos, atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta, não julgamos que corresponda exatamente a realidade (ALANTEJANO, 2000, p. 14).

Para o autor, há sim transformações significativas no rural, inclusive com o desenvolvimento tecnológico que abrange praticamente todos os espaços, porém tais mudanças vêm sendo impostas ideologicamente às discussões e, portanto, não

equivalem à verdadeira realidade. Ele destaca que a forma da ideia de “novo”, imposta na sociedade, muitas vezes não considera as peculiaridades (pobreza, concentração fundiária, etc) que continuam existindo no meio rural. Contudo, ainda afirma que, mesmo com todas as mudanças, o rural nunca deixou de existir e apenas está intrínseco em um processo que tem alterado o seu significado e a tarefa essencial para compreensão da complexidade, que envolve toda a dinâmica presente nesse espaço, é a definição do novo significado dentro da atualidade.

Nesse cenário, encontra-se a categoria “agricultura familiar”, em que a década de 1990 representa o marco central na sua história, uma vez que as políticas voltadas para o rural eram especialmente voltadas para a agricultura de grande porte, e a agricultura de cunho familiar continuava desassistida pelos gestores “responsáveis”. Destarte, nessa década começa, mesmo que de forma minimizada, a surgir investimento para esse segmento da agricultura criando insumos para seu reconhecimento enquanto categoria social. Destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, como a principal política pública que contribuiu e contribui para o reconhecimento da importância dessa categoria social heterogênea, plural e diversificada. No entanto, esse processo de “reconhecimento” em que proporciona mudanças significativas no meio rural brasileiro influencia e faz parte do processo do desenvolvimento rural.

As transformações no espaço são constantes e ocorrem em diferentes perspectivas. A agricultura de cunho familiar nas últimas décadas conquistou, por meio de lutas organizadas, um mínimo espaço dentro da lógica social, econômica e cultural do país. Depois do desencadeamento de todo um processo que traz consigo relações articuladas a movimentos organizados dos trabalhadores rurais, começa-se a perceber a importância dessa categoria social e integrá-la aos setores econômicos e às discussões. Nesse emaranhado observam-se, de fato, mudanças no campo brasileiro que objetivam o importante e necessário desenvolvimento rural brasileiro. Porém, nos últimos anos, o país tem passado por grandes mudanças no cenário político, principalmente no que se refere às políticas públicas voltadas para o espaço rural. Nessa perspectiva Grisa (2017) destaca:

Desde o ano passado, cartas políticas, manifestos e moções de movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, de organizações não governamentais e de redes e grupos acadêmicos vinculados ao rural denunciam as mudanças institucionais, a redução e paralisação de políticas públicas, o agravamento dos conflitos no campo, a revisão e perdas de direitos estabelecidos e os riscos do

agravamento da fome, da insegurança alimentar e nutricional e da pobreza (bastante reduzidos nos últimos anos) e reivindicam revisão no posicionamento do atual governo federal. (GRISA, 2017, p.01).

O momento atual destacado é de suma importância na análise conjuntural do país, uma vez que tem ocorrido de certa forma, um processo anormal no qual, ao invés de incrementadas e ampliadas, as políticas públicas de desenvolvimento rural que vêm de uma trajetória de conquistas das duas últimas décadas, estão sendo extintas. Essa perspectiva de transformação é contraditória e deve-se pensar o atual estágio do rural brasileiro e também o seu futuro, pois está se perdendo as mínimas conquistas alcançadas através de lutas massivas que ocorreram ao longo do tempo.

As discussões permitem analisar que realmente o espaço rural se “metamorfoseou” no decorrer da história, porém, apesar dos avanços que influenciaram nessa nova dinâmica, o rural ainda apresenta muitas questões desestruturadas que não se desenvolveram junto aos processos técnicos e econômicos presentes e essas diversas discussões ricas de múltiplas variáveis e análises se tornam fundamentais para o entendimento das relações intrínsecas a esse espaço e concomitantemente para criar elementos que proporcionem o fortalecimento do seu desenvolvimento.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO RURAL

3.1 Agricultura Familiar no Brasil: contexto histórico geral

A agricultura familiar é uma categoria social de suma importância que, dentro do processo histórico, apresenta grande resistência por meio de lutas que objetivam conquistar um espaço de reconhecimento frente à crescente lógica do sistema capitalista. Esse segmento, nos últimos anos, mesmo que de forma mínima, tem conquistado certa notoriedade e ganhado legitimidade no que diz respeito ao cenário socioeconômico, cultural e acadêmico do país. O estudo dessa categoria e suas variáveis tem se tornado cada vez mais relevante e vem dilatando a sua importância para o desenvolvimento social no espaço rural. Conforme afirma Wanderley (2004):

Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras. (WANDERLEY, 2004, p. 43)

As discussões que se constituem como um debate estão relacionadas a uma gama de questionamentos que envolvem e desencadeiam, na diversidade de pensamentos, em inúmeras indagações e respostas variadas.

Com relação ao debate teórico conceitual da agricultura familiar e no tocante ao termo e a sua definição, a discussão envolve diversas confusões teóricas e conceituais. Por ser uma categoria dinâmica e plural no sentido de possuir particularidades regionais atreladas a diferentes culturas, a agricultura familiar é marcada por dificuldades de atribuição conceitual. Neste sentido, conforme o senso comum, a agricultura familiar se constitui de diferentes formas com especificidades em diferentes espaços.

Ao considerar a geografia do Brasil percebe-se que há diferentes formas de trabalho familiar, diferentes agricultores familiares e “muitos deles obedecendo a denominações locais e regionais como a de colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho entre outras.” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2010, p. 33).

Nas últimas décadas, especialmente em meados da década de 1990, a discussão acerca da agricultura familiar se intensificou inclusive no segmento acadêmico, período importante, uma vez que envolve a sua legitimação e reconhecimento enquanto categoria social. Entretanto, intrínseco a esse processo,

surgem complexidades que envolvem perspectivas de análise diferentes, pautadas em críticas ao reconhecimento político que compreende interesses e manipulações.

Para Wanderley (2004):

As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. (WANDERLEY, 2004, p.44)

Destaca-se que a dificuldade de conceituação, mesmo no que se refere a debates rigorosos e fundamentados, se dá, principalmente, pelo cunho político que envolve a consolidação da agricultura familiar com categoria social, que se concretizou por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), deixando críticas que se fundamentam na afirmativa de que tal categoria é resultado da atuação do estado. Porém, na contramão desse pensamento, é importante analisar as diversas variáveis e perceber essa atuação como resultado de muita luta e como um avanço social.

É notório que dentro desse processo existem constantes interesses de cunho político-ideológico, porém, cabe aos especialistas e estudiosos, como afirma Schneider, analisar criticamente e decifrar entre o que é uma construção política com sentido ideológico e o sinal do surgimento de uma nova categoria social na realidade do espaço rural do país. Esse é um desafio relacionado às novas expressões que vêm surgindo dentro do rural brasileiro e que cabe aos cientistas sociais encara-lo com responsabilidade e contribuir com o debate.

O termo “agricultura familiar” foi “reconhecido, no Brasil, como categoria social e de ação política nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas, atualmente” (NEVES,2002, p. 133-140), bem tardiamente comparado aos países desenvolvidos e, assim, o termo passou e ainda passa por certa discriminação. Para Abramovay (1997):

O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. Até dois anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Da mesma forma, a grande maioria dos textos

acadêmicos voltados a este tema adotava os mesmos termos. (ABRAMOVAY, 1997, p.2).

O que era usado anteriormente para se referir a esse tipo de agricultura representava um julgamento prévio e equivocado sobre a importância e o desenvolvimento do segmento familiar. Não se pode negar que dentro da dimensão que envolve a categoria se encontram grupos de pessoas que se enquadram nessas descrições, porém, não se pode generalizar.

Nessa perspectiva, o termo “agricultura familiar” é relativamente recente e, de uma forma geral, surge por meio de lutas e movimentos (principalmente sindicais) que reivindicavam a criação e implementação de políticas públicas para o meio rural que atendesse os desassistidos pequenos produtores, ou produtores de baixa renda, como eram denominado anteriormente. Schneider e Niederle 2010, explicam:

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou de baixa renda. Em decorrência das lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, entre outras, essas denominações foram cedendo espaço para a de agricultura familiar, que deslocou igualmente a própria identidade sindical em torno da noção de trabalho rural. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2010, p. 990).

Essa categoria social surge em um processo histórico baseado nos esforços e mobilizações de forma dinâmica e no processo de (re) configuração do espaço por meio das relações sociais e econômicas que se tornam necessárias no decorrer do tempo, influenciadas e influenciando as suas características. (LISBOA; ALCANTARA, 2016).

A agricultura familiar possui características e expressões variadas que definem parte de sua organização e dinâmica territorial por meio de vínculos de consanguinidade, no qual a produção e a renda giram dentro da própria família e são viabilizadas para o bem estar da mesma, como, normalmente, não há separação entre trabalho e gestão, sendo responsabilidade de todos da família. Gasson e Errington (1993) *apud* Abramovay (1997) fazem um valioso trabalho destacando as características que correspondem a certa totalidade (ao módulo socialmente dominante) e não a uma parcela que muitas vezes é colocada como marginalizada. Essa tendência ou estratégia de organização dos agricultores

familiares, atualmente, depois de preconceitos, no sentido radical da palavra, começa a ser reconhecida por sua eficiência e racionalidade.

O Brasil é resultado de um processo histórico em que a desigualdade, no que diz respeito à questão fundiária e às formas de produção em si, se consolidou e seu efeito vem se rebatendo nos diferentes períodos de tempo. Nesse processo histórico, as formas familiares de produção agrícola não se desenvolveram e não tiveram importância, porém, apesar desse contexto, é relevante destacar que, mesmo que recentemente em algumas localidades (principalmente no sul, onde a produção agrícola de cunho familiar se encontra mais organizada), essa categoria representa significativo papel na economia do país.

Essa categoria social com suas particularidades características e funcionais possui papel significativo, não só em um aspecto, mas em vários:

As características, o modo de funcionamento e as contribuições que a agricultura familiar (AF) pode dar ao desenvolvimento de um país geralmente é tema pouco conhecido, mesmo em universidades, nas instituições de pesquisa e extensão rural e nos governos. Dos muitos campos em que ela pode contribuir, vamos destacar o econômico, o sócio-cultural, o ambiental, o de segurança alimentar e o de segurança nacional, através da ocupação e defesa do território. (TESTA, 2010, p.1).

Em todos os seus conjuntos estruturais, as formas de produção familiar contribuem em diversos campos e de diferentes formas no país: na regulação e redução dos preços de alimentos, na transferência de renda para os outros segmentos (por sua organização familiar), na segurança alimentar e mesmo em condições marginalizadas eles conseguem produzir consideravelmente. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do total de propriedades rurais do país, 84,4% pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas e a metade delas está na Região Nordeste. É válido ressaltar que esses estabelecimentos representavam 84,4% do total, porém ocupavam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, dados que revelam a desigualdade fundiária e, também, social no país.

A agricultura familiar, ainda segundo o Censo Agropecuário de 2006, produz 70% dos alimentos consumidos no país, ou melhor, é o principal produtor da alimentação básica que abastece as mesas dos brasileiros. Além de tudo, esse segmento é expressivo no que diz respeito à absorção de emprego e geração de renda, principalmente no espaço rural.

Como ressaltado anteriormente, apesar de todas essas reais constatações, é notório que essa categoria social ainda não é vista e valorizada como deveria e continua sendo desassistida e minimizada pela hegemônica lógica do capitalismo. Contudo, se deve perceber que nas últimas décadas a agricultura familiar tem conquistado um espaço no cenário socioeconômico e cultural, mesmo frente a esse sistema desigual. Segundo Picolotto (2011) “vem ocorrendo um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura”. Para o autor, a categoria avança nessa mínima notoriedade por meio de um processo que envolve relações de cunho coletivo, político e cultural.

O reconhecimento deve ser visto como um processo que se desenvolve historicamente por meio de grupos que foram e ainda são inferiorizados e querem se inserir socialmente frente às outras classes ditas superiores. É importante informar que essa dinâmica de mudança social está atrelada às novas configurações presentes no espaço rural, relacionadas a um projeto de desenvolvimento do espaço rural que deve ser analisado cuidadosamente, uma vez que submerge em uma vasta e complexa discussão.

3.1.1 Desenvolvimento rural e Agricultura familiar

O termo “desenvolvimento” envolve complexidades marcadas por controvérsias que se acentuam no processo histórico social. Isso se dá pela dimensão conceitual e pelas inúmeras interpretações e diversas conotações que o termo recebe, variando desde o senso comum até o conhecimento sistematizado. Cabe afirmar que essa é “uma ideia construída pelo mundo Ocidental capitalista e que tem sido disseminada para quase todos os povos do planeta como algo “bom”.” (CLEMENTE, 2017, p. 18).

Segundo Favareto (2007) o termo e a concepção de desenvolvimento se originam nas ciências biológicas no século XIX, ligado à ideia de evolução integrada à teoria de Darwin. O autor ainda faz uma pertinente ressalva no que diz respeito à noção de evolução utilizado na biologia, destacando que Darwin sempre associou evolução com diversidade e nunca com superioridade. Isso reforça a ideia do desenvolvimento como vem sendo tratado historicamente, na origem do desenvolvimento econômico.

No âmbito social e econômico, o desenvolvimento é tido como crescimento e se intensifica com o hegemônico modo de produção capitalista, sendo, neste caso, a

noção de desenvolvimento sinônimo de acumulação de capital, somente ligada à questão econômica e desprezando outras variáveis como a social, ambiental, cultural e etc. De acordo com Clemente (2017):

Apesar de ter surgido no século XIX, a noção do *desenvolvimento* disseminou-se amplamente após a Segunda Guerra Mundial, num contexto bastante favorável, marcado pela polarização político-econômica-ideológica, entre o socialismo (liderado pela União das repúblicas Socialistas Soviéticas- URSS) e o capitalismo (liderado pelos Estados Unidos). Nessa época o discurso do desenvolvimento serviu como instrumento ideológico, a serviço do capitalismo e dos Estados Unidos, para manter sob sua orla de influência os países capitalistas. (CLEMENTE, 2017, p. 20).

O discurso do desenvolvimento se dissemina em um momento de tensão como estratégia político-ideológica pautada no discurso sobre a importância do crescimento econômico. Esse discurso é utilizado, principalmente, pelos Estados Unidos no embate contra o comunismo. Os EUA pregava o desenvolvimento como um necessário caminho que deveria ser buscado pelos países subdesenvolvidos e por esse caminho, seria possível chegar ao nível dos países ricos.

É fato que no decorrer da história essa ideologia e ações políticas engendradas pelos países desenvolvidos, cada vez mais energizados pela crescente lógica do sistema, caminharam opostamente aos objetivos pregados, aumentando as desigualdades entre as nações. Smith (1988) faz uma análise a respeito desse processo do desenvolvimento desigual no espaço geográfico, ao afirmar que este processo “é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital.” (SMITH, 1988, p.16).

Para o autor, o desenvolvimento desigual está intrínseco à economia política do sistema capitalista e se apresenta de forma diferente e contraditória no espaço, isto é, o capitalismo utiliza as diferenças geográficas como premissa da sua crescente consolidação. Desse modo, o desenvolvimento, como é pregado no discurso dos países ricos, é impossível de ser alcançado dentro dessa hegemônica lógica e se constitui como um discurso ideológico que visa à disseminação de padrões hegemônicos que favorecem as potências mundiais.

Como salientada, a concepção do desenvolvimento difundido ao longo do tempo remete às diversas interpretações. Porém, deve-se reconhecer que o desenvolvimento vem sendo utilizado como discurso que apresenta resultados opostos ao que é posto e do que muitos acreditam, aumentando as degradações e

desigualdades socioespaciais principalmente pelas dominações e explorações intrínsecas ao sistema da acumulação.

O desenvolvimento restrito somente ao crescimento econômico, deixa de abarcar diversas questões. Contudo, deve-se destacar que na crítica a essa visão equivocada surgem estudos como o do escritor economista Amartya Sen na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”. Nesta obra, Sen faz uma avaliação muito relevante à noção convencional de desenvolvimento restrito ao crescimento econômico, ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, avanços tecnológicos e etc. sem desprezar a importância desses fatores no processo de expansão da liberdade. Para ele, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo (SEN, 2000, p.), deve ser atrelado à melhoria das condições de vida das pessoas.

O autor destaca que o desenvolvimento, de fato, só pode se concretizar por meio da expansão da liberdade humana, das liberdades que garantam os direitos da sociedade. Afirma que é preciso remover as fontes de privação das liberdades, pois elas limitam as fontes de escolha das pessoas, influenciando negativamente na aquisição de oportunidades que possam proporcionar tal desenvolvimento.

Sen (2000) faz uma diferenciação das liberdades em liberdade constitutiva que está ligada às liberdades substantivas, sendo as capacidades elementares e aumento de escolhas (participação política, liberdade de expressão entre outros.); e liberdade instrumental que é a capacidade de os indivíduos viverem da forma desejada.

De acordo com Sen (2000):

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2000, p. 25-26).

É essencial entender que as diferentes formas de liberdade (políticas, oportunidades sociais, facilidades econômica e etc.), se relacionam e se

complementam. Essas liberdades devem ser entendidas como fatores fundamentais à sociedade de modo que proporcionam, de fato, o desenvolvimento humano.

Ao longo do tempo, o termo desenvolvimento recebeu diversas conotações, sinônimos e interpretações. Recentemente, em consequência disso e do insucesso da implementação de várias políticas de desenvolvimento, vêm surgindo outras formas diferenciadas que visam o desenvolvimento, “porém trazendo atrelado a este algum adjetivo, como local, sustentável, rural e territorial.” (CLEMENTE, 2017, p.18). Essa visão do desenvolvimento com adjetivos que parecem fragmentá-lo em diferentes tipos, deve ser analisada como um todo. É correto analisar uma vertente, porém de modo coerente, no sentido de sempre considerar as relações e a totalidade.

Nesta quadra, o desenvolvimento rural se destaca como importante ponto de análise das novas relações que ocorrem no espaço rural. “A agricultura e o meio rural logo passaram a ser um subtema deste projeto de desenvolvimento.” (WEISHEIMER, 2013, p. 04). A priori, o desenvolvimento rural estava ligado somente ao aumento da produtividade agrícola, restrita ainda àquela visão tradicional de desenvolvimento. O espaço rural se constitui com níveis altos de complexidades que estão ligadas à sua variada dinâmica. No Brasil, o desenvolvimento rural se apresenta como desafio, principalmente pela presente heterogeneidade e marcas históricas de desigualdade, pela dualidade relacionada à disparidade fundiária entre a agricultura familiar e a agricultura de cunho patronal.

Segundo Delgado (2001), no Brasil, o setor agropecuário começa a se desenvolver após a Segunda Guerra Mundial, porém foi entre o período de 1980 (pós-guerra) que a agropecuária do país teve, de fato, seu desenvolvimento por meio da ocorrência de mudanças técnicas através da modernização da agricultura. Esse momento de reestruturação também é marcado pelo papel do estado, já que foram lançadas políticas de intervenção e incentivos para o espaço rural. A partir desse período, não apenas a indústria é considerada um fator de desenvolvimento, a agricultura assume um papel fundamental. Cabe destacar, ainda, que o desenvolvimento rural é muito mais complexo e não se restringe somente àquela visão antiga de modernização da agricultura, de crescimento econômico que parte somente de interesses da minoria.

Estudar e compreender o desenvolvimento nas áreas rurais é uma tarefa difícil que perpassa a alçada teórica analítica de diversas ciências e a

interdisciplinaridade é essencial para a análise dos processos que estão por trás desse desenvolvimento e respectivamente para o entendimento do mesmo. Nessa perspectiva, Kageyama (2004) destaca:

Mas o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias desses diversos campos de estudo. No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. (KAGEYAMA, 2004, p.03).

O desenvolvimento rural deve ser concretizado por meio da combinação das relações dos indivíduos que vivem nesse espaço, relações internas e externas. Esse desenvolvimento está atrelado ao surgimento de uma nova dinâmica no rural com o aparecimento de novos produtos, serviços, tecnologias, estratégias, mercados e novas percepções dos sujeitos vulneráveis.

A questão do desenvolvimento rural também está intimamente atrelada ao debate da sustentabilidade que se intensifica, primeiramente, na Europa, pelo reconhecimento dos problemas que vinham e vem ocorrendo no rural, gerado principalmente por meio da agricultura de alta escala; e também pelo reconhecimento da dinamicidade e multifuncionalidade desse espaço rural. (KAGEYAMA, 2004).

De acordo com Kageyama (2004) o desenvolvimento rural é um processo amplo que envolve diversas variáveis como a dimensão ambiental, sociocultural e a dimensão político institucional. Para Navarro (2001, p.88) desenvolvimento rural é “uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”. Contudo, encontrar uma definição exata para o termo “desenvolvimento rural” é tarefa muito difícil, uma vez que compreende múltiplas e diferentes variáveis. O estudo dessa categoria é essencial para a análise das novas

relações que se dão no espaço e, ao longo do tempo tem se acentuado em um processo que surgem diversas tentativas de definição e aplicação.

Nas últimas décadas, a preocupação acerca desse processo tem sido expressiva e tem procurado abarcar dimensões essenciais (social, política, culturais, ambiental e etc.) e busca, ao menos em tentativa, a melhoria dos níveis de vida da população rural.

Segundo Stege e Parré (2013):

Inúmeros fatores contribuem para o processo de desenvolvimento das áreas rurais, podendo destacar os seguintes elementos como os principais (Veiga, 2001): a) maior acesso a educação e a terra, com o intuito de elevar a renda e diminuir a pobreza; b) uma agricultura diversificada e um meio rural multi-facetado, proporcionam um maior desenvolvimento nas áreas rurais; c) uma maior concentração das atividades, devido as vantagens da proximidade; e, d) um conjunto de instituições bem alicerçadas, permitindo uma valorização do território, e promovendo o desenvolvimento rural. (STEGE; PARRÉ, 2013, p. 06).

Para a efetivação desse desenvolvimento, como foi apontado, é preciso a articulação de agentes internos e externos no sentido do desenvolvimento endógeno, considerando diversos elementos que são fundamentais. Deve ser pensado e executado de forma multidimensional, juntamente com todas as esferas da sociedade, de modo que, como aponta Favareto (2010), as principais estratégias no tocante ao desenvolvimento rural têm por objetivo satisfazer as necessidades básicas da população, garantindo maior participação e apoio à organização cooperativa. Nessa via, as diferentes realidades presentes no heterogêneo espaço rural brasileiro serão, mesmo que minimamente, percebidas e abarcadas.

Na perspectiva da multidimensionalidade, do pensar em estratégias que abarque todas as camadas, o desenvolvimento rural será realmente um processo que influenciará significativamente a vida da população, inclusive as categorias que no processo histórico foram e, de certa forma ainda são, marginalizadas, como no caso da agricultura familiar. Conforme mencionado anteriormente, no processo de modernização da agricultura, também colocado como “desenvolvimento” da agricultura, as políticas públicas voltadas para o rural, que na verdade eram políticas agrícolas, privilegiavam somente os grandes latifundiários, causando maior desequilíbrio e desigualdade entre a agricultura patronal e a familiar.

A datar da década de 1990, em especial em 1996, com a criação do Pronaf (que de uma forma geral surge como mecanismo para atender às reivindicações

expressas por meio de lutas e organizações dos trabalhadores rurais que buscavam a criação de políticas sociais que promovessem o real desenvolvimento rural e atendessem a demanda dos agricultores familiares) é que se começa a criar proposições de influência positiva na vida da referida categoria, permitindo o acesso aos benefícios, até então negados, como serviços de crédito financeiro e incentivos para sua reprodução no campo, a exemplo. Desse modo, como alega Sheneider (2006), o reconhecimento da agricultura familiar, enquanto categoria, está ligado, também, com a legitimação que o Estado lhe empresta ao criar o Pronaf que, como mencionado, não se deu de forma espontânea, mas através de muita pressão dos trabalhadores.

Esse processo de lutas e resistências resultou em mudanças significativas e, desde a década de 1990, vem surgindo políticas públicas como o Programa Nacional da Agricultura Familiar que possibilitaram, aos agricultores familiares o acesso a tecnologias, serviços e bens de consumo, integrando-os, mesmo que de forma ainda opaca, no cenário social e agrícola do país e influenciando respectivamente nas suas condições de vida.

Apesar de toda complexidade relacionada às dinâmicas do espaço rural e especialmente ao seu desenvolvimento, pode-se afirmar que notou-se certa descentralização no que se refere às políticas públicas rurais e a significância da agricultura familiar começou a ser percebida e discutida em espaços de notoriedade. Dessa forma, o desenvolvimento rural vai se estruturando em caminhos opostos àquela equivocada e tradicional concepção de desenvolvimento, destarte, por meio de uma constante luta contra o sistema capitalista que visa somente o aumento da produtividade e do lucro. Esta batalha só foi desencadeada através da organização dos pequenos agricultores por meio de importantes práticas coletivas como o associativismo e sindicalismo.

3.2 O associativismo rural como estratégia de fortalecimento do agricultor familiar

É evidente o peso e as privações de liberdades enfrentadas pelo agricultor familiar ao longo do processo histórico. Resultado da desvalorização das camadas mais frágeis no sistema capitalista, essa categoria, como já salientado, possui um déficit social, cultural e econômico muito grande. Não obstante, nas últimas décadas, esta realidade tem se modificado vagarosamente, principalmente pela união de

forças dos agricultores familiares através de organizações sociais coletivas que se apresentam como alternativa de fortalecimento. Nesta ocasião, se destaca o associativismo no espaço rural como significativa prática e estratégia com o poder de possibilitar o despertar e, por conseguinte, uma mudança no caminhar dos agricultores.

Associações na condição de organizações sociais coletivas são bem comuns, porém possuem complexidades no que diz respeito a uma definição e entendimento específico, talvez por sua multiplicidade de práticas que pode tornar superficial e generalizar a compreensão. “Essa dificuldade pode ser encontrada em diferentes perspectivas teóricas e está alicerçada nas variadas interpretações acerca da importância das associações para a vida democrática das sociedades.” (LÜCHMANN, 2016).

O termo “associação” se refere à união, junção, relação de algo ou alguém. Na perspectiva jurídica brasileira uma associação se define dentro do Código Civil e da Lei de Registros Públicos “como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituída livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa.” (GANANÇA, 2006, p.31). Mesmo diante do exposto, a realidade e a prática não se restringem a tal definição, a exemplo da existência de movimentos coletivos, voluntários e sociais e os muitos grupos informais. Existem diversos seguimentos e abordagens que irão atribuir, na prática associativa, sentidos diferenciados e, em alguns casos, com propósitos comuns no âmbito de dar importância à vida e as conquistas sociais.

Em geral, o associativismo está bastante ligado ao contexto do mundo e das relações do trabalho e empresarial, o que, por um lado, contribui significativamente para o reconhecimento e importância dessa prática. Ainda assim, não é correto considerar apenas essas relações em si, mas também o fato de que, “principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente discutido” nessa prática. (LEONELLO; COSAC, 2009, p.02).

A capacidade de interagir e se relacionar com outros grupos em esferas públicas e privadas, grandes ou pequenas, são características importantes e influenciam diretamente na abrangência e amplitude do associativismo. Para Lüchmann (2016):

O reconhecimento de que as associações interagem com Estados, mercado e com relação de intimidade (WARREN, 2001, p.54) oferece reforço à ideia de que o campo associativo é amplo e heterogêneo, envolvendo tanto os grupos sociais nas diferentes esferas (social, cultural, econômica e política), quanto os diferentes formatos, recursos e intenções. Os diferentes tipos de associações podem promover, a depender de suas características – diferentes efeitos democráticos (ou antidemocráticos) (WARREN, 2001). Alguns podem ser importantes para o exercício da governança, outros para desenvolver habilidades cívicas, desenvolver atividades contestadoras e/ou de resistência, promover encontros sociais etc. (LÜCHMANN, 2016, p.55).

Cabe considerar a heterogeneidade das associações e o contexto ou os contextos que elas vivenciam e perpassam. Ao olhar para a história brasileira, percebe-se que, entre os anos de 1980 e 1990, começam a surgir práticas de organizações que, na maioria das vezes, buscavam parceria com o mercado e também com o Estado, no intuito de atuarem e serem inseridas nos segmentos econômicos e das políticas sociais e públicas. Os anos de 1980 trazem mudanças no cenário político do país ao começar a utilizar bastante os termos “comunidade” e “participação” nos debates relacionados ao poder local, principalmente com a Constituição de 1988.

Para Canterle (2004):

Os fundamentos de uma sociedade solidária se inscrevem dentro de um movimento de ampliação da democracia e ganha novas nuances com formas alternativas de organizações sociais, passando a ser também revigoradas pela prática empresarial contemporânea num sentido reativo e defensivo da eficiência produtiva, a congregar interesses diversificados, aparecendo em todo o tempo agrupamentos específicos em forma de redes, clusters e outros que ora concorrentes, ora parceiros, melhor permitem intervenção na sociedade e junto dos poderes, especialmente de situações bastante complexas. (CANTERLE, 2004, p. 02).

Como afirmado pela autora, a estrutura associativa está, ao menos teoricamente, intimamente alicerçada na perspectiva solidária. Essa perspectiva toma força na consolidação da democracia, que proporciona consideráveis mudanças na sociedade e respectivamente nas relações associativas e “o período de redemocratização do Brasil, que se iniciou na década de 1980, trouxe intrínseco ao seu bojo e com vasto potencial, a emergência de novas práticas associativas.” (CANTERLE, 2004, p. 02).

Neste segmento, a dimensão associativa se funda em um momento de mudança no cenário social do país em que as experiências participativas começam

a ser incorporadas no processo de decisões políticas. Essa nova dinâmica social foi fortemente influenciada por movimentos organizados como experiências associativas e outras pautadas basicamente na mesma lógica de preservar e priorizar a participação social e a gestão compartilhada.

As novas perspectivas atingem tanto o espaço urbano como espaço rural, obviamente de formas diferenciadas, considerando as peculiaridades e a desvalorização do campo por parte dos gestores no processo histórico do país. Nesse sentido, destaca-se aqui o associativismo rural, ou seja, as associações que surgem no meio rural por meio da mobilização e organização dos agricultores familiares em busca de melhoria.

O associativismo rural consiste em uma atividade organizacional coletiva que tem como finalidade conquistar benefícios comuns para os sujeitos que a compõe, sem nenhum fim lucrativo. As práticas organizacionais coletivas no espaço rural se constituem como importante vetor no que diz respeito à percepção e busca de direitos básicos. Assim, pode-se afirmar que a prática associativa é fruto dos arranjos sociais no espaço rural, surgindo como estratégia para tentar sanar e superar as tristes consequências da modernização da agricultura que acentuou as desigualdades e da tradicional questão agrária brasileira. As associações se firmam como possibilidades de conquistar melhores condições de vida por meio de reconhecimento que proporcione certa integração no cenário social, econômico e cultural.

A prática associativa se encontra de forma expressiva no meio rural brasileiro, principalmente sendo constituída por agricultores familiares que, frente a uma sociedade excludente, buscam um necessário e importante reconhecimento que possibilite desenvolver-se dignamente. Nessa perspectiva, para Toniasso, Souza, Brum e Figueiredo (2007):

As associações de agricultura familiar que têm se formado em todos os estados brasileiros se constituem como organizações sociais ou de economia social que, como afirma Pimenta e outros (2006, p.84), são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro. Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações. (FIGUEIREDO et al , 2007, p. 3)

O associativismo se desenvolve social, democrático e voluntariamente, ou melhor, sem fins lucrativos diretamente, visando a estabilidade e inserção do

pequeno agricultor no campo e no mercado econômico, reforçando, assim, suas territorialidades. Sperry (2003) destaca que com a criação dessas associações no meio rural, as lavouras e produções de agricultura familiar apareceram com maiores possibilidades. “A exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações”. (p. 18).

As formas coletivas de trabalho e organização no espaço rural, nesse caso a prática associativa, se expressa com maior abrangência nos municípios que possuem predominância da pequena propriedade privada na qual se desenvolve a agricultura de cunho familiar. A dificuldade de produzir na propriedade, por consequência (como no caso da região nordeste) das condições climáticas não favoráveis e a dificuldade de inserção no mercado, principalmente por falta de incentivos que possibilite certo desenvolvimento, faz com que esses sujeitos busquem formas de articulação que permitam pensar e lutar pelos seus direitos que podem possibilitar o suprimento das necessidades básicas e, concomitantemente, melhorias nas suas condições de vida.

Essas formas de articulação se expressam significativamente no país e devem ser cada vez mais fertilizadas, porque:

Necessário se torna estimular a capacidade de organização dos pequenos agricultores brasileiros, provocando a criação de atividades conjuntas, despertando o associativismo para, de uma forma conjunta, enfrentarem os seus problemas. Para tal, os organismos nacionais de desenvolvimento rural ou de política agrícola devem procurar orientar, estimular e conscientizar o pequeno produtor para aquisição de bens e insumos em forma associativista, mostrando-lhes que conscientes, organizados e participativos poderão auxiliar na consecução de seus problemas prioritários. (VILLELA, 2006, p.1)

É possível refletir sobre as lutas e desejos do pequeno agricultor juntamente com a importância da associação, da participação, organização e consciência como caminho para tais conquistas, já que as lutas se desencadeiam na perspectiva de estruturação social e de formas de territorialidade, considerando que “o processo associativo se assenta na tentativa de construção de novos padrões de relacionamento na comunidade, seja internamente, com formas mais democráticas de organização, seja nas relações com as demais forças políticas presentes”. (ALMEIDA, 2014, p. 392).

Algumas das principais características e funções, além da participação, união e organização, que devem ser desempenhadas pelas associações, para que o agricultor familiar possa se desenvolver conscientemente, é fornecer informação e orientação intrínsecas à educação. A prática associativa desenvolvida nessa perspectiva possibilitará, mesmo que de forma minimizada, condições para que o agricultor realmente se desenvolva em seu meio, pois:

A agricultura em grupo proporciona condições para obtenção de resultados na economia de escala, na participação e capacitação, na utilização de máquinas e equipamentos, na oferta de trabalho, na preservação do meio ambiente, na estabilidade e renda, assim como, na utilização dos escassos serviços públicos. (VILLELA, 2006, p.1).

A agricultura familiar encontrará capacidades referentes à produção, à vivência social, através das qualificações e informações acerca dos principais assuntos que derivam das atividades e demandas da comunidade. De certo modo, a prática, por intermédio da articulação consciente, proporciona formas e estímulos de vivência no seu meio que, na maioria das vezes, foi visto como precário, improdutivo e com escassas condições para garantir a reprodução e permanência do agricultor familiar.

Assim, além da possibilidade de insumos que garanta o desenvolvimento no sentido estrutural físico das comunidades, as associações podem criar condições de empoderamento dos sujeitos sociais. Convém destacar que o caminho para se alcançar toda estrutura baseada em participação consolidada, informações e orientações se constitui como grande desafio para os pequenos agricultores, dado que é notório, por intermédio dos dados estatísticos, o baixo grau de escolarização e instrução educacional no meio rural. Porém, na realidade, mesmo com mais essa limitação, eles conseguem se destacar consideravelmente por meio, principalmente, da união de esforços e experiências próprias que refletem as práticas organizacionais coletivas.

O conjunto de relações que reivindicam direitos sociais do pequeno produtor rural se constitui, ao longo da história, como essencial no processo de imposição das necessidades de políticas públicas competentes que atendam como suporte as demandas sociais, econômicas e culturais do trabalhador rural, mesmo que essa busca ainda não tenha se concretizado de maneira completa.

É fato que as políticas públicas direcionadas a agricultura familiar são relativamente escassas e o que existe, muitas vezes, é de difícil acesso,

principalmente pela falta de conhecimento e informação. Nessa perspectiva, o associativismo possibilita, articuladamente, a informação e o conhecimento sobre as políticas públicas, as formas de enquadramento e de conquista-las.

O associativismo funciona como espaço de articulação e reflexão sobre variadas ações que buscam o desenvolvimento social, econômico e cultural, a permanência do agricultor familiar no meio em que vive, por meio, principalmente, de políticas públicas e através da consolidação de planos estratégicos para o desenvolvimento dessa categoria. (LISBOA; ALCANTARA, 2015).

É necessário, dentro dessa discussão, ressaltar que no âmbito da prática, ou tentativa da prática associativa, e do debate que gira em torno dela, se encontra problemas e contradições que devem ser analisadas cuidadosamente para a consolidação do associativismo. Como discutido por MANESCHY *et al* (2008) baseado em HÉBETTE (inédito), um dos principais problemas, que na maioria das vezes não é reconhecido e percebido, é a confusão prática e também semântica sobre associações legais e associativismo que, muitas vezes acaba desencadeando um processo infértil e contraditório de difusão de associações, porém sem a procedência do associativismo ou a não procedência dos dois.

Nessa direção, associações legais seriam as entidades institucionais criadas apenas para uma necessidade imposta imediata, sem desenvolver um processo contínuo de organização, conscientização e participação social. O associativismo seria, também dentro dessa institucionalidade e/ou de formas espontâneas de movimentos de cooperação, de fato, a prática consciente de relações coletivas organizadas com finalidades comuns, desenvolvendo continuamente processos de organização, conscientização e participação democrática, trazendo resultados e perspectivas positivas para o agricultor familiar, não só no sentido da conquista de interesses individuais e emergentes, mas de um processo que dissemine elementos que permitam o agricultor se perceber e se emancipar enquanto sujeito social.

Entendendo isso, afirma-se que, no país, é notória a existência de associações sem associativismo. No espaço rural, existem variáveis que evidenciam de forma considerável a necessidade da criação de associações, como é o caso das políticas públicas e políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. Em alguns casos, a participação em associações facilita o acesso a essas políticas, o que é de suma importância e um dos propósitos do associativismo, porém, muitas associações são criadas apenas com a finalidade imediata de se enquadrarem e

serem beneficiadas sem desenvolverem uma consciência associativa que busque a organização e participação democrática, busque saber e questionar a procedência, as características, a finalidade e os resultados que tais políticas ou benefícios conquistados irão proporcionar. É fundamental criar condições que desenvolvam a representatividade e a participação via conselhos de desenvolvimento, seminários, conferências entre outros momentos de diálogo, discussões e decisões dos municípios ou/e até mesmo em outras escalas. Com isso será possível o estabelecimento e a criação de insumos para a descentralização de poder e decisões e a implementação de políticas de baixo para cima:

Diante, portanto, da crescente importância que assumem as organizações locais, é necessário avaliar as condições concretas ou o contexto social em que se criam associações e como elas podem produzir os efeitos esperados do associativismo, especialmente propiciando o acesso a recursos e à participação política. Ou, até mesmo, efeitos contrários. (MANESCHY *et al*, 2008, p. 91)

Dada a deferência e complexidade do associativismo, necessário se torna atentar-se e avaliar as diversas variáveis que o entorna e os respectivos efeitos rebatidos nessa e por essa forma de organização e participação social.

A prática se desenvolve em ações que vão em direção à defesa de bens comuns. “Destaca-se seu potencial para fertilizar políticas públicas, dado o poder de pressão ‘de baixo para cima’ que grupos organizados podem exercer sobre tomadores de decisão” (MANESCHY *et al* 2008, p. 90). Constitui-se como ação estratégica no sentido do caminhar coerente, se tornar capaz de influenciar positivamente, quer dizer, de modificar a realidade social dos agricultores familiares.

Merece destaque a análise sobre as diferentes formas de organização e participação da sociedade civil, principalmente no que diz respeito às associações que se apresentam como uma expressiva prática que se dissemina intrínseca ao período de redemocratização do Brasil, corroborando, em uma complexa dinâmica social e juntamente com outras variáveis, com o processo de participação da sociedade civil e contribuindo respectivamente na descentralização de poderes e decisões referentes, principalmente, às políticas públicas.

3.2.1 Associativismo e Participação social

O debate sobre participação está atrelado às diferentes formas de organização da sociedade civil e envolve uma complexidade que vai de encontro com o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. A expressão “participação social” é muito comum, porém a sua conceituação sistemática e classificatória envolve variáveis que a torna enredada, principalmente, de acordo com Alencar (2010, p. 09), por ser um tipo de conceito no qual a sua efetivação ocorre por meio da prática social, continuamente sujeita a mudanças, resultantes da dinamicidade das relações ideológicas e culturais da sociedade.

É fato que o Brasil passou por um grande período no qual a participação da sociedade civil – no que diz respeito às decisões sociais - era praticamente inexistente. Esta prática foi enraizada desde o processo de colonização, onde se inicia o desenvolvimento de um modelo de poder centralizado, constituindo “uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social gerada pela esfera privada”, em um sentido intimamente relacionado a modos verticais de organização (LEONARDO AVRITZER, 2004).

Na segunda metade do século XX, principalmente no período do golpe militar, a sociedade brasileira presenciou umas das suas fases mais difíceis no qual o gerenciamento das necessidades da população ocorria em um modelo de cima para baixo, ou seja, o estado centralizava todo o poder decisório e de implementação de políticas sociais, excluindo a sociedade civil do processo e privando-a dos seus direitos políticos.

Começa, então, a surgir mudanças nesse cenário por meio do processo de democratização e mais claramente no processo de redemocratização do país, caracterizado como período de reintegração das relações democráticas que haviam sido desarticuladas pelo Regime Militar. A chamada sociedade civil autônoma e democrática começa a brotar a partir de meados dos anos de 1970 sendo fruto de inúmeras transformações que vieram se dinamizando ao longo do tempo e, como afirma AVRITZER (2004), relacionadas a diferentes fenômenos como:

Um crescimento exponencial das associações civis, em especial as comunitárias [...];

Uma reavaliação da ideia de direitos. O discurso político brasileiro não deu até o início da democratização a devida importância da ideia de direitos. Os direitos humanos não eram plenamente respeitados pelo Estado no período democrático anterior a 1964. A partir da democratização a ideia de direitos humanos e o discurso da

cidadania adquirem centralidade na organização da sociedade civil brasileira.

A defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado. O Estado brasileiro se consolidou nos anos de 1930 a partir de uma doutrina de forte intervencionismo na sociedade. Essa doutrina foi mais forte no que tange a relação capital – trabalho, mas foi também extremamente influente em outras áreas. A partir da democratização a noção de demarcação entre sociedade civil e Estado e de autonomia organizacional torna-se importante.

A defesa de formas públicas de apresentação de demandas e negociação com o Estado (Costa, 2002). O modo de atuar da sociedade civil brasileira também se modifica a partir da democratização. [...]. (AVRITZER, 2004, p. 04).

Destaca-se a tentativa de aplicação da gestão participativa com o intuito de estimular organizações populares, visando à melhoria das condições de vida da população. Começa então a surgir novas relações que se constituem como fundamentais para o desenvolvimento social. Os termos: participação social, participação cidadã, inclusão social, participação democrática e comunitária começam a tomar pauta no meio político e social brasileiro sendo considerados, muitas vezes, como termos sinônimos ou termos específicos, fator que torna toda a discussão que envolve o conceito de participação mais complexa. Tudo isso corrobora significativamente com a consolidação do processo democrático no país.

Nesta ocasião, Marques e Pereira (2011) destacam:

Entre os principais espaços de promoção da participação arrolam-se fóruns de discussão, conferências, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Orçamentos Participativos, dentre outros, que cumprem a função de absorver as demandas originadas na esfera pública pelos atores da sociedade civil no que se refere ao debate de questões precípuas do ponto de vista da própria sociedade ao servirem como momento de deliberação, de formulação de opinião pública, de aumento do padrão de associativismo e de aperfeiçoamento do sistema democrático. (MARQUES; PEREIRA, 2011, p. 02).

O processo de democratização do Brasil, apesar de ter encontrado e ainda encontrar diversas limitações, se apresenta como fato histórico importante que nasce em uma sociedade de bases ligada à centralização de poderes e decisões. Os fenômenos acima citados pelos autores constituem a base para o surgimento e concretização dessa realidade democrática vivenciada. Dentro desse processo, a participação social se apresenta como variável essencial no fortalecimento da democracia. De acordo com a afirmativa de Carvalho (1998), a participação social está relacionada à criação de espaços que interconectam gestores e sociedade. Ela “é uma conquista da sociedade, significa uma busca pela democratização, e tem

significado histórico para países que viveram em regimes autoritários, pela luta a participação tornou-se um direito do cidadão.” (GARBELINE, 2017, p. 167).

Participar também significa se reconhecer como sujeito na produção do espaço geográfico. O momento que se desencadeia a luta contra a centralização de poderes e decisões é o momento em que se começa a perceber a necessidade da real cidadania e da maioria (sociedade civil) ter o conhecimento e o poder de interferir e/ou dar sua contribuição no que diz respeito aos planos que envolvem o futuro da sociedade em que vivem.

Enaltecendo todo esse emaranhado que envolve a sociedade civil, uma conquista social de suma importância e firmada como marco legal da questão social, é a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que classifica o Brasil como Estado de Direitos. Esta Lei garante a participação dos cidadãos nas formulações, implementações e controle social relacionados às políticas públicas. Com isso, o final da década de 1980 é marcado pelo respeito à luta por direitos e deveres da população civil com “o retorno das eleições diretas em 1985, a luta pela Reforma Urbana, e a Constituição de 1988, fazendo com que os conceitos de participação e cidadania andassem lado a lado.” (TONELLA, 2008, p. 169).

É nesse período que também se inicia, consideravelmente, o surgimento e a proliferação dos movimentos e organizações sociais coletivas e entidades representativas no país. A Constituição de 1988 oxigena legal e significativamente a aproximação entre sociedade civil e sociedade política, especialmente por criar a obrigatoriedade de Conselhos Gestores e incentivar a criação de outros espaços de participação que possibilitasse o contato entre sociedade civil e estado. (MARQUES; PEREIRA, 2011, p. 05).

Conforme ressaltado inicialmente, a participação social se apresenta de diversas maneiras na sociedade e pode assumir diversas formas organizativas, sendo uma delas por meio do associativismo que se constitui como uma prática organizacional coletiva de suma relevância na busca da conscientização e direitos sociais dos indivíduos na construção da cidadania e do desenvolvimento social. Apesar das barreiras estruturais, a prática participativa e, em especial, as organizações associativas em diversos segmentos, tem crescido nas últimas décadas no país: “Verifica-se a proliferação de ONGs (Organizações não

governamentais), entidades representativas de segmentos específicos, conselhos municipais, estaduais, orçamento participativo e fóruns.” (TONELLA, 2008, p.160).

De acordo com Scuassante (2018):

Desse modo, a participação popular tornou-se a essência do Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual a constituição vigente, também denominada “Constituição Cidadã”, inovou criando diversos mecanismos que possibilitassem o exercício da democracia direta e participativa, sendo que, para alguns casos (orçamento participativo), obrigou a sua observância para realização da própria gestão pública. Por conseguinte, a noção de cidadania ganha outro significado, ampliando a atuação da sociedade, que anteriormente se restringia à escolha dos governantes. (SCUASSANTE, 2018, p. 01).

Assim, no processo é desencadeada uma série de fatores ligados a novas relações sociais, no sentido da conquista e expansão da legalidade social. É fato que a participação, em sua aplicabilidade, operacionalidade e discussão, envolve complexidades que, dentre inúmeros fatores, são refletidas pela dinamicidade das relações ocorridas na sociedade. Apesar de tudo, mais uma vez, pode-se afirmar que a participação social, caracterizada por orientar, incluir e conscientizar todas as camadas sociais interessadas se constitui como central na construção do verdadeiro sistema democrático.

Na conjuntura dos processos sociais relacionados às práticas participativas ao longo do tempo, Gohn (2003) faz uma importante análise ao destacar e diferenciar as formas de participação:

- a. A *participação liberal* reflete o desejo de reformar a estrutura da democracia representativa ampliando os canais de informação aos cidadãos de forma que eles possam manifestar as preferências antes que as decisões sejam tomadas. Seria, portanto, um instrumento para buscar a satisfação das necessidades dessa sociedade de iguais.
- b. A *participação autoritária* infere sobre a integração e controle social da sociedade e da política através de ações direcionadas de cima para baixo. A sociedade civil é cooptada por meio de programas pensados estrategicamente para diluir os conflitos sociais.
- c. A *participação revolucionária* representa-se por coletivos organizados em busca de uma autonomia da divisão do poder político, contra as relações de dominação.
- d. A *participação democrática* se fundamenta a partir da soberania popular e da participação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Seu princípio básico é a delegação do poder de representação e o sistema representativo via processo eleitoral é o critério supremo de organização dos indivíduos.
- e. Por fim, a *participação democrática radical* é uma espécie de fusão entre os modelos de participação democrática e revolucionária. Teóricos e ativistas que não acreditam na democracia representativa como um modelo concretamente democrático, propõem sua

substituição por um modelo de democracia participativa que fortaleça a sociedade civil para a construção de uma nova realidade social. (GOHN, 2003 p)

Pode-se afirmar que novas “formas” de democracia surgem também como modelos críticos das problemáticas ligadas, principalmente, à ineficiência de identificar e atender as necessidades do povo, pelo atual e dominante modelo da democracia representativa. A análise das afirmações da autora referenciada acima se constitui como essencial para complementar o entendimento do fenômeno da participação social e da democracia no Brasil.

A pesquisadora classifica os tipos de participação de acordo com a dinâmica da sociedade, entendendo como os sujeitos se inserem nos processos de decisões políticas e sociais. É notório, dentro da respectiva classificação, que cada tipo expressa características bem presentes na sociedade, desde a efetiva participação ou o desejo da mesma, perpassando a suposta prática participativa até chegar à manipulação de formas participativas. Tais características podem ser percebidas dentro dos espaços de organização social inseridos no modelo democrático dominante. Pode-se destacar, como exemplo específico e em escalas locais, a prática associativa que se constitui como um fenômeno de relações sociais complexas e quando é desenvolvido na perspectiva do real associativismo apresenta-se como reflexo da participação democrática. Porém, em casos contrários, também é constatada a prática da participação autoritária e de interesses partidários, em que as decisões são tomadas no modelo tradicional verticalizado e o poder se concentra nas mãos da minoria.

De modo geral, as associações assumem fundamental papel na busca e resistência de um modelo democrático mais justo e igualitário, mesmo que em diversas tentativas o real associativismo não se consolide e gere espaço para uma prática superficial. Nessa discussão ligada às dimensões democráticas, aparece o conceito de democracia associativa como uma vertente teórica que, de maneira geral, assume o papel das associações no processo de melhoria e ampliação da democracia.

Aqui, os argumentos em defesa da importância das associações à democracia giram em torno da constatação dos diagnósticos acerca dos limites dos atores e das instituições políticas tradicionais (estados e partidos) frente ao acelerado aumento da complexidade dos fenômenos sociais. Neste quadro, as

associações figuram como importantes remédios democráticos (i) no sentido de superação do individualismo; (ii) da democratização dos mecanismos de representação e/ou (iii) de uma atuação política mais diretamente voltada para a resolução dos problemas sociais, promovendo maior eficiência governamental (HIRST, 1994; 2001; COHEN & ROGERS, 1995; ELSTUB, 2007; 2008 citado por LUCHMANN, p. 61, 2012).

A autora faz um estudo na perspectiva de analisar as teorias democráticas que inserem as associações no processo de ampliação democrática. Imbuído nesse emaranhado, encontra-se tanto a apontada democracia associativa, a democracia participativa, a democracia deliberativa e a representativa no qual as associações se fundamentam no conceito de sociedade civil, vistos como atores determinantes na sociedade. De forma geral, na análise das vertentes teóricas da democracia, a autora afirma que, apesar das diferenças e especificidades de cada uma, de alguma forma todas criticam os limites da democracia liberal e procura estimular a participação dos sujeitos em espaços públicos, destacando o papel democrático das associações como fundamental. “As associações também seria responsáveis pela constituição de esferas públicas que problematizam, oxigenam e alteram os mecanismos tradicionais de formulação das regras e políticas que regulam e afetam a vida social.” (LUCHMANN, p. 61, 2012).

O associativismo possui uma essência estrutural que, de uma maneira sistemática, pode ser analisado como um sistema democrático que procura atender e trabalhar as múltiplas demandas, partindo de uma organização mutua e respeitosa. Com esse entendimento, tal forma de organização também considerada como democracia associativa, reflete sinais que podem contribuir significativamente para a consolidação de uma sociedade mais justa.

Não obstante, de acordo com o debate relacionado ao modelo de democracia associativa, este seria, dentro de uma sociedade plural, um modelo capaz de transformar as ineficientes formas de participação que existem na sociedade atual, “bem como melhorar a qualidade da deliberação, possibilitando ao cidadão ter a sua atitude individual valorizada no processo de participação e deliberação ao mesmo tempo que contribui para a construção do bem comum.” (SANTOS; PEREZ, 2016, p.83). Seguindo o raciocínio, é notório que, basicamente, os autores ainda afirmam que a aplicação e o aprofundamento da democracia dependem da articulação, mesmo com os desafios intrínsecos à participação, deliberação e ao associativismo.

É evidente que “as associações além de servirem como base, em uma micro escala, para o desenvolvimento da democracia, estariam, também, aglutinando as pessoas e organizando-as no sentido de buscar uma sociedade com menos injustiça e pobreza.” (SANTOS, 2010, p. 34), elas compreendem um papel central no processo de politização social. Contudo, é necessário a nítida consciência de que um dos principais papéis da consolidação associativa e relacionado ao cunho educativo da mesma, é a motivação para o exercício de comportamentos que proporcionem uma sociedade mais democrática.

Na maioria dos casos, em especial as associações rurais, se fundam nas comunidades por estímulos governamentais por meio de políticas públicas que, de certa forma, cobram a existência de uma associação pregando a importância da participação e coletividade para a inclusão dos agricultores familiares no mercado. É fato que as comunidades rurais organizadas coletivamente facilitam o trabalho dos órgãos públicos na implementação das poucas e falhas políticas, além de tornar fácil o manipular sobre a população. Porém, é entendido-se que apesar da existência de jogos políticos ideológicos, o incentivo à prática associativa é importante, uma vez que em alguns casos existem sujeitos que despertam e reconhecem a verdadeira importância da participação por meio da prática organizacional coletiva e buscam utilizá-la como estratégia de desenvolvimento social.

É evidente que o real associativismo se constitui como ferramenta de integração cívica que, nesse caso específico, articula e organiza o agricultor familiar na perspectiva da melhoria das condições de vida. Porém, a consolidação dessa prática é de grande complexidade, pois depende de uma estrutura organizativa que compreende um comportamento diferenciado dentro do processo participativo e de autogestão. Para além da utopia, é essencial a consciência da realidade das condições específicas de cada comunidade e a busca da superação das centralidades de poderes e decisões.

Conforme ressaltado em discussões anteriores, o agricultor familiar carrega um grande peso histórico social e ao longo desse processo foi procurando meios que, de alguma forma, possuem ferramentas que possibilite amenizar as injustiças sociais. Uma das estratégias que se destaca é justamente através da participação da sociedade civil, nesse caso, com a prática associativa é vista como espaço de esperança que, mesmo brandamente, deu voz a essa importante categoria social e, concomitantemente, produz insumos para o processo de desenvolvimento rural.

Nesse contexto, a presente análise apresenta, minimamente, o processo de participação social ao longo do tempo, destacando dentro dele e imbuída na dinâmica organizacional coletiva, o associativismo como uma prática fundamental que possibilita um diferente modelo organizativo, articulatório e de participação da sociedade civil. Este processo está intrínseco à consolidação da democracia no país, sendo este um modelo político social de suma importância para o processo de desenvolvimento da sociedade.

3.3 A relação entre Desenvolvimento rural e Associativismo rural

Na discussão construída anteriormente, entende-se que o desenvolvimento é um processo amplo e complexo que envolve diversas variáveis que se constituem como importantes agentes na produção do espaço geográfico. As contribuições relacionadas à teoria do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, afirmam que o desenvolvimento só pode se concretizar por meio do rompimento das privações de liberdade e da expansão das liberdades que proporcionam, de fato, os direitos sociais resultando na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O desenvolvimento se constitui, também, pelas variadas relações sociais que se dão ao longo da vida, destacando aqui as relações associativas. “O associativismo se faz entendido como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando com a ideia de desenvolvimento.” (CANTERLE, 2004). O associativismo é entendido como prática organizacional coletiva que, por meio de articulações de forças e laços cooperativos, busca a compreensão da realidade vivida e, por conseguinte, os interesses comuns que irão proporcionar liberdades e melhoria nos modos de vida. Assim, no processo de desenvolvimento estão contidos, de forma significativa, agentes de organização e autogestão social que nascem e se dilatam através da participação social.

Ao analisar esse modelo de desenvolvimento e sua heterogeneidade no espaço geográfico, destaca-se o rural como espaço produzido através de profundas relações e possuidor de um grande peso histórico. Esse espaço foi e vem sendo alvo de diversos planos e políticas de desenvolvimento rural que, quase sempre, não promoveu, de fato, o desenvolvimento. Porém, nas últimas décadas esse cenário vem se modificando vagarosamente, sendo o associativismo um dos principais agentes que influencia positivamente no processo do real desenvolvimento rural,

aquele que não atinge somente os grandes agricultores, mas também os familiares. A prática associativa se destaca como um dos principais meios para a conquista de tais mudanças, porque é uma forma de organização no qual os pequenos agricultores se articulam e lutam por tomadas de decisões e buscam estratégias que viabilizem melhorias em seus níveis de vida.

As associações que realmente firmam-se no associativismo contêm, em si, fundamentais ferramentas do desenvolvimento, sendo uma alternativa cabível para alcançá-lo. Corroborando com essa discussão, Frantz (2002) afirma:

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas. (FRANTZ, 2002, p. 25).

O desenvolvimento é um processo que se concretiza por meio de relações dinâmicas criadas pelos sujeitos sociais. Relações essas de laços e separações, de acordos e desacordos que permitem o reconstruir, o recomeçar e o desenvolver. Esse desenvolvimento depende das relações coletivas, enlaçadas no associativismo ao unir a diversidade e singularidade de pensamentos e ideias que fundamentam um ideal comum para desenvolver as comunidades rurais.

Nessa linha, o associativismo encarrega-se de criar condições e fatores para que os indivíduos se percebam e se reconheçam enquanto sujeitos fundamentais e propulsores do processo de desenvolvimento da sua localidade/ comunidade, pois, “o associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente” (CANTERLE, 2004, p. 5 *apud* LEONELLO, 2010). É importante destacar que essa prática é emancipatória tanto para a questão local como para o sujeito em si, uma vez que a organização associativa possui um sistema de relações sociais baseados em interesses comuns que, de certa forma, acaba criando discussões e até ações que perpassam áreas da política e economia e, tal fato, se apresenta como ponto essencial para a aprendizagem, experiência e formação de cidadãos.

Como destaca Canterle (2004):

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando

atendimento às suas necessidades coletivas e individuais. (CANTERLE, 2004, p. 08).

A prática associativa permite criar estratégias e instrumentos que tenham o poder de, além de refletir sobre as reais demandas sociais, influenciar no processo de inclusão social e de autonomia, preparando os sujeitos para a resolução de tais demandas, em busca de mudanças positivas para as suas comunidades e simultaneamente em suas vidas, ou seja, almejando o desenvolvimento tanto no espaço urbano como no rural.

É notório o crescimento na criação de novas organizações associativas no Brasil, tanto no meio urbano como no meio rural. Mesmo que em muitos casos esse crescimento em números não signifique um avanço no processo de associativismo, a realidade se apresenta como fato em destaque, sendo que, no mínimo, representa a articulação visando superar dificuldades cotidianas e, como coloca Leonello (2010, p. 57), “cria uma espécie de capital social sem que elas percebam, porém, que já se constitui em benefício pelas relações estabelecidas”.

No âmbito da discussão dessas novas relações e de novas perspectivas, Leonello (2010) coloca:

Essas relações articuladas pelos novos atores do mercado já se constituem em benefício, pois “[...] a existência humana, tanto em sua forma individual como grupal, está submetida a um processo de profundas e constantes transformações em todos os seus sentidos” (FRANTZ, 2001, p. 254). Os efeitos dessas relações ainda não podem ser bem avaliados, no entanto, o que se percebe é que no mundo do trabalho, as organizações sociais vêm sendo profundamente atingida pelas transformações e mudanças em curso em todos os espaços de nossas vidas, levando-nos a introduzir ou criar e recriar novos processos produtivos, novas organizações de trabalho, alterando o perfil profissional dos trabalhadores e, conseqüentemente, implicando em levar o trabalhador a uma mudança de mentalidade por meio de um processo de (re)educação que o faz produzir na dimensão do trabalho coletivo. (LEONELLO, 2010, p. 58).

No espaço rural, as novas relações se estabeleceram e se estabelecem de maneira peculiar, até mesmo pela complexidade que envolve a sua história. A crescente lógica do sistema de produção capitalista traz a inerência das transformações que afetam as formas de produção, de trabalho e de vida. No processo histórico, os agricultores familiares, mais que ninguém, sentiram o peso excludente das transformações provocadas por esta lógica que contribui somente para a proliferação da desigualdade. Contudo, no âmbito dessas mudanças, o

associativismo rural surge na perspectiva contrária, como uma forma de organização, objetivando, por meio da dimensão coletiva, dar força e voz aos agricultores familiares para que consigam perceber, minimamente, formas de resistência, inserção e reprodução. Pode-se ponderar que o associativismo se apresenta como um novo espaço de organização, trazendo variáveis que contribuem para o desenvolvimento rural.

A importância do associativismo no desenvolvimento rural está pautada na essencial visão de que, necessário e primeiramente, o desenvolvimento deve atingir os sujeitos sociais, pois ele é responsável por criar e buscar meios e estratégias para melhora das condições de suas vidas, sendo essa, segundo Leonello (2010), primeira condição para atingir o desenvolvimento social.

Portanto, mesmo cercado de desafios e até mesmo de experiências contraditórias, as características e dimensões do associativismo são fundamentais para construção de um novo modelo social e político que vai de encontro com a perspectiva do desenvolvimento rural. Este modelo é representado pela relação baseada nos arranjos de articulação, organização e participação baseadas em descentralizar os poderes e decisões, o que, simultaneamente, proporciona o fortalecimento direto tanto da prática associativa como do projeto de desenvolvimento rural no país.

4 O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL? ANÁLISE DA PRÁTICA ASSOCIATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE ANAGÉ- BAHIA

4.1 Características e produção da Agricultura Familiar no município de Anagé - Bahia.

Em uma região anteriormente habitada por índios Imborés e Mongoiós, se origina, ainda no século XVIII, em meados dos anos 1874, por meio de um agrupamento natural de pessoas, o município que hoje recebe o nome de Anagé. O responsável pela fundação do município foi o bandeirante sertanista João Gonçalves da Costa. (PME, 2012).

O município é cortado pelo Rio Gavião que se destaca como um dos influenciadores do seu povoamento. As margens do rio serviam de abrigo para os tropeiros que faziam o percurso entre o Arraial da Conquista, Caetité e arredores do Rio São Francisco. As terras consideravelmente férteis e o clima quente contribuíram para o desenvolvimento agropastoril e, nessa ordem, para a fixação dos colonos. Com isso, surgiu o povoado de São João no qual, posteriormente, por meio da Lei Estadual de nº 249 de 25 de julho de 1898, se tornou uma vila denominada de São João de Vila Nova, ainda pertencente ao município de Vitória da Conquista, permanecendo como vila até o dia 31 de dezembro de 1937.

Em 1938, o distrito São João da Vila Nova, por meio do decreto estadual nº 11.089 datado de 30 de novembro de 1938, passou a se chamar Joanópolis até o ano de 1943. Com o decreto-lei estadual nº 141 de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo decreto estadual nº 12.978 de 1º de junho de 1944, o distrito deixa de ser Joanópolis e passa a se chamar Anagé. Em uma dinâmica político-territorial, nesse mesmo período, Anagé perde parte do seu território para compor Belo Campo, outro distrito de Vitória da Conquista.

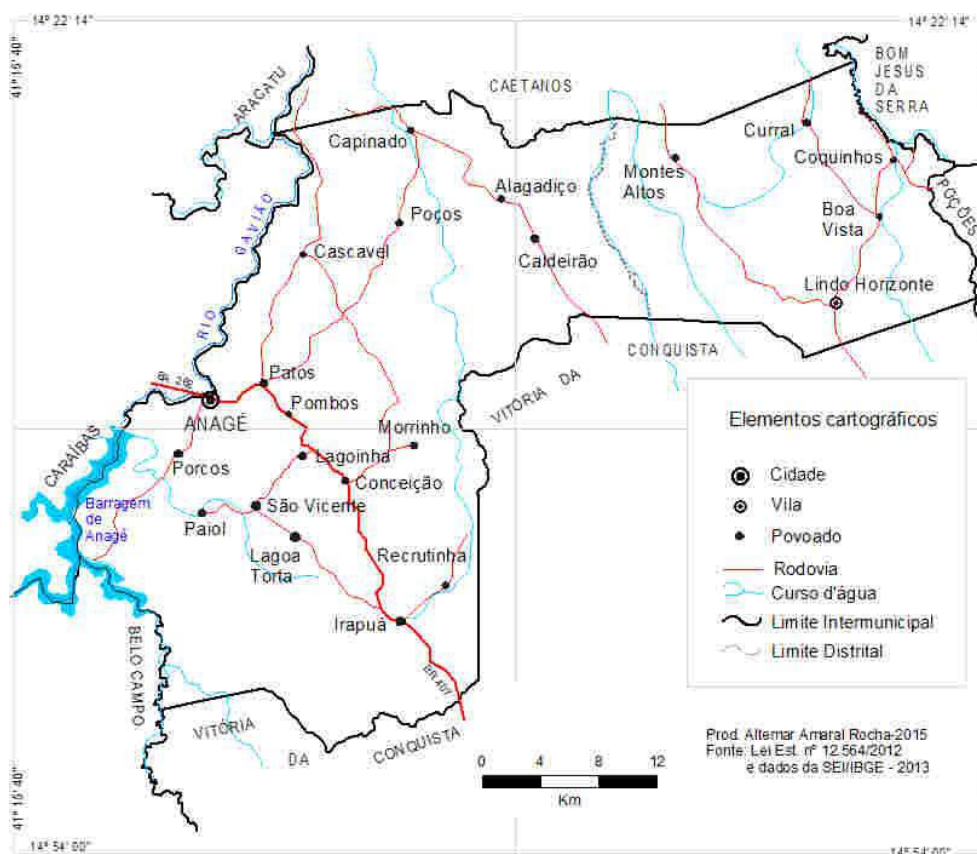
Ao exercer significativa influência política, Anagé como distrito fez parte do município de Vitória da Conquista durante 66 anos. Depois desse período de tempo, o distrito é emancipado pela Lei Estadual de nº 1656 de 05 de abril de 1962, e torna-se município com um distrito sede denominado de Coquinhos. Contudo, a efetivação enquanto município só se deu em 07 de abril de 1963, ano posterior, permanecendo até os dias atuais.

Localizado a 552 km da capital Salvador, o município de Anagé faz parte da mesorregião centro sul baiana e da microrregião de Vitória da Conquista, se

situando entre as coordenadas geográficas de latitude Sul – 14°36'44" e de longitude Oeste 41°08'08", numa altitude de 384 metros. Na configuração político-territorial, o município está contido no Território de Identidade Sudoeste Baiano juntamente com outros 23 municípios, conforme representado na figura 1 (no capítulo de introdução). A rodovia BA 262 que liga as regiões Sul e Centro-Sul do estado da Bahia (Brumado-Ilhéus) e possui um fluxo crescente que perpassa o município, o que também influencia, de algum modo, na sua dinâmica.

Com uma área de 1.853 km², o território anageense possui fronteiras, ao Norte com o município de Caetanos; ao Sul com o município de Vitória da Conquista; a Leste, limita-se com Bom Jesus da Serra e Planalto e a Oeste, com Caraíbas e Belo Campo, como pode ser observado no mapa 3 a seguir. Segundo o Censo Populacional (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Anagé era de 25.516 habitantes, sendo que 80,70% residentes da zona rural. O município possui um distrito denominado Lindo Horizonte, os povoados de Pombos, Gameleira e Capinado e possui, ainda, 106 comunidades, segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PME, 2012).

Mapa 3 - Delimitações do município de Anagé-BA, 2013.



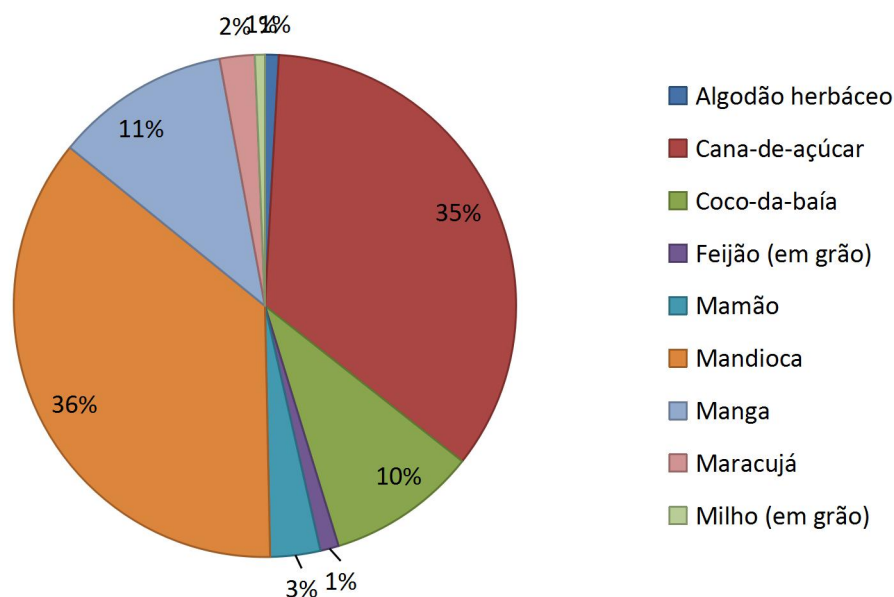
Fonte: Rocha, 2015.

Ainda de acordo com o censo 2010 do IBGE, Anagé, entre os anos 2000 e 2010 obteve um crescimento urbano de 42%, passando de 13,55% para 19,30% em 2010. Contudo, é correto afirmar que mesmo com esse considerável crescimento urbano a área rural prevalece de forma significativa.

No ano 2000 a população era de 31.060 habitantes, em 2010 era de 25.516 habitantes e, de acordo com estimativa, o ano 2017 registrou 19.568 habitantes, segundo o IBGE. Nesse sentido, percebe-se que a população vem decrescendo, o que pode ser explicado pela falta de incentivos políticos governamentais, bem como a falta de oportunidade no município. Assim, parte da população é obrigada a migrar em busca de empregos e educação em cidades maiores, como, principalmente, Vitória da Conquista que se encontra a 50 km de Anagé e funciona como capital da microrregião, polarizando diversas outras cidades por sua forte oferta nos setores comercial, educacional e de saúde.

No tocante à economia do município, a maior parte gira em torno da agropecuária de pequena escala. Isso se expressa pela predominância da pequena propriedade privada e, respectivamente, da agricultura familiar. Como afirma Rocha (2008, p. 63), a renda mensal da maioria da população é menor que um salário mínimo e por estar ligada à agricultura, a maior parte da população residente não declara renda. Neste aspecto também se destaca a renda gerada pelos benefícios das aposentadorias, principalmente rurais, e os postos de trabalho disponibilizados pela prefeitura. Portanto, constata-se a falta de investimentos que possibilitem maiores ofertas de oportunidades no espaço urbano e principalmente no rural, processo que influenciaria positivamente na criação de elementos para o desenvolvimento do município.

Gráfico 1 - Principais culturas produzidas no município de Anagé-BA, 2010.



Fonte: SEI

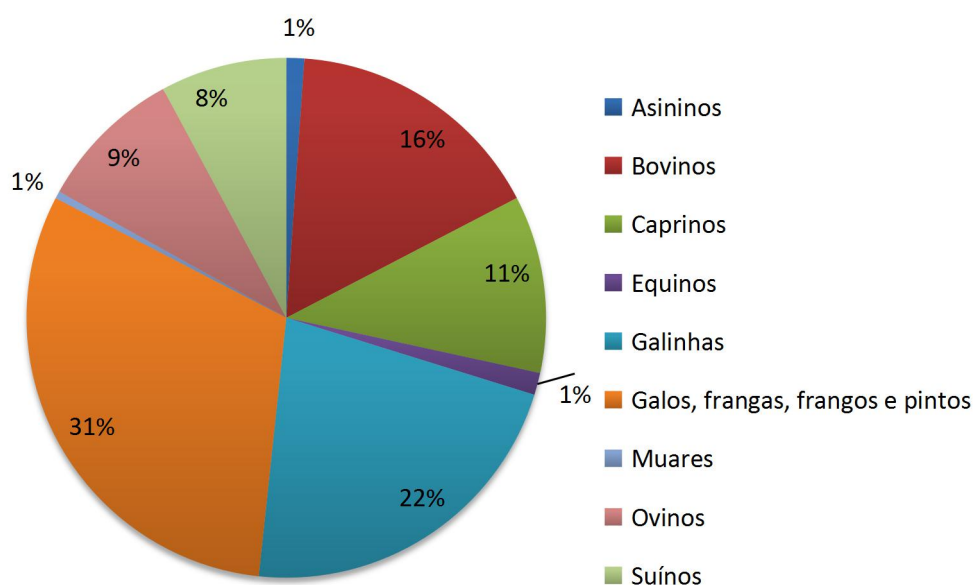
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2018

Conforme menção anterior, no município predomina a pequena propriedade e a agricultura familiar e, de acordo com o censo agropecuário do IBGE (2006), a estrutura fundiária encontra-se dividida em 2.513 propriedades com a extensão de 73.473 hectares, estando quase todas as propriedades distribuídas entre seus próprios produtores, isto é, seus proprietários legais. Existe também, de acordo com o IBGE (2006), um considerável número de terras ocupadas, caracterizadas como propriedades, passadas de gerações familiares, sem a existência de escrituras, que chegam a 514 unidades e representam 2.505 hectares.

Todo o emaranhado de relações contribui para predominância da agricultura familiar em Anagé. Com base no gráfico 1, das principais culturas produzidas no município, em ordem decrescente de expressão, destaca-se: a mandioca, cana-de-açúcar, manga, coco-da-baía, mamão, maracujá, feijão, algodão e milho. A fruticultura se destaca e a maior parte é produzida nos arredores da Barragem de Anagé, local que oferece melhores condições hídricas. Convém destacar que tais alimentos são produzidos para o próprio consumo, para o consumo e para comercialização e também existem aqueles agricultores que produzem exclusivamente para comercialização, como é o caso da maioria dos produtores do entorno da barragem.

No que se refere à pecuária, tem destaque a criação de pequenos rebanhos e registra-se, no caso do agricultor familiar no município, a criação de aves de pequeno porte, ovinos, caprinos, bovinos entre outros.

Gráfico 2 - Efetivos dos principais rebanhos do município de Anagé-BA, 2010.



Fonte: SEI
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2018.

Por meio da análise do gráfico 2, compreende-se que a criação de aves de pequeno porte se destaca em primeiro lugar, tanto para o próprio consumo como para comercialização, em segundo está a criação de bovinos, em terceiro lugar, os caprinos e em quarto, os ovinos.

No município de Anagé, assim como no Brasil, a agricultura familiar, mesmo com toda a sua expressividade, ainda enfrenta inúmeros desafios, principalmente ligados à falta de visibilidade. Entretanto, é possível perceber as características e influências da produção familiar que giram em torno da economia do município analisado. Essas características não tem uma ampla dinamicidade, principalmente por falta de gestão competente e concomitantemente de políticas públicas capazes de perspectivar um considerável desenvolvimento, tanto no âmbito do espaço rural como do urbano.

Ao reconhecer as relações existentes entre o rural e o urbano, e ciente de que não é possível analisar um sem considerar o outro, é importante destacar, no que diz respeito à amplitude e à complexidade das redes urbanas, que Anagé é

considerada uma cidade pequena e não apresenta grande influência no cenário da rede urbana. Ela atende especialmente a própria demanda do município, principalmente o campo, pois o município é predominantemente rural. O seu núcleo urbano possui uma dinâmica simplista, característica de muitas cidades pequenas do país, com falta de infraestrutura e baixo desenvolvimento. Segundo o IBGE, em 2014 obteve um PIB per capita de R\$ 6608.72, estando na posição 234 de 417, comparando aos demais municípios do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) no ano de 2010 foi de 0,54, classificado como baixo, ocupando a 395ª posição no ranking do IDHM Bahia (2010).

O espaço urbano é produzido e reproduzido por meio de relações sociais que desencadeiam e influenciam diversos processos que configuram e organizam as cidades e, nesse caso específico, a relação campo-cidade se destaca no processo. Assim, percebe-se que o espaço urbano de Anagé não apresenta uma dinamicidade tão considerável quanto às cidades maiores onde os processos de transformação urbana se intensificam constantemente. Porém, nota-se que, mesmo de forma pacata, a cidade vem se modificando e reproduzindo ao passar dos anos, principalmente com o surgimento de novos espaços e, então, é correto afirmar que essas transformações são fortemente influenciadas pela dinâmica rural, pois ela é predominante no município. As características e as configurações da cidade de Anagé reforçam significativamente “a ideia de que o rural e o urbano não podem ser pensados distintamente, mas sim, como elementos que se complementam a partir das possibilidades de um influenciar na dinâmica do outro, mutuamente.” (ALVES et al. 2010, p.02).

Essa soma de relações sociais, econômicas e culturais que envolvem o espaço geográfico de Anagé, caracterizam e envolvem a agricultura familiar que está fortemente presente no município, se produzindo, resistindo e minimamente se desenvolvendo, principalmente por meio da organização articulada coletivamente pelos agricultores por meio da prática associativa ao se constituir como expressiva na busca de consciência, direitos-deveres e, respectivamente, na melhoria de vida da população.

4.2 As práticas das organizações associativas no município de Anagé- Bahia

Como informado, o município de Anagé é rural, pois, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, 80,70% da sua população se encontra na zona rural onde há

predominância da pequena propriedade privada e contribui significativamente para a existência e reprodução da sua agricultura familiar. É válido salientar que, por suas características sociais e também naturais, Anagé, em sua categoria agricultura familiar, é alvo de algumas políticas públicas de cunho importante, mesmo que, muitas vezes, tais políticas sejam caracterizadas por processos burocráticos que dificultam o acesso do pequeno agricultor. Surge assim, a necessidade de mobilização e o agricultor familiar começa a se organizar com o intuito, inicialmente, de criar meios que possibilitem e facilitem o acesso às políticas públicas e outros direitos que lhe são privados. Nesse processo, se começa a desenvolver articulações ligadas a organização associativa.

O município apresenta atualmente expressividade no que se refere à prática associativa, se expandindo como importante organização coletiva que, no seu sentido filosófico, de acordo com discussão da seção anterior, se fundamenta como prática que vai muito além da busca e conquista de benefícios materiais e sim como instrumento de educação social, conscientização e capacitação. Contudo, se torna relevante e necessário analisar se dentro do município de Anagé - BA essa prática se dissemina nessa perspectiva do real associativismo ou somente no intuito de se articular para satisfazer interesses práticos, imediatos e materiais.

Assim como em outras escalas, as associações rurais do município de Anagé começam a surgir através de estímulos do governo por meio de políticas públicas que, de certa forma, “exigem” que a sociedade esteja organizada e que apresente a demanda de uma comunidade/localidade. Ainda que esta seja uma exigência, certamente se apresenta, também, como um incentivo para a criação de associações em comunidades rurais. No tocante a esse ponto, é notório controvérsias que envolvem interesses políticos ideológicos, contudo é necessária a análise levando em consideração a existência de um lado positivo no qual essa “requisição” estimulou a criação de inúmeras associações no município, mesmo que essa expressividade, em quantidade, de associações não queira dizer que o município possui o real associativismo.

O presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS de Anagé afirma, em entrevista¹, a importância de se destacar que a maioria das

¹ Entrevista realizada no dia 01 de janeiro do ano de 2018.

comunidades rurais do município de Anagé possui uma associação e, no que diz respeito ao registro da presença de associações, o município está quase universalizado, representando para tais comunidades uma alternativa para a busca de melhorias. Porém, é destacado que somente uma parcela das associações participa ou estão cadastradas no CMDS. Nessa perspectiva, é válido salientar que estes Conselhos são espaços de controle e gestão social que tem como objetivo a construção, discussão e priorização das políticas públicas para os municípios e a representação e participação das associações dentro desse espaço é de suma importância para a criação de insumos no processo de desenvolvimento.

Assim, de acordo com a Cartilha do CMDS:

Em função da dinâmica que vem sendo estabelecida no Estado da Bahia para ampliação dos espaços de concertação das políticas públicas, esforços estão sendo empreendidos para que os CMDSs sejam reconhecidos como espaços de planejamento, monitoramento e gestão de políticas de desenvolvimento sustentável. E, para isso, é necessária a implantação/reestruturação dos CMDSs, levando-se em consideração as recomendações contidas nas Resoluções CEDRS 07/2011 e 013/2013. (CARTILHA CMDS, 2013, p. 03).

É fato que os municípios ainda se encontram em acentuadas disparidades socioeconômicas e que os CMDS's enfrentam inúmeras dificuldades e desafios como, por exemplo, a falta de reconhecimento e participação que acaba reforçando ainda mais a necessidade do real funcionamento e disseminação dos mesmos na construção de um processo de planejamento de desenvolvimento pautado na política de baixo para cima, no qual as decisões são tomadas levando em consideração as especificidades sociais, culturais e ambientais de cada município, permitindo as reflexões, análises e ações coletivas de cada localidade. Um dos objetivos principais é implementar e/ou fortalecer o processo participativo para planejamento, tomadas de decisões, organização e solução de problemas por meio do fortalecimento de ambientes participativos (CMDS's) em que o processo de desenvolvimento ocorra pela prática da gestão compartilhada.

No município de Anagé – BA o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, conforme relatado pelo seu atual presidente, surge em meados do ano de 2013 por meio de um novo projeto do governo estadual que percebe a necessidade de cada município da Bahia constituir um conselho que deverá participar e deliberar sobre os investimentos, projetos e políticas públicas a serem executadas no município. O mesmo ainda relata:

Porém, anteriormente a gente já tinha um outro Conselho também que foi fomentado até segundo a mesma linha que foi em 1986 a 1988, não tenho precisamente essa data. Aí foi na época que saiu o Projeto Gavião, o projeto saiu daqui e iria atuar no município o Produzir, e nos municípios que o Produzir atuava havia a necessidade também desses conselhos, mas naquela época foi assim uma discussão muito... criamos, constituímos o conselho na época do Pro-Gavião², só que não foi muito a frente, nós não tivemos a oportunidade de discutir, debater as políticas públicas desenvolvidas do município através do Produzir. Mas, assim, uma vez constituído, a sociedade civil, os membros das associações, das organizações da sociedade civil, sentiram por bem dar continuidade e a gente ficou reunindo todos os meses. Mesmo que a gente não discutia nada relacionado ao Projeto Produzir, mas discutíamos outros temas, trazíamos pra cá instituições pra fazerem palestras, informações sobre alguns programas tipo distribuição de sementes. É, sempre quando tinha algum projeto executado pelo governo do estado e que o município poderia ser contemplado, a gente trazia pra cá algum membro da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) da antiga EBDA e outros órgão tipo também o CEDASB que através da ASA desenvolveu diversos projetos aqui no município, e era um espaço que a gente trazia as instituições pra discutir, nos informar e orientar como é que a gente poderia acessar as políticas públicas a nível de estado e a nível de município. Aí, criou-se uma dinâmica de apoiar as associações que era ver quais associações estavam regulamentadas juridicamente, que estavam fazendo as declarações anuais, imposto de renda. Enfim diante dessa forma de trabalho a gente ficou mantendo enquanto um conselho que chamava-se CDM (Conselho de Desenvolvimento Municipal). (Entrevista realizada em fevereiro de 2018).

Anagé, mesmo antes da constituição formal do CMDS, desenvolvia a prática de organização e articulação no intuito de se pensar as perspectivas municipais por meio do CDM, de uma forma menos articulada no sentido da participação dos segmentos do poder público municipal. Essa articulação anterior foi de suma importância, uma vez que funcionou como base facilitadora para a criação do CMDS no município quando foi lançado o decreto pelo governo do estado exigindo a criação de conselhos nos municípios baianos. Desde o início das práticas de organização, que posteriormente se transformou em Conselho, as associações, mesmo com uma representatividade menor, já estavam presentes tentando buscar notoriedade que possibilitassem melhorias para as comunidades.

Nesse sentido, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável devem garantir a participação e integração das principais representatividades locais, respeitando a diversidade e pluralidade dos sujeitos. No município de Anagé, pela

² Projeto executado pelo governo da Bahia entre 1997 e 2006, com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, FIDA.

sua configuração social no que diz respeito às organizações coletivas concebidas pela expressividade de associações, grande parte dessa representatividade é estabelecida por associações rurais que no CMDS são representadas, normalmente, por seus presidentes. As associações que fazem parte ou participam das assembleias do CMDS de Anagé conseguem um melhor desempenho e notoriedade, visto que estão inseridas nas pautas e discussões ao lado de outras parcelas da sociedade (civil, poder público e, possivelmente, privado) e esse espaço percebe a relevância da prática para o município, pois para o presidente do CMDS, no caso específico do município de Anagé, o papel do conselho é trazer as associações para discutir as demandas de cada comunidade, bem como socializar as experiências e conquistas de cada uma, procurando sensibilizar as associações em relação a participarem de todas as discussões relacionadas à agricultura familiar e às políticas públicas.

As reuniões do referido conselho ocorrem bimestralmente e, de acordo com o presidente, tem-se tentado sensibilizar as associações em relação à importância da participação de todas as discussões públicas do município, principalmente àquelas relacionadas às políticas públicas, focando no fortalecimento da agricultura familiar. Dentro das ações do conselho destaca-se a disseminação de informações e orientações no sentido de buscar e passar informações sobre diversos assuntos necessários, inclusive jurídicas e, principalmente, sobre políticas públicas orientando o enquadramento das associações e/ou das pessoas nas mesmas.

Apesar das diversas limitações e dificuldades vivenciadas, as associações do município de Anagé dispõem de uma relação muito forte com o CMDS, o que influencia positivamente no processo de fortalecimento de ambos e, de certa forma, na participação social e democratização.

Portanto, dadas às características apresentadas, o CMDS de Anagé constitui-se como elemento relevante para o crescimento e desenvolvimento das associações e do associativismo no município, de modo que oferece possibilidades como informações, orientações, meios de se articular para a conquista de políticas públicas, capacitações, etc. Possibilidades que se constituem como insumos para o fortalecimento da agricultura familiar e simultaneamente das comunidades.

Além do CMDS, no município existe também, de forma bem atuante e em uma perspectiva mais restrita às associações (no sentido das discussões serem feitas, na maioria das vezes, somente pelas associações com rara participação de

outras entidades), a União das Associações do Município de Anagé - UAMA, entidade que busca reunir representantes de todas ou da maioria das associações do município. As reuniões da UAMA ocorrem bimestralmente em alternância com as assembleias do CMDS e tem como objetivo consolidar e reforçar o associativismo trazendo as associações para um diálogo consistente no qual são socializadas as experiências, conquistas, dificuldades e desafios enfrentados por cada uma, no sentido de conscientizar e proporcionar um suporte para as associações.

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar - SINTRAF, recém-constituído no município de Anagé, também é uma instituição que vem atuando significativamente junto às associações do município. O SINTRAF de Anagé foi fundado em meados do ano de 2017, com o objetivo principal, segundo o coordenador em entrevista³, de fortalecer a agricultura familiar no município, abrangendo as parcerias com o associativismo, cooperativismo e inclusive a educação no campo focando no incentivo à participação da juventude nas várias decisões relacionadas às suas localidades.

A respeito da relevância do associativismo no município, o coordenador do sindicato afirma:

Eu não vejo uma outra alternativa, não só no município de Anagé, mas estendendo aí a nível de Bahia, a nível nacional, a não ser através do associativismo, porque é a única maneira que nós temos de organizar. Para concluir esse ponto, o fortalecimento do cooperativismo não se dá se não tiver a participação direta do associativismo. E ainda quero salientar e dizer que os Conselhos Municipais também como a União das Associações tem tido um papel importantíssimo por conta de está focando nas associações, portanto, não temos outra alternativa de desenvolver o fortalecimento da agricultura familiar, da educação no campo se não tiver diretamente com o associativismo. (Entrevista realizada em junho de 2018).

O depoimento do coordenador do SINTRAF reforça claramente a afirmativa da expressividade da prática associativa no município em questão e, além de tudo, a concepção de que o associativismo é o caminho para alcançar o desenvolvimento da agricultura familiar e do município como um todo, sendo o respectivo sindicato uma instituição que acredita e apoia essa prática. A relação do SINTRAF com as associações é bem significativa, posto que a própria criação do sindicato teve uma grande dependência das associações. Destaca-se, então, que toda a diretoria do

³ Entrevista realizada no dia 19 do mês de junho do ano de 2018.

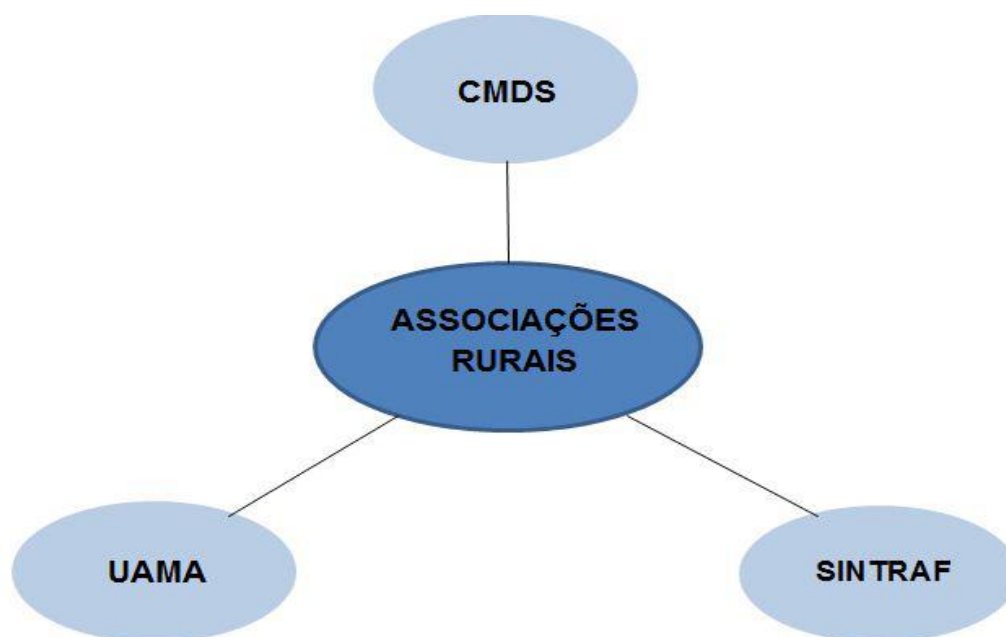
SINTRAF é formada por quatorze associações que fazem parte da diretoria e no total uma média de trinta e cinco que são parceiras da instituição até o momento.

O coordenador do sindicato ainda destaca a importância de instituições como conselhos e sindicatos que abarquem a prática associativa para o fortalecimento de tais organizações, das próprias entidades e do município:

Os municípios que tem essas adesões eles estão um pouco mais fortalecidos por mais que nós passamos por um momento, no ponto de vista da conjuntura atual não se encontra boa, mas pior fica se você não tiver essa aderência com as associações. Portanto, eu vejo isso como um exemplo por conta da gente ter muito feito essa discussão no território de Vitória da Conquista como outros territórios também, tem experiência do Território Sisal, do território de Irecê e tantos outro. E cada um deles que os seus municípios avançou foi com esse perfil, com essa abrangência, tanto das associações, cooperativas, SINTRAF's, e ai facilita também parcerias com o governo do estado. Então, eu não vejo por onde a gente ter um passo a mais se não estiver esse modelo de políticas públicas discutidas de forma coletiva. (Entrevista com o coordenador do SINTRAF em junho de 2018) .

Observa-se que existem no município de Anagé, até o momento, três instituições principais que atuam como parceiras e incentivadoras das associações rurais do município, conforme destacado no organograma a seguir. Destarte, apesar dos inúmeros desafios, dificuldades e problemas, tanto conjunturais como de organização interna que as associações e as instituições parceiras enfrentam, esse modelo tem se constituído como significativo para os mesmos e, nessa ordem, mesmo que de forma branda, para o melhoramento do município no sentido da participação social, com a descentralização de poder e decisão.

Organograma 1 - Organograma das principais instituições parceiras das associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo.
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2018.

É fato que as instituições envolvidas trabalham juntas e representam as associações, ou seja, as que percebem a importância e acreditam no associativismo se constituem como fundamental no que diz respeito à conscientização, participação e democratização social, ao criar elementos para o processo de desenvolvimento rural e concomitantemente contribui para o desenvolvimento do município como um todo, mesmo com todos os entraves que as circundam. De um modo geral, as associações rurais de Anagé, em suas complexidades, possuem estruturas plurais e bem consideráveis que foram construídas em um processo de relações mútuas de pessoas e entidades que almejam basicamente a melhoria de suas condições de vida.

4.2.1 Uma análise das associações rurais do município de Anagé - Bahia

Toda estrutura social discutida anteriormente reforça a expressividade e abrangência da prática associativa no município de Anagé. Tal prática se iniciou há um tempo considerável, de acordo com relatos coletados. Não foram encontrados documentos ou algum registro formal, porém, por meio de conversas informais com sujeitos que militaram e militam no conjunto de organizações sociais no município, nota-se que o associativismo rural em Anagé possui registros de longas datas. Ao

longo do tempo, muitas associações foram desarticuladas e posteriormente outras foram fundadas, registrando que, no caso das desarticuladas, não foram encontrados registros e datas.

De forma geral, as associações rurais no município que possuem registros formais e que apresentam maior expressividade, têm entre 03 e 25 anos, o que revela um crescimento do número de associações no município. O quadro a seguir mostra o tempo de existência das associações pesquisadas:

Quadro 1: Tempo de existência das associações rurais pesquisadas no município de Anagé – BA, 2018.

ASSOCIAÇÕES	TEMPO DE EXISTÊNCIA
Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso	10 anos
Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro	14 anos
Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte	17 anos
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão	18 anos
Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Canela de Ema	20 anos
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau Ferro e Barra da Conceição	21 anos

Fonte: Pesquisa de campo.

Elaboração: Acssuel Lisboa, 2018.

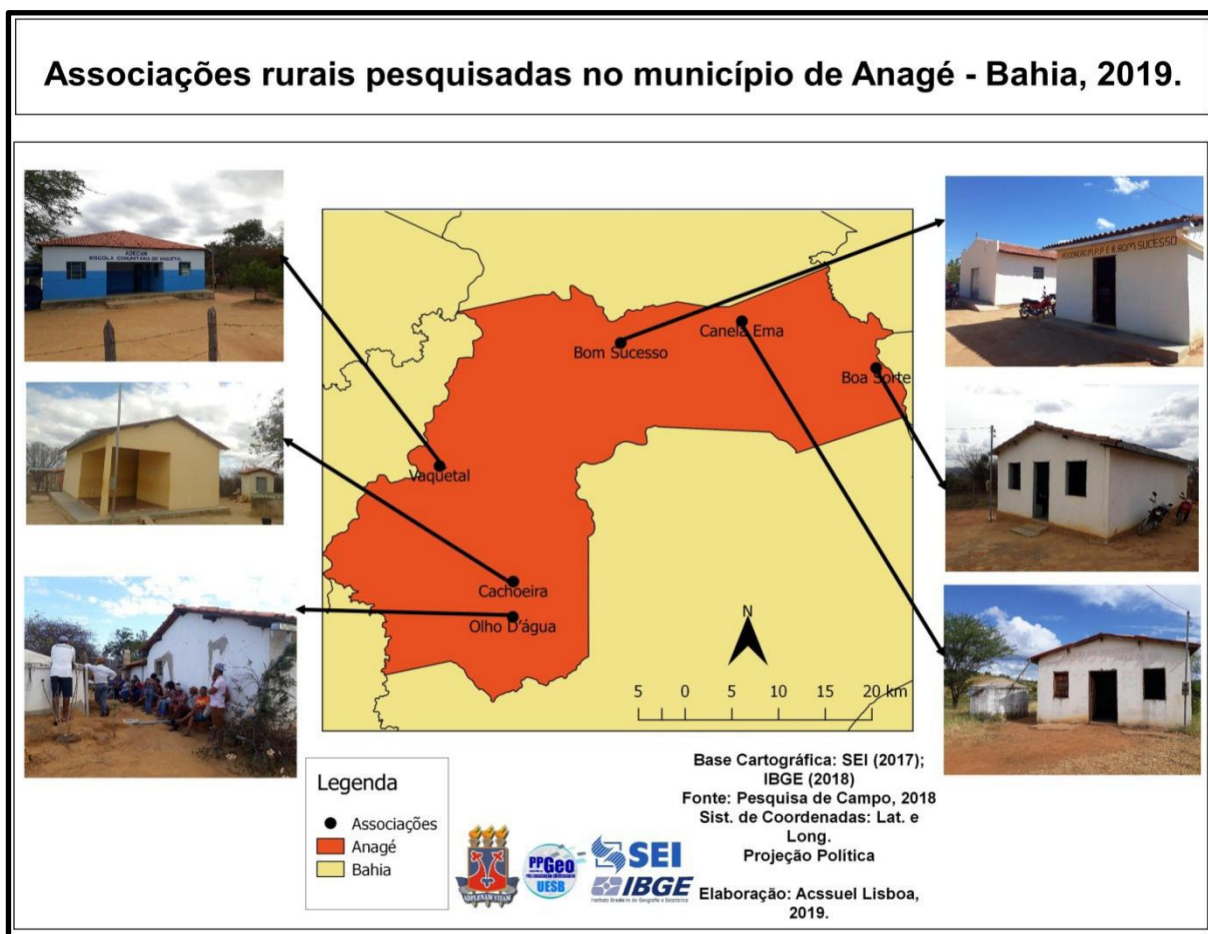
Os dados apresentados no quadro 1 refletem o tempo de existência das associações que foram alvo direto da pesquisa, demonstrando que as seis possuem tempos significativos, porém, de maneira geral e no contexto dos relatos históricos, são consideravelmente recentes. Na realidade do município, geralmente as associações que possuem maior trajetória são as que conseguiram mais benefícios e, de certa forma, um melhor desempenho, pois a prática associativa requer, além da união, dedicação, participação e organização, paciência e perseverança, pois normalmente as conquistas ocorrem a médio e longo prazo.

Nessa sequência, cabe salientar que a questão do tempo e do processo que se constrói na conquista de benefícios, alinhado à falta de mais informação dos associados e não associados, influenciam diretamente na descrença e na desistência de muitos associados. Isso ocorre pela existência de diversos olhares

equivocados que enxergam a prática associativa somente como meio para conquistar benefícios práticos, imediatos, materiais e muitas vezes individuais, caso contrário, a prática se torna uma farsa.

Um dos pontos que reforçam a proporcionalidade da relação tempo-conquistas é o fato de que, na maioria dos casos, as associações que possuem sedes próprias normalmente são as que têm maior tempo de existência e funcionamento. A questão de possuir um espaço (sede) próprio no contexto das associações rurais de Anagé é algo muito relevante, principalmente na aquisição, visto que o local próprio facilita a realização de assembleias, demais eventualidades necessárias para o funcionamento das atividades e até mesmo para o lazer dos associados. Por sua vez, as associações rurais do município que não possuem sedes próprias, desenvolvem suas reuniões e atividades em espaços emprestados ou alugados, o que, normalmente, gera uma situação de instabilidade e restrições.

Mapa 4 - Localização das sedes das associações pesquisadas no município de Anagé-BA, 2019.



Como se pode visualizar na mapa 4, das associações pesquisadas: Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau-ferro e Barra da Conceição, Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso, Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte e Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Canela de Ema, as quatro últimas têm sedes próprias, sendo essa, segundo relatos dos presidentes, uma das mais importantes conquistas alcançadas, um desejo que antes de ser concretizado, era colocado como prioridade, pois o espaço próprio ajuda e facilita a organização e desenvolvimento da mesma. A Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão desenvolvem suas atividades em espaços emprestados (a primeira em um prédio escolar e a segunda em casas de associados ou prédio escolar), contudo, os associados destacam o grande interesse e prioridade da aquisição das sedes próprias.

De forma geral, as associações realizam suas reuniões ordinárias mensalmente, pois no estatuto consta que não se deve ultrapassar o período de um mês sem a ocorrência de assembleias. O estatuto é um documento democrático que reúne um conjunto de regras de organização e cada associação possui um estatuto que se assemelham em muitos pontos, entretanto apresentam particularidades, que são reflexos das especificidades e demandas de cada comunidade.

Geralmente as associações possuem estrutura básica de diretoria composta por: presidente, vice-presidente, secretário, suplente de secretário, tesoureiro, suplente de tesoureiro e conselho fiscal o qual possui três fiscais e três suplentes. Essas informações estão registradas nas regras gerais dos estatutos, podendo ocorrer, no processo da sua construção, a deliberação de outras funções e regras.

Por meio dessa forma estrutural básica e flexível, as associações rurais do município de Anagé se articulam na união de forças dentro de um processo que visa, principalmente, o levantamento das demandas locais assim como o suprimento das mesmas como garantia de direitos básicos, tais como: acessibilidade, acesso à água, moradia digna, etc.

Por meio do desenvolvimento da pesquisa e realização do trabalho de campo, tornou-se possível fazer uma análise das estruturas e atividades das associações rurais investigadas no município de Anagé – BA.

A exemplo deste fato, a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau-ferro e Barra da Conceição que conta atualmente com quarenta e cinco associados e, das pesquisadas, é a que possui maior tempo de existência, com 21 anos. Ela se localiza na comunidade rural do Vaquetal situada na porção sudoeste do município nas proximidades da Barragem de Anagé, abrange mais duas comunidades vizinhas: Pau Ferro e Barra da Conceição. A associação possui uma sede própria que também funciona como escola comunitária, oriunda do esforço da própria associação.

Foto 1 e 2- Sede da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau Ferro e Barra da Conceição, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Fotos: Acssuel Lisboa.

A referida associação surge devido às demandas e necessidades das comunidades alinhadas ao planejamento e implantação de políticas públicas como o Projeto Produzir e posteriormente o Pro-Gavião que, de certa forma, cominou a necessidade da organização coletiva. Assim, por meio dessa dinâmica, um grupo de pessoas se organizou e decidiu fundar a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau-ferro e Barra da Conceição.

Na considerável trajetória de luta e organização coletiva, a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau Ferro e Barra da

Conceição facilitou o acesso a diversos benefícios para os agricultores familiares das comunidades, como, por exemplo:

- a casa do mel que, alinhada a cursos de apicultura, permitiu que a comunidade, em certo momento, se tornasse um destaque em apicultura no município de Anagé, influenciando também na renda dos associados, mesmo que, atualmente, se encontre em dificuldades;

- a escola da comunidade, na qual é utilizado o mesmo espaço da associação e fruto da organização e luta dos associados;

- o sistema simplificado de abastecimento de água tratada para a comunidade, sistema conseguido por meio de um convênio com o governo do estado no ano de 2002. Inicialmente o abastecimento era realizado por chafariz e posteriormente a Associação conseguiu transformar em um sistema simplificado, construído na parte alta da comunidade, um grande reservatório que recebe água da Barragem de Anagé localizada próximo à comunidade, sendo essa água encanada e distribuída a todas as casas. Nesse caso, cada casa possui um relógio medidor do consumo de água, pagando uma taxa mínima destinada à manutenção. Essa foi uma das mais significativas aquisições da Associação a qual só foi possível por meio da organização, participação e perseverança. O fato de a comunidade estar localizada nas proximidades da Barragem de Anagé, uma das maiores barragens do estado, também influenciou nesse processo;

- uma moto para o deslocamento necessário da diretoria e dos associados de forma geral;

- um computador com impressora para a associação fazer registros e criar documentos necessários;

- um GPS no qual, as vezes, é utilizado para a retirada de coordenadas geográficas no intuito de auxiliar a construção de relatórios.

Evidencia-se que, além de todas essas aquisições facilitadas pela prática associativa da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vaquetal, Pau Ferro e Barra da Conceição, também houve a facilitação do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ao Garantia Safra⁴,

⁴ Ação do Pronaf criada em 2002 e está vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Esse benefício social garante ao agricultor familiar o recebimento de um auxílio pecuniário, por tempo determinado, caso perca sua safra em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico.

a assistência técnica e a informações que são positivas para os associados, bem como para o melhoramento da comunidade.

Outra entidade investigada é a da comunidade rural do Bom Sucesso, localizada na porção norte do município a aproximadamente 30 quilômetros de distância do núcleo urbano. Anterior ao ano de 2008, uma menor parte dos moradores da comunidade já fazia parte da prática associativa, atuando em uma comunidade vizinha denominada de Poços e, desse modo, em Bom Sucesso não existia nenhuma associação. Ao perceber a importância de se organizar, surge um crescente número de pessoas interessadas em se associarem e posteriormente a necessidade da criação de uma associação própria da comunidade. Assim, a Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso surge no ano de 2008 com o objetivo, segundo o presidente atual, de garantir os direitos das pessoas por meio da conscientização e trazer políticas públicas para a agricultura familiar da localidade.

Foto 3 e 4 - Sede da Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Fotos: Acssuel Lisboa.

Essa associação possui 68 associados e se apresenta com uma considerável participação e organização que reflete diretamente nas suas aquisições. Durante os dez anos de prática organizacional coletiva, a associação trouxe diversos benefícios e aquisições para os associados e para a comunidade, como:

- a sede da associação: (figura 8) se destaca como uma das mais relevantes conquistas. Além das assembleias ordinárias e extraordinárias da associação, a

sede também recebe algumas reuniões religiosas da comunidade católica local. É fato que a questão religiosa está bem presente na comunidade e nos associados, e isso pode ser percebido facilmente no decorrer das assembleias da associação, uma vez que todas se iniciam com uma reflexão e oração religiosa.

- o trator agrícola com implementos: funciona como uma boa fonte de renda para a associação e como facilitador de trabalhos agrícolas garantindo diminuição de custos para os associados, dado que na prestação de serviços com o trator (transporte de materiais, aragem, tombamento de terras, entre outros) para quem não é associado é cobrado um valor integral e para associados apenas uma parcela desse valor. Esses valores são decididos em assembleias por todos os membros, assim como também são criadas as regras para a sua utilização.

- a casa de sementes: construída na comunidade no ano de 2014 por intermédio do programa Sementes do Semiárido, lançado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), tendo como objetivo o reforço à cultura do estoque das sementes crioulas, pautada no incentivo da ampliação da convivência com o semiárido. Nesse contexto, os agricultores familiares da comunidade selecionam as melhores sementes e as estocam para o próximo plantio, o que influencia positivamente na segurança nutricional e alimentar das pessoas, além de evitar a extinção de algumas sementes.

- um poço artesiano: construído por meio de política pública do estado desenvolvida pela Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia (CERB). Pelo desafio da escassez de água na comunidade, o poço também se destaca como uma das mais importantes aquisições conquistadas pela associação, embora, atualmente, se encontra em mau funcionamento por conta da falta de suporte e manutenção que, segundo os associados, é de alto custo e dever do governo municipal.

- a inserção no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a conquista de cisternas de consumo e de produção alinhado à capacitação técnica, o acesso à assistência técnica e as diversificadas informações relevantes, também se destacam como significativas aquisições que foram facilitadas pela Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Fazenda Bom Sucesso, o que é reflexo da sua prática responsável e o seu apreciável nível de organização.

A Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro, como o próprio nome demonstra, reúne pessoas de duas

comunidades rurais vizinhas e, como ainda não possuem uma sede própria, realiza suas assembleias e eventualidades na escola da comunidade de Cachoeira localizada na região sul do município de Anagé a aproximadamente cinco quilômetros de distância da rodovia BA 262 e 30 quilômetros da sede da cidade.

Fotos 5 e 6 - Local onde ocorrem as reuniões da Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro, 2018.



Fonte: Trabalho de campo, 2018. Fotos: Ronivon / Jessilene.

Fundada no ano de 2004, a referida associação possui quatorze anos de existência e prática associativa, contando hoje com vinte e oito associados. Segundo o atual presidente da associação, anteriormente à sua fundação, existiu outra associação que atendia às comunidades de Cachoeira e Lagoa de dentro, porém, pela falta de interesse coletivo e o não cumprimento dos deveres mínimos, não prosseguiu e foi desarticulada.

Com esse episódio, e a avaliação realizada pelos agricultores sobre o papel das associações como forma de fortalecimento do local onde vivem, foi fundada no ano de 2004 a Associação dos Pequenos Produtores e Agricultores Rurais de Cachoeira e Lagoa de Dentro com intuito de fortalecer a comunidade por meio da busca de projetos, informações e conhecimento.

Nos quatorze anos de articulação, a associação empenhou-se e conseguiu o acesso a alguns benefícios que, de acordo com os associados, não foram tantos, porém se apresentam como fundamentais para a comunidade, entre eles:

- a facilitação de inserção no Programa Luz Para Todos no período em que a comunidade não gozava de energia elétrica;

- inserção e conhecimento sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

- aquisição de cisternas de consumo e também de produção acompanhadas de capacitação técnica referente à horticultura;

- assistência técnica, especialmente no sentido da realização de serviços como cadastramento da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que se deram por meio de parceria e atendimento do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB).

Constata-se, então, que a prática associativa é colocada também como uma significativa fonte de informações e conhecimentos, o que fortalece o desenvolvimento dos associados e do local em que vivem.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão reúne três comunidades e está localizada na porção sul do município a aproximadamente quarenta quilômetros de distância da cidade de Anagé, possui dezoito anos de existência e se encontra atualmente com 112 associados, se destacando como a Associação que possui maior número de associados dentre as pesquisadas.

Fotos 7 e 8 - Um dos locais onde ocorrem as reuniões da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão, 2018.



Fonte: Trabalho de campo, 2018. Fotos: Acssuel Lisboa.

De acordo com a atual presidenta, a associação surgiu por meio de um grupo de pessoas que começou a se reunir visando conseguir alguns benefícios, todavia, essas pessoas não tiveram condições e interesse em manter a associação. Posteriormente, outro grupo considerado mais interessado e articulado com a

população da comunidade decidiu tomar a frente e dar continuidade na associação, mesmo com as diversas pendências relacionadas aos deveres legais de uma instituição. Assim, as reuniões foram retomadas ordinariamente e a associação está se mantendo forte até o período atual, pautada no objetivo de trazer melhorias para as comunidades.

Como observado nas fotos 7 e 8, a associação não possui uma sede própria e realiza suas assembleias e eventualidades em locais emprestados como, por exemplo, em casas de alguns associados ou no prédio escolar da comunidade. De acordo com o presidente, a sede própria da associação é uma forte prioridade no momento, e é de suma importância para obtenção de maior autonomia.

Dentre os benefícios que foram conquistados por meio da prática organizacional coletiva da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olho D'água, Salina e Riachão, se destacam os seguintes:

- cisternas de consumo e cisternas de produção. A última acompanhada de capacitação técnica para produção de hortaliças;

- a inserção e o conhecimento sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e, dentro dele, a participação na ação Garantia-Safra;

- um trator agrícola com incrementos para desenvolvimento de trabalhos agrícolas. Os associados pagam apenas um valor parcial por atividade e os não associados um valor integral. Assim, essa conquista se constitui, além de uma considerável fonte de renda para a associação, como acesso a um instrumento que facilita o trabalho na terra. Ainda vale destacar que além do trator, alguns membros da associação foram contemplados com o curso que habilita, com certificado, a operação de tratores agrícolas e, hoje, a respectiva associação possui, também, três capacitados operadores de tratores;

- uma caixa d'água de grande porte centralizada na comunidade do Riachão que facilita o abastecimento de água na localidade;

A disseminação de informações ainda é destacada pelos associados como valioso benefício para a comunidade, reforçando assim a visão sobre a relevância das associações. Assim, a presidente da associação salienta que “sem o associativismo a gente não anda, pois não podemos esperar pelos outros. É uma porta que se abre trazendo muitas oportunidades”. (S.S, 2018), destacando a grandeza e o caráter autônomo da organização associativa que a influencia positivamente.

A Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte se situa no extremo leste do município de Anagé nas proximidades de Lindo Horizonte, localidade distrital. A referida associação possui dezessete anos de existência e conta, atualmente, com 45 associados.

Figura 9 e 10 - Sede da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte, 2018.



Fonte: Trabalho de campo, 2018. Fotos: Acssuel Lisboa.

A presidente relata que, anterior à existência da atual associação, já existia outra nas proximidades que compreendia duas comunidades vizinhas, mas a ocorrência de divergência entre pessoas de comunidades diferentes fez com que ela se dissipasse. Assim, no período do Projeto Pro-Gavião, executado pelo governo da Bahia, foi decidida, pela população da comunidade de Boa Sorte, a criação de uma associação própria, denominada de Associação do Desenvolvimento Comunitário de Boa Sorte.

A associação, como se pode observar na figura 9 e 10, possui um espaço próprio para realização das assembleias e eventualidades. As reuniões ocorrem mensalmente de forma regular, na perspectiva de conseguir a articulação em busca de melhorias para a comunidade, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. A presidente ainda destaca a influência positiva da associação para a comunidade e sua população: “a nossa comunidade era praticamente isolada e depois da associação conseguimos muitas coisas.” (K. S. 2018).

Dentre essas “coisas”, isto é, aquisições que, na verdade, não são muitas em quantidade, mas possuem valores significativos para os sujeitos contemplados, se sobressaem:

- cisternas de captação e armazenamento de água, de consumo (com capacidade de 16 mil litros) e de produção (com capacidade de 52 mil litros), uma das aquisições mais relevantes, porque, assim como na maioria das localidades do município, a falta de água é um dos maiores problemas da localidade;

- perfuração e instalação de poço artesiano que, assim como as cisternas, se destaca por se tratar de aquisição da água;

- assistência técnica que, apesar de só ter havido nos primeiros anos de existência da associação (ainda no período do Projeto Pro-Gavião), é colocado como relevante no sentido de se apresentar como auxílio para a comunidade relacionado tanto com questões documentais da Associação como com no que se refere à produtividade local. É destacado pelos associados a falta que a assistência técnica faz a comunidade;

- acesso a informações, fundamental para qualquer espaço. Nas reuniões são passadas e socializadas informações, de interesse de todos, relacionadas à comunidade, ao município, às políticas públicas destinadas ao agricultor familiar, entre outras.

Outra entidade investigada foi a Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Canela de Ema, localizada na porção leste do município de Anagé – BA, também nas proximidades do distrito de Lindo Horizonte. Ela se situa na própria comunidade de Canela Ema a aproximadamente 110 quilômetros de distância da sede do município.

Figura 11 e 12 - Sede da Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Canela de Ema, 2019.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Fotos: Acssuel Lisboa.

Conforme declaração do atual presidente, a Associação foi fundada no ano de 1998 também no período que o Projeto Pro-Gavião atuava no município. Afirma, ainda, que a criação da entidade foi proposta pelos técnicos do projeto com o intuito de facilitar o acesso da comunidade à política pública desenvolvida pelo Pro-Gavião. O papel da associação é basicamente buscar conhecimentos que permitam conquistar melhorias para a vida do agricultor familiar. As reuniões ocorrem mensalmente, no sentido de obedecer ao estatuto e tentar discutir as demandas da comunidade. Em cada reunião geral é cobrado uma taxa de manutenção com o valor atual de R\$ 5,00.

Para os associados, a entidade possui grande importância, pois possibilitou diversos benefícios que mudaram a comunidade para melhor, apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos anos. Estes desafios contribuíram com o decréscimo da quantidade e da participação dos associados e “até o ano de 2008 tinha noventa associados, hoje tem uns vinte e cinco no papel, mas participando mesmo só quinze.” (Presidente da associação, 2019). Essa realidade está intimamente ligada às instabilidades políticas que refletem diretamente no planejamento, criação e execução de políticas públicas voltadas para o agricultor familiar. Contudo, deve-se ressaltar que, ao reconhecer a importância da prática associativa, os poucos sujeitos que restam seguem resistindo e acreditando que podem lutar e buscar benefícios, ao menos como já foi há um tempo.

Apesar de tudo que a Associação enfrenta atualmente, nos vinte anos de prática ela foi uma das associações que se destacou no que diz respeito aos benefícios acessados, como, por exemplo:

- uma represa para a comunidade: primeiro benéfico que a associação possibilitou o acesso e se constitui como o mais importante, pois a comunidade sofria com a escassez de água e depois da represa esse problema foi amenizado significativamente;

- um kit de irrigação para a Associação no qual é colocado como muito significativo, uma vez que trouxe dinâmica produtiva para a comunidade. Esse kit, articulado com a primeira aquisição (a represa) que permite armazenamento de água para o uso e com a assistência e capacitação técnica, possibilitou a produção de hortaliças de forma considerável e, é registrado que “há alguns anos produzia muito aqui, saía caminhões de hortaliças daqui, por semana, por mês. Depois foi enfraquecendo, acabou o PNAE.” (Presidente da Associação, 2019). Desse modo, percebe-se que uma forte dinâmica que gerava renda à associação, à comunidade, até mesmo pela inserção da mesma no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que atuava no município, funcionando de modo que a prefeitura comprava alimentos produzidos pelas associações e comunidades para o abastecimento das escolas. Porém, infelizmente, o município deixou de aderir ao Programa e resultou em prejuízos para as associações, como no caso específico da Canela de Ema;

- a sede da Associação se constitui como uma conquista fundamental, pois se apresenta como espaço próprio para a realização das assembleias e demais eventualidades. É válido ressaltar que a sede foi construída com os próprios recursos financeiros da Associação, referente às contribuições mensais, atividades produtivas e comerciais, e também recurso humano por meio de mutirões para executar os serviços da obra;

- a chegada da energia elétrica na comunidade também foi um benefício ímpar, possibilitado pela prática associativa da mesma. Essa conquista foi efetivada no ano de 2007, suprimindo uma necessidade básica que deveria ser realizada anteriormente, entretanto é fato que a articulação da associação facilitou muito o acesso ao Programa Luz Para Todos;

- kits de energia solar que também se destacam, pois a comunidade não possuía e nem tinha previsão de quando iria ser beneficiada com a energia elétrica;

- cisternas de consumo construídas por meio de políticas públicas (Programa Cisternas) que proporcionam a captação e armazenamento da água da chuva, considerada como uma das políticas mais essenciais para o semiárido;

- o trator, com incrementos agrícolas, foi adquirido pela associação recentemente, no ano de 2018. O trator, como uma ferramenta de grande utilidade para o meio rural, se constitui como uma fonte de renda para a Associação, caso a gestão seja realizada de forma correta. Assim, como em outras associações, nos serviços realizados pelo trator é cobrado um valor integral para não associados e valor parcial para associados, cobrado por cada hora de serviço;

- o conhecimento proporcionado por meio de informações, palestras, cursos e capacitações que normalmente é adquirido por um representante e posteriormente passado para os associados em assembleias, também é destacado como benefício muito relevante que a prática associativa permite;

Nessa conjuntura, percebe-se que a dinâmica geral que está ligada ao surgimento da dimensão associativa no espaço rural de Anagé, mesmo que tenha iniciado por meio de uma “exigência” do governo, se transforma em estímulo que posteriormente se transforma em uma dinâmica que parte do próprio agricultor familiar, já que as associações começam a ser criadas por iniciativas dos sujeitos das próprias comunidades, baseadas na necessidade de criar estratégias para lutar por direitos que contribuam para a melhoria dos seus níveis de vida, apesar de, na sua maioria, se restringir somente a essa questão de melhorias práticas e individuais, ser analisado em breve.

As experiências das práticas associativas no município de Anagé refletem à sua dimensão na vida do agricultor familiar. Mesmo assim, não se pode camuflar o fato de que as associações rurais de Anagé enfrentam inúmeros desafios e dificuldades que influenciam direta ou indiretamente em suas trajetórias. De forma geral, as associações pesquisadas em suas representações relataram que enfrentam diversos desafios em que se destacam:

- a dificuldade em conseguir um percentual maior de participação e também de organização. O caso da falta de participação não somente está relacionado à ausência, mas também à participação de fato, no sentido da interação que garante a socialização de demandas e a troca de experiências;

- a falta de compreensão das pessoas que não são ativas, pois, pela falta de conhecimento, elas possuem uma visão equivocada sobre a prática associativa e acabam disseminando críticas destrutivas;

- falta de assistência e capacitação técnica. Muitos afirmam que no período do projeto Pro-Gavião existia tais serviços e o desempenho da associação era muito melhor;

- desmotivação dos associados e, simultaneamente, o esvaziamento das associações principalmente por falta de benefício, problema ligado também à questão da conjuntura política atual, no qual estão sendo diminuídos e/ou cessados investimentos destinados às políticas públicas dirigidas ao agricultor familiar. É importante perceber, nesse aspecto, que tal situação é criada pela falta de consciência e concomitantemente da habilidade de conscientização por parte das associações atreladas àquela visão equivocada de associação como um espaço que tem o único papel de trazer benefícios individuais, emergentes e materiais.

- a quase inexistente participação da juventude na prática associativa que se apresenta como um déficit expressivo ao compreender que a juventude é uma categoria que se encontra, de certa forma, vulnerável na sociedade atual e é de grande valor no processo de democratização e desenvolvimento social.

Tabela 1: Idade dos associados das associações rurais pesquisados do município de Anagé, BA.

IDADE	QUANT. DE PESSOAS
15 - 20	0
21 - 30	4
31 - 40	7
41 - 50	11
51 - 60	14
61 - 70	6
71 - 80	3
TOTAL	45

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lisboa, 2019.

A tabela 1 mostra, por meio dos dados quantitativos, esse desafio enfrentado pela prática associativa no município. Nota-se que 75,55% dos associados pesquisados têm mais de 41 anos e a juventude se encontra quase ausente da respectiva prática. Tal questão pode ser relacionada, além da falta de interesse e incentivo para o jovem participar das discussões ligadas às localidades e ao

município, a um problema recorrente no Brasil, entendendo a saída do jovem do campo em direção aos centros urbanos em busca de empregos e qualificação, devido à falta de oportunidade que o campo apresenta e, nesse caso, é um fator comum no município de Anagé.

- a falta de reconhecimento do poder público, uma vez que as associações rurais do município de Anagé necessitam de políticas públicas que as fortaleçam. E, além de tudo, elas podem contribuir significativamente para o melhoramento da gestão municipal no tocante à facilitação e troca de informações referentes às demandas de cada localidade.

Outro problema que merece ser evidenciado, até mesmo por estar relacionado e influenciar muitos problemas elencados anteriormente, é a questão da baixa escolaridade dos associados; a maioria são analfabetos ou não possuem o ensino básico. Destaca-se que essa é uma questão que não está somente nas associações rurais, mas em todo o município. Segundo o IBGE, em 2010, o município de Anagé-Bahia possuía, da sua população total, 23% de analfabetos com mais de 15 anos de idade, sério problema que demanda estudos e avaliações para serem resolvidos.

As associações do município de Anagé convivem com desafios de caráter estrutural que necessitam ser analisados e discutidos no âmbito da totalidade municipal, objetivando obter a formulação de instrumentos para um processo de soluções, assim como, à consolidação do associativismo e simultaneamente o desenvolvimento social em Anagé.

Apesar de todos os obstáculos, o município de Anagé tem se destacado quanto ao desejo e à capacidade de organização coletiva. Essa característica, se trabalhada conscientemente, poderá influenciar de forma positiva no processo de democratização do mesmo. Essa capacidade do agricultor familiar é reflexo da busca de meios estratégicos que possam amenizar o peso das privações de liberdades sociais de caráter histórico.

Portanto, acentua-se que as estruturas, trajetórias e experiências das associações rurais do município de Anagé espelham a capacidade que a prática de organização coletiva possui, mesmo frente a uma lógica que destrói os laços afetivos e constrói, cada vez mais, condições que fortificam e disseminam a individualidade e o egoísmo pautados na centralização de poderes e decisões. Assim, as associações se apresentam como espaço de articulação que possibilita

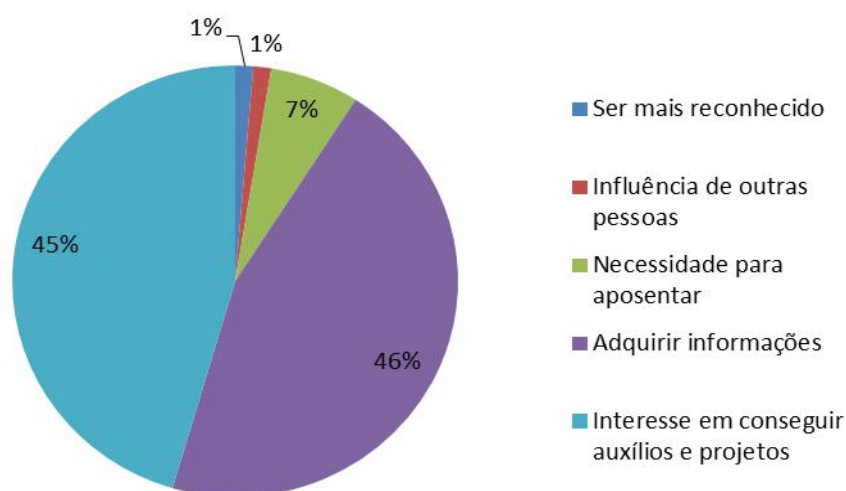
estratégias para a produção e reprodução do agricultor familiar no município, criando relações consideráveis e analisadas ao longo deste trabalho.

4.3 A prática associativa como estratégia do agricultor familiar no município de Anagé – Bahia.

Por meio das observações relacionadas à prática das associações pesquisadas, identificou-se as principais características de cada uma e de que maneira estão constituídas, bem como, a estrutura de funcionamento e organização da prática associativa no município. Todavia, este fator não é suficiente para a compreensão da representatividade da prática associativa ao pequeno agricultor e concomitantemente para município. Nessa perspectiva, se torna primordial a análise do conjunto das características e variáveis sociais na construção da representatividade e da sua função social na vida dos agricultores familiares.

Como ressaltado, apesar do associativismo ter sido uma prática impulsionada pelo estado, ele se dissemina, muitas vezes, em um processo de organização que possibilita a sociedade civil e, nesse caso específico, a inserção do agricultor familiar em um processo participativo como uma estratégia que visa mudanças nas suas vidas. Portanto, para uma compreensão fundamentada na realidade da prática associativa no município de Anagé – BA, é preciso compreender o que mobiliza o agricultor a participar da associação.

Gráfico 3 - Principais motivos pelo qual os agricultores familiares começaram a participar das associações rurais no município de Anagé – BA, 2018.



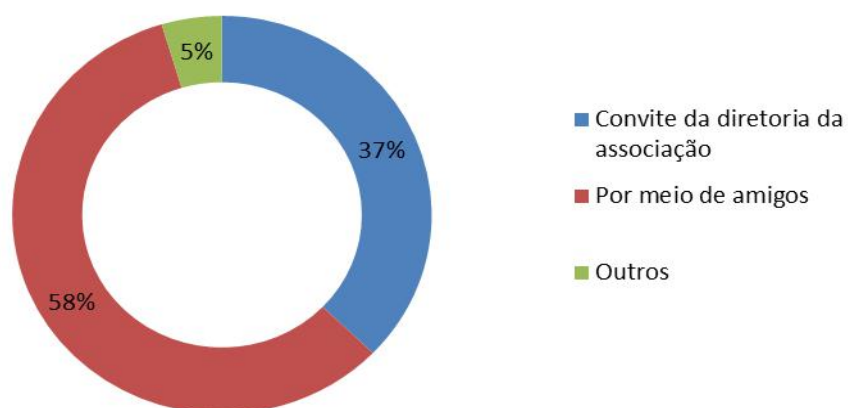
Fonte: Pesquisa de campo.
Elaboração: Lisboa, 2019.

Por meio do gráfico 3 é possível perceber o que motivou a participação dos agricultores familiares nas associações. Os dois pontos que se destacam são, respectivamente, adquirir informações (46%) e o interesse em conseguir auxílios e projetos (45%). O primeiro abrange um dos principais papéis do real associativismo, a disseminação de informações de caráter sociopolítico. Tais informações estão relacionadas a programas e projetos que possam atender os sujeitos das associações e, na maioria dos casos, são restritas à comunidade onde cada associação é responsável. O segundo, por sua vez, reflete o desejo de melhoria nas condições de vida dos agricultores, relacionado à busca de auxílios, principalmente imbuídos às políticas públicas que podem possibilitar melhorias no espaço rural.

A associação se torna um espaço de esperança no qual, de alguma forma, compreende uma dinâmica capaz de proporcionar o desenvolvimento para o agricultor e sua comunidade. Pode-se perceber essa crença e concepção por meio das falas dos representantes das associações. Os entrevistados destacam que os principais objetivos das associações são: a busca de conhecimento para o crescimento da associação e da localidade; a articulação para conquistar políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar; a conscientização das pessoas; o fortalecimento da localidade para obter melhores condições de vida; e a criação de oportunidades para os associados. Destarte, a prática associativa representa um complexo de possibilidades e se dissemina em inúmeras comunidades do município por meio, principalmente, da necessidade de diminuir as privações, conforme discorrido anteriormente.

Um ponto relacionado à disseminação da prática no município que merece ser destacado é a forma como os associados tiveram contato com informações relacionadas às associações antes de participarem-se inserirem.

Gráfico 4 - Como os associados tiveram conhecimento das associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.

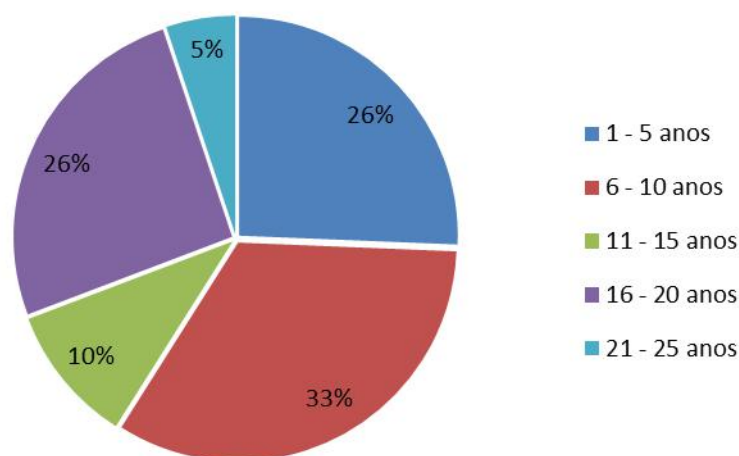


Fonte: Pesquisa de campo.
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2019.

Nota-se, no gráfico 4, que a divulgação e conhecimento das associações se dão principalmente por meio de informações e recomendações de amigos que normalmente acreditam e participam da prática associativa, ponto que se revela significativo, pois a amizade e cooperação são elementos fundamentais do associativismo. O convite da diretoria ainda se destaca no gráfico, o que também se firma como imprescindível, já que convidar a população para participar das reuniões e posteriormente se associar é mais um dos papéis das diretorias das entidades.

Outro ponto analisado dentro da prática diz respeito ao tempo de participação dos agricultores familiares nas associações, porquanto pode representar características consideráveis para o desenvolvimento da mesma. O gráfico 5 ilustra, percentualmente, o tempo de participação dos pequenos agricultores do município de Anagé - BA em suas respectivas associações.

Gráfico 5 - Tempo de participação dos associados nas associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2019.

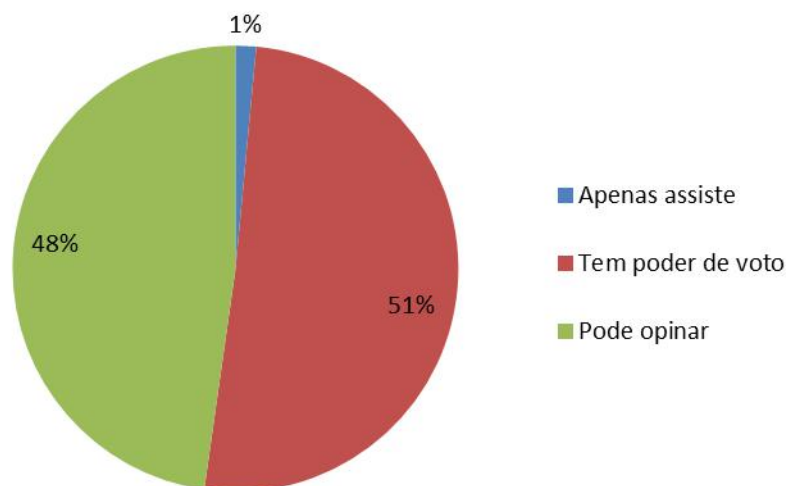
Os dados revelam a variação no tempo de permanência e participação dos associados. Nota-se que a maioria dos associados possui um tempo considerável de participação, o que pode ser interpretado, dentro da prática, como um condizente desempenho das associações na vida do agricultor familiar e/ou também como a paciência e perseverança desses agricultores. Tais pontos se constituem como essenciais dentro da organização associativa, porque para a efetivação do associativismo é necessário, além de vários outros atributos, paciência e perseverança, pois, como mencionado anteriormente, as conquistas ocorrem, na maioria das vezes, a médio e longo prazo.

Ainda de acordo com os dados do gráfico 5, os novos associados, com tempo de participação entre 1 a 5 anos, também representam uma quantidade razoável e reflete certa expectativa positiva, de modo a significar que, apesar das dificuldades enfrentadas, as associações não estão envelhecendo e continuam, mesmo que de forma reduzida, recebendo novos associados que acreditam na ação organizacional coletiva.

Dentro do processo associativo, a participação, variável de suma importância, deve ser analisada cuidadosa e constantemente, pois ela também é responsável pelo desempenho e organização das associações, da essência do associativismo. O

gráfico 6 apresenta como é a forma de participação dos associados nas associações rurais pesquisadas no município de Anagé – BA.

Gráfico 6 - De que forma se dá a participação dos associados nas associações rurais do município de Anagé – BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo.
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2019.

Destaca-se, de acordo com a figura 17, que, nas assembleias, praticamente todos os associados podem opinar e têm o poder de voto, fato que reflete, nesse ponto específico, o trabalho coerente e “democrático” desenvolvido pelas associações do município e dar voz e vez aos associados é fundamental ao avaliar que tais entidades são criadas e devem ser desenvolvidas no sentido da democracia associativa.

É importante inferir que, como em outras organizações coletivas, ainda existem pensamentos no qual acreditam que a diretoria é superior e detém todo o poder decisório. Trata-se de pensamento e comportamento equivocados na prática associativa, porque a divisão de associados e diretoria não determina que só um deles possui todo poder de decisão, mas sim um condicionamento e característica de gestão; um dos papéis da diretoria é garantir e estimular essa forma de articulação e participação coletiva nas assembleias das entidades e em outros espaços da sociedade.

As associações rurais do município de Anagé – BA procuram discutir demandas relacionadas à comunidade com o objetivo de encontrar soluções para supri-las ou, ao menos, ameniza-las. Nessa perspectiva, as principais questões

discutidas em assembleias são: agricultura e os projetos e programas voltados para a agricultura familiar de suma importância para o desenvolvimento do agricultor e do espaço rural; o crédito rural, posto que o agricultor familiar, para se reproduzir, necessita investir em sua terra e na maioria das vezes não possui capital suficiente. Além disso, mesmo que de forma pouco expressiva, mas não menos importante, aparecem discussões relacionadas à importância das associações e da correta e frequente participação nas mesmas.

É válido frisar que este último ponto de discussão juntamente com as demandas das comunidades, são fundamentais e devem ser fomentados cada vez mais, pois a “prática associativa desenvolvida de forma organizada e centrada nas necessidades dos agricultores que as compõe, garante um bom desenvolvimento no que diz respeito à conquista de benefícios.” (LISBOA; ALCANTARA, 2016, p. 12).

Como visto anteriormente (tópico 4.2.1), as associações rurais pesquisadas no município de Anagé – BA, mesmo enfrentando dificuldades, conquistaram benefícios que, apesar de não serem muitos, ao considerar o tempo de prática associativa, se constituem como fundamentais para os agricultores familiares. Nessa continuidade, o organograma 2 apresenta palavras que expressam o significado das associações para os seus representantes.

Organograma 2 - Representatividade das associações em uma palavra para os presidentes das associações pesquisadas no município de Anagé- BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Elaboração: Acssuel Lisboa, 2019.

É perceptível que além da teoria, os sujeitos que representam os associados concebem as associações como espaços que permitem, por meio da participação coletiva, mobilizar o agricultor familiar para entender e socializar as necessidades reais da comunidade e posteriormente criar formas de buscar canais que possam garantir melhorias. Tal concepção do representante é essencial, uma vez que ele reflete todo o conjunto organizacional, reflete e representa todos os associados. Assim, essa visão é passada para os demais.

Entretanto, ao demarcar a complexidade que rodeia a prática associativa rural em Anagé, ainda é necessária a identificação e análise de variáveis que se estabelecem como princípios substanciais para efetivação da mesma enquanto associativismo. Veiga e Rech (2001) propõem alguns princípios básicos e iniciais para a análise do associativismo: autonomia e independência; educação, formação e informação; interação; interesse pela comunidade. Estes princípios também foram utilizados por Santos (2010) para analisar a propensão do associativismo na Região Sisaleira da Bahia e foram fundamentais para o entendimento da dinâmica associativa da região.

Desse modo, a discussão a seguir se firma na perspectiva de analisar as associações rurais do município de Anagé – Bahia, baseadas em tais princípios:

- *Adesão voluntária e livre*: “as associações são organizadas voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar os seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação [...]” (VEIGA; RECH, 2001, p. 13). Esse princípio está ligado ao livre desejo de associar-se. É fato que no município de Anagé – BA esse processo foi inicialmente impulsionado, porém, pode-se afirmar que posteriormente os agricultores familiares foram percebendo o poder da coletividade e se associando de forma “livre”, mesmo existindo elementos motivadores como a possibilidade de benefícios individuais e emergentes que se firmaram, principalmente, em função das precárias condições de vida dos sujeitos.

No entanto, a expressiva propensão associativa no espaço rural do município também pode ser explicada pelas necessidades básicas que as comunidades possuem, encontrando nas associações possibilidades de suprir ou atenuá-las.

- *Gestão democrática pelos associados*: “As associações são organizações democráticas nas quais seus membros controlam, participam e formulam a política e a tomada de decisões, elegem nas assembleias seus dirigentes, votam os objetivos e as metas de trabalho comum.” (VEIGA; RECH, 2001, p. 13). Como regido pelos

estatutos, institucionalmente é correto afirmar que nas associações rurais do município de Anagé – BA a gestão é feita pelos associados. Por meio de eleições nas quais todos têm poder de voto, como ilustrado na figura 11, é eleito e constituído a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. É válido salientar que tal metodologia também se aplica às discussões e às deliberações de demandas dentro das assembleias.

Contudo, é notório que esse princípio ainda está longe de se consolidar na perspectiva democrática e do associativismo, uma vez que, como afirma Santos (2010):

No entanto, quando passamos analisar ativamente o processo de gestão, verificamos que a palavra “democrática” deve, realmente, estar acompanhada de aspas. É que, geralmente, não prevalece uma rígida aplicação das normas e uma efetiva fiscalização, pelos associados, do processo gerencial em questão. (SANTOS, 2010, p. 42).

Realmente esse é um desafio que perpassa as associações rurais de Anagé, sendo comum a presença de Diretorias Executivas que possuem mais de um mandato sem se quer prestar conta de suas ações, e, além disso, existem casos de cargos diretores que ficam concentrados nas mãos dos mesmos sujeitos há um tempo não condizente com o que rege o estatuto (no máximo dois mandados – 4 anos). E nessa sequência, tanto o Conselho Fiscal como os associados, não fiscalizam e nem cobram mudanças, o que deveria ser feito, pois é inerente ao processo democrático.

- *Participação econômica dos sócios* (associados): “os membros contribuem equitativamente através de taxas ou outras formas acordadas em assembleia, para o funcionamento das suas associações, e as controlam democraticamente.” (VEIGA; RECH, 2001, p. 14). As práticas das associações rurais de Anagé - BA condizem com esse princípio, uma vez que seu sustento e manutenção decorrem das contribuições mensais dos associados que variam entre R\$ 2,00 e 5,00. Compreende-se que são valores simbólicos, mas quando surgem algumas necessidades financeiras que ultrapassam o valor em caixa como, por exemplo, na construção de sede, ocorrem doações e articulações de eventos beneficentes (bingos, sorteios, rifas e etc.) com o propósito de arrecadar fundos para a execução da demanda. Tudo isso discutido e acordado em assembleias.

Outro ponto que se destaca nesse contexto são os tratores agrícolas que foram recentemente adquiridos por algumas associações, como visto anteriormente

no tópico 4.2.1. Os tratores se apresentam como aquisições interessantes, de modo que se constituem como fonte de renda para as associações. A gestão do trator é, normalmente, discutida em assembleias onde são decididos os valores de cada trabalho executado: para não associados é cobrado um valor integral e para associados um valor parcial, pensados de forma que possibilite suprir às despesas do trator, consideradas altas, e garantir certa lucratividade à associação.

Frisa-se que, como em outros espaços, nas associações o trabalho voluntário é um desafio, já que a situação econômica nunca é cômoda. Desse modo, é de suma importância a valorização desse trabalho de modo que se firma como base que sustenta o andamento das entidades.

- *Autonomia e independência*: “as associações são organizações autônomas de ajuda mútua e controlada pelos seus membros.” (VEIGA; RECH, 2001, p. 14). A Constituição no inciso XVIII do artigo 5º garante que “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

Esse princípio compõe aspectos difíceis de serem encontrados nas associações rurais do município de Anagé – BA, justamente pelo fato delas, em princípio, serem motivadas por ações governamentais e posteriormente não conseguirem alcançar autonomia suficiente que superpõem os interesses imediatos. Assim:

Devido a isso, as ações desenvolvida pelas associações ficam somente no âmbito de pequenas melhorias nas condições de vida de seus associados, sem preocupações ou ações que busquem mudanças na estrutura que gerou a situação de pobreza do seus associados. (SANTOS, 2010, p. 43).

Percebe-se facilmente tal problema relacionado aos interesses individuais e imediatos ao observar as nuances políticas do país nos últimos anos. Na medida em que os investimentos destinados às políticas públicas para o agricultor familiar e o espaço rural passam por um processo de desarticulação, é claramente notável o esvaziamento das associações rurais do município de Anagé, apresentado como um dos principais problemas atuais dentro da prática.

É correto destacar que a falta de autonomia e independência das associações resulta da incapacidade delas empoderarem os seus associados. Este fator pode ser associado, também, à falta de conscientização relacionada à baixa escolaridade dos associados.

A busca pela autonomia e independência das associações como um todo deve ser prioridade, pois proporciona conquistas tanto para os associados como para as comunidades, abrangendo além de interesses emergentes.

-Educação, formação e informação: “Cabe às associações promover a educação e a formação dos seus membros, para contribuir com eficácia para o desenvolvimento das operações das associações e estimular a cultura e o comportamento associativo.” (VEIGA; RECH, 2001, p. 15). Este é um dos princípios básicos para consolidação do associativismo. Para as associações rurais de Anagé se constitui como principal desafio, até mesmo por causa dos déficits sociais do agricultor familiar.

Na realidade específica, as associações procuram trabalhar as informações como elemento significativo e emancipador chegando a ser destaque dentro das principais aquisições das associações alvo da pesquisa (tópico 4.2.1). Destaca-se, nessa quadra, a articulação das entidades parceiras CMDs, UAMA e SINTRAF (organograma 01) que desenvolvem interessantes trabalhos na perspectiva de discutir e multiplicar informações relevantes aos representantes das associações. Porém, na maioria das vezes, tais associações se restringem apenas à reprodução de informações, sem discussões críticas.

Nota-se que a prática associativa rural do município é carente em cursos de formação e capacitação voltados, tanto para espaços organizados e coletivos, como para vivência no meio rural. De acordo com os associados, há alguns anos existiram políticas públicas, em especial no período do projeto Pro-Gavião (1997 – 2006), que trouxeram consigo a questão da capacitação e assistência técnica, período destacado com maior desempenho.

A educação, elemento fundamental na vida social, já discorrido, é um problema estrutural do município de modo que a escolaridade da maioria dos agricultores associados é baixa, dificultando o processo de desenvolvimento associativo e respectivamente do espaço rural. Ainda assim, é perceptível, dentro desse contexto, a existência de muitos agricultores que, apesar de não possuírem uma escolaridade básica formal, conseguem passar por um expressivo processo educativo e formativo dentro da prática associativa adquirindo certo conhecimento político e social que deve ser considerado e trabalhado nos espaços das associações.

Interação: “Para o desenvolvimento e fortalecimento do associativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre associações, viabilizando o setor.”(VEIGA; RECH, 2001, p. 15). Como organizações coletivas, a interação é variável fundamental para a concretização de trabalhos democráticos, tanto no processo interno (entre associados), quanto no externo, ou seja, entre outras associações ou instituições parceiras.

No que tange as associações rurais do município de Anagé – BA observa-se a interação entre parte das associações do mesmo município, até mesmo de forma constante. Essa interação ocorre via Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, União das Associações do Município de Anagé e Sindicato dos trabalhadores e Agricultores Familiares do Município de Anagé, que se constituem como instituições parceiras, visando o fortalecimento do associativismo no município (tópico 4.2.1 / figura 01). Tais parcerias merecem destaque, pois possibilitam maior articulação e visibilidade por meio de socialização de demandas, experiências e informações relacionadas às especificidades de cada comunidade.

No entanto, a interação das associações com outras associações e com outros segmentos sociais ainda é pequena e a forma como se dá as mínimas interações existentes se apresenta como ineficiente, uma vez que, em muitos casos, as relações de dependência (a representante do poder público, por exemplo) continuam prevalecendo.

- *Interesse pela comunidade:* “As associações trabalham para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável de sua localidade através de políticas aprovadas pelos seus membros, ou políticas realizadas em parcerias com o governo ou outras entidades.”(VEIGA; RECH, 2001, p. 15-16). Esse ponto contém um teor de complexidade. No município de Anagé as associações rurais se preocupam com as suas respectivas comunidades, porém percebe-se que a preocupação maior é com os associados, o que também acaba atingindo, indiretamente, a localidade. De algum modo, pelo fato de algumas ações se destinarem apenas aos associados, tal forma de trabalho acaba influenciando outras pessoas a se associarem, o que é mais um reflexo da falta de autonomia e independência associativa, pois prevalece apenas o interesse em acessar benefícios imediatos e individuais e não de fortalecer o associativismo e a comunidade.

É correto afirmar que, comumente, mesmo quando ocorrem ações que visam atender as comunidades como um todo, são lotadas de intenções, política partidária

por exemplo, na perspectiva de agregar pessoas em quantidade e usar os representantes e os espaços associativos para maior reconhecimento. Destarte, esse contexto faz com que as pessoas desacreditem das ações que objetivam atender as comunidades, aspecto que levam até a dispensar ações sérias.

A descrição das associações, juntamente com a análise da prática associativa, por meio desse conjunto de princípios, permite, além de traçar um perfil das mesmas, entender a propensão da prática no município de Anagé – BA. Tal prática, apesar de compreender inúmeros problemas, inclusive estruturais, se apresenta como espaço que dispõe de atributos para a produção e reprodução do agricultor familiar no seu espaço, para fomentar o desenvolvimento rural.

Para além da identificação dos aspectos que configuram as associações do município, deve-se sempre retomar o entendimento teórico conceitual e a sua aplicabilidade em diferentes contextos. Conforme discutido no decorrer do texto, a existência de associações em determinada localidade não afirma a consolidação do associativismo, sendo o último como a prática desenvolvida nos moldes da participação democrática alinhada a todos os princípios elencados acima. Nesse caso específico do município de Anagé – BA nota-se a interessante expressividade em quantidades de associações com práticas consideráveis, porém, limitadas no contexto do associativismo. Todavia, é essencial compreender que dentro do processo histórico social do espaço rural brasileiro, e especificamente do agricultor familiar, as organizações associativas do município representam uma significativa via para a diminuição das privações de liberdade destes sujeitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das dinâmicas entrelaçadas no espaço rural se constitui como tarefa complexa, porém se faz necessário para a análise coerente do processo de produção e reprodução do espaço geográfico. Intrínseco às dinâmicas do rural se encontra a agricultura familiar, categoria social de grande significância que carrega um peso histórico ligado às privações de liberdades enfrentadas ao longo do tempo. Todavia, ela se encontra em um processo de luta via organizações coletivas, a exemplo do associativismo no qual são desencadeadas estratégias que possibilitem a conquista de direitos básicos sociais dentro de um processo que deve ser analisado cuidadosamente e considerar toda pluralidade do país.

Assim, o estudo centrado na perspectiva da ciência geográfica permite um olhar abrangente no desvendar das interações e relações sociais, econômicas e culturais que produzem, de diferentes formas, o espaço e especificamente o espaço rural brasileiro.

A pesquisa teve como objetivo a análise da relação entre o associativismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento rural na produção do espaço do município de Anagé, Bahia. Nessa quadra, traz-se informações sobre a agricultura familiar e o associativismo no município de Anagé-BA ao investigar a organização dos agricultores familiares no município e como se desenvolve o associativismo rural no contexto dessa categoria.

A investigação comprova a expressividade em quantidade de associações, não apenas como um fator quantitativo, mas também como um conjunto de práticas que representam e possibilitam mudanças a nível local, mesmo com todos os problemas e limitações que as impedem de atingir o real associativismo.

Anagé é um município de pequeno porte do estado da Bahia, onde predomina a população rural e a agricultura familiar. Ele, assim como em muitos municípios de mesma configuração socioespacial no país, apresenta dinâmica deficitária relacionada à falta de infraestrutura e baixo desenvolvimento, o que contribui para a crescente diminuição da população do município, principalmente do espaço rural pela falta de oportunidades e incentivos. Dessa forma, o agricultor familiar necessita buscar meios, encontrados nas organizações associativas, que proporcionem ações que garantam melhorias para a sua produção e reprodução no meio rural. Nesse sentido, a prática associativa no município se expressa pela percepção de que os

agricultores familiares conseguem buscar melhorias que impulsionam o desenvolvimento rural, mesmo em um município de baixos índices de desenvolvimento.

Nota-se que o surgimento das associações rurais no município de Anagé - BA foi um fenômeno impulsionado pelo objetivo de intermediação entre as comunidades e o poder público, fator de influência significativa no processo da descentralização de decisões no município. Entretanto, por meio da análise, percebe-se, dentro da diversidade de entidades, a seriedade no desejo do agricultor familiar na organização e na coletividade e concomitantemente a existência de algumas associações que estão buscando ampliar a prática associativa baseados na sua própria percepção das ações que limitam o desenvolvimento das mesmas.

De modo pontual, a sistematização dos dados pesquisados revelou diversos problemas e desafios que enredam as associações de Anagé, como:

- a forma de concepção da representatividade das associações tanto pelos associados, como por não associado, que, em sua maioria, acreditam que desempenham apenas o papel de mediar à conquista de benefícios do governo, materiais e individuais;

- a baixa escolaridade dos associados que, na verdade, acaba sendo um fator resultante de diversos outros problemas. Este fator ocasiona limitação no desenvolvimento da prática em diversos pontos, como no caso da elaboração de documentos (ofícios, atas, projetos e etc.) inerentes à mesma, bem como a dificuldade entendimento e absorção de assuntos em palestras e reuniões, limitando a socialização e discussão crítica. Contudo, é essencial destacar que, apesar da falta de ensino básico formal, existem sujeitos que conseguem, de alguma forma, adquirir uma formação política social dentro das proporcionalidades da prática associativa;

- a ausência da participação dos jovens, categoria vulnerável e que tem muito a acrescentar às associações e à sociedade como um todo nesses espaços de discussões;

- a falta de reconhecimento e ações vinculadas à prática associativa do poder público local. Quando ocorrem, são transbordadas de interesses políticos partidários, processo que contribui para a descrença e desconfiança sobre qualquer representantes do poder público.

- a crescente diminuição do número de associados, resultante do arrefecimento e extinção de políticas públicas que beneficiam o agricultor familiar. Fator intimamente relacionado à falta de conhecimento, autonomia e consciência associativa, uma vez que os associados que deixam de participar justificam a falta de aquisições individuais.

São claros os muitos desafios que perpassam a prática associativa rural no município de Anagé – BA, portanto a análise e discussão geram a possibilidade de reconhecer sinais para a elaboração de soluções processuais e respectivamente para o alcance do associativismo.

A investigação também revela que, apesar de todas as dificuldades entrelaçadas a organização associativa no rural de Anagé, os agricultores têm conseguido mínimas, porém significativas, mudanças no cenário social de suas vidas e do município. Nesse contexto, destaca-se reflexos importantes como:

- o desejo e capacidade, mesmo dentro das limitações, de se organizar frente a uma lógica capitalista crescente. Este desejo é refletido, também, pela procura da legalidade das entidades, expressa pelo cumprimento dos deveres legais exigidos enquanto instituições. Salienta-se aqui, também, a visão, por parte dos agricultores, de que para conseguir melhorias deve-se optar pela união de forças por intermédio das associações;

- a perspectiva coletiva do agricultor familiar na construção da consciência relacionada ao reconhecimento dos direitos e deveres básicos que devem ser garantidos à população e no modo de cobrança e reivindicação dos mesmos;

- apesar da predominância do pensamento equivocado sobre associação apenas como mediadora de benefícios governamentais nota-se a existência de associados que entendem, ou conseguem entender ao longo do processo participativo, que o associativismo é muito mais amplo e tem a capacidade de proporcionar diversos benefícios que não se limitam apenas a ganhos materiais;

- a prática associativa desenvolvida no município proporcionou, para alguns associados, mesmo aqueles que não possuem o ensino básico formal, um tipo de formação política que os garante uma visão mais ampla, dentro do quadro cívico, de direitos e deveres políticos e sociais, expandindo assim os seus conhecimentos;

- as instituições e entidades parceiras, especialmente o CMDS, UAMA e SINTRAF, desempenham um papel primordial para as associações no tocante à integração que, por meio de socializações de experiências, demandas,

informatividade e ações, podem garantir práticas mais consistentes no associativismo;

- as aquisições facilitadas pelo associativismo, apesar de tudo, estiveram e estão vinculadas às demandas das comunidades, contribuindo, assim, para a melhoria de vida do agricultor;

- mesmo que de forma opaca, a expressividade associativa rural no município de Anagé proporciona maior visibilidade às comunidades rurais, pois no município há o predomínio do rural, espaço que sempre foi desassistido com relação ao urbano.

À vista disso, o olhar proporcionado pela ciência geográfica possibilita afirmar que as relações, as atividades e as experiências da prática associativa no município de Anagé – BA influenciam sim no processo de desenvolvimento das localidades e, concomitantemente, no desenvolvimento rural, visto que tem permitido a quebra de padrões tradicionais ao dar voz e vez aos menos favorecidos, através da participação que garante transformações dentro das comunidades rurais, no contexto do agricultor familiar munícipe.

Ao considerar que o espaço geográfico é produzido pelas atividades sociais, econômicas e culturais, afirma-se que as intensas relações que envolvem toda a dinâmica associativa dos agricultores familiares são influenciadoras no processo de produção e reprodução do espaço de Anagé – BA, porque a fluidez dessas relações reflete direta e indiretamente na configuração sócioespacial de todo o município.

Todavia, é importante lembrar que ainda há muito a ser feito para as associações atingirem o nível do real associativismo, o que irá influenciar de forma mais potente e coesa no processo de desenvolvimento rural. Dentro dos diversos caminhos e ações que devem ser desencadeadas, pode-se propor iniciativas que, pela estrutura de articulação e conhecimento, viavelmente sejam advindas das instituições parceiras (CMDs, UAMA e/ou SINTRAF). Assim, depois da realização de visitas para colher informações de cada associação, através de planos de ações, cria-se uma agenda de acompanhamento que abarque e levante discussões relacionadas ao verdadeiro significado do associativismo e o seu papel dentro das comunidades rurais, além de reflexões acerca dos desafios que enredam a prática no município, sempre levando em conta as especificidades de cada comunidade.

Iniciativas como essa, aparentemente simples, podem contribuir indubitavelmente para a melhoria da prática associativa do município de Anagé na

perspectiva de trabalhar um dos pontos mais importantes e carentes para a consolidação do associativismo no município: a concepção e conscientização da população sobre o mesmo.

Finalmente, mas não finalizando conclusões, o presente estudo se doa como uma considerável fonte de informações sistematizadas e pertinentes no caminho para a compreensão da realidade associativa no espaço rural de Anagé e para criação de iniciativas, como a proposta anterior, e, inclusive, para um olhar mais analítico e cuidadoso do poder público municipal. Além disso, espera-se que a presente análise, ancorada no olhar aguçado da ciência geográfica, sirva de incentivo e instrumento para o surgimento de novos estudos que se aproximem da significativa temática.

É importante acentuar que, mesmo ao elaborar as considerações finais, a investigação não se finda por aqui, pois a análise das relações sociais imbuídas na realidade é de extrema complexidade e está em curso constante.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva** – Abr/jun, vol. 11, nº2:73-78, 1997.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. São Paulo: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n.702). Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Terra Livre**, São Paulo: AGB, nº 15, 2000. p. 86-112. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/362/3441>>. Acesso em: 10 de mai. 2018.

ALMEIDA, Rhaiany Zavarize Dala Costa de. **Associativismo na agricultura familiar e capital social: uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro**. CONINTER 3, Salvador BA: UCSal, 2014, n.3, v. 2, p. 385-402. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2002/25.%20ALMEIDA.pdf>>. Acesso em: 07 de mai. 2018.

ARAÚJO, Gilvan. C. C; JUNIOR, Danete F. C. R. **As representações sociais no Espaço Geográfico**. GEOTemas, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 2, n.1, p. 87-98, jan./jun., 2012. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=39957>>. Acesso em: 05 de out. de 2017.

AVRITZER, Leonardo (Org). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Sociedade civil e participação social no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/1b1f265f82523b57537f1cfac0b66dee.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 22, pp. 65 - 72, 2007. Disponível em: <www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066/77708>. Acesso em: 05 de out. de 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, jan./ jun. 2002, p. 161-178.

CANTERLE, Nilsa Maria G. **A prática associativa e seus atores no processo de desenvolvimento**. Gestiópolis, 2004. Disponível em: <<https://www.gestiópolis.com/a-pratica-associativa-e-seus-atores-no-processo-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 27 de mai. de 2018.

CLEMENTE, Evandro Cesar. **O desenvolvimento em questão: Análise do Programa Microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP**. Curitiba: CRV, 2017, 290 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1992, p. 115-121.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Fabio Rodrigues. **O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação**. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 6, n. 1, p. 63- 79, 2014, ISSN: 2177- 3300. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/21996>. Acesso em: 05 de jan. de 2018

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**. XLII, 84, 2007.

Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico] / **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. v. 1 (2000 -). – Salvador: SEI, 2012.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados** 24 (68), 2010, p. 229 – 319. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/21.pdf >. Acesso em: 10 de mai. 2018.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002.

GAMBERLINE, C. B. Reflexão Sobre Participação Social: barreiras e estratégias. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 165-178, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.../34936>. Acesso em: 8 Jan. 2019.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006. Disponível em: <repositorio.unb.br/handle/10482/6650?mode=full>. Acesso em: 11 de mai. 2018.

GIOMETTE, A. B. R; PITTON, S. E. C; ORTIGOZA, S. A. G. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território**. UENESP, v. 9, 2010, p. 33-40. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2017.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRISA, Cátia. O Desenvolvimento Rural brasileiro em tempos de crise. **Sul 21**, 2017. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2017/12/o-desenvolvimento-rural-brasileiro-em-tempos-de-crise/>>. Acesso em: 10 de mai. 2018.

GRISA, Catia; KATO, Karina; ZIMMERMANN, Silvia A. O rural contemporâneo nas políticas públicas brasileiras. **Cronos**: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.4 - 22 jul./dez. 2013. < <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2017/12/o-desenvolvimento-rural-brasileiro-em-tempos-de-crise/>>. Acesso em: 10 de mai. 2018.

LAURENTI, A. C., DEL GROSSI, M. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. (1999) In: CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 1. Disponível em: < http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/pess_ocupbrasil.pdf >. Acesso em: 28 de mar. de 2018.

LEFEBVRE, Henri. Proposito da obra; O espaço social. In. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LEONELLO, João Carlos; COSAC, Claudia Maria Daher. O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. 2009. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiadariadahercosac.pdf>. Acesso em 23 de mai. De 2018.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106128>>. Acesso em: 23 de mar. De 2018

LISBOA, Acssuel de Sousa; ALCANTARA, Fernanda Viana de. **Agricultura familiar e associativismo rural no município de Anagé-BA**. XXIII ENGA – USF, 2016, 15 p.

LÜCHMANN, L. H. H. **Associativismo e democracia: um estudo em Florianópolis**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016, 133 p.

_____. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Rev. Sociol. Polit.** vol.20 no.43 Curitiba Oct. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000300004> >. Acesso em: 9 Jan. 2019.

MANESCHY, M. C., M. L. S. MAIA, e M. de F. C. da CONCEIÇÃO. 2008. **Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida**. Novos Cadernos NAEA 11(1): 85-108.

MARQUES, M. S; PEREIRA, P. H. M. Sociedade Civil e Participação: A Influência das Ongs na Democracia Brasileira. **SNPGCS**, 2011. Disponível em: <periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1542/1134>. Acesso em: 13 Jan. 2019.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo. Ano 18, n. 19, jul/dez 2002, p. 95-112. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeuVsAK/conceito-espaco-rural-questao>>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

MICHELLON, Ednaldo; GIMENES, Tania Izelli. **O Novo Rural: teoria e estudo de caso**. UEM, s.d, 20 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/829.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**, 20^a ed. São Paulo, Annablume, 2005.

NEUMANN, Pedro Selvino; LOCH, Carlos. Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas. **Ciência Rural**, vol.32, n° 2 Santa Maria, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782002000200010>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

NEUMA, Estevão; FARJADO, Sergio; MARIN, Mario Zasso. **As transformações recentes no espaço rural brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990**. RA'E GA - O Espaço Geográfico em análise, Curitiba vol. 4, p. 191-208, agosto 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319280041_AS_TRANSFORMACOES_RECENTES_NO_ESPACO_RURAL_BRASILEIRO_ANALISES_DO_PAPEL_DO_ESTADO_NAS_POLITICAS_DE_DESENVOLVIMENTO_RURAL_DAS_DECADAS_DE_1970_A_1990>. Acesso em: 13 de out. de 2017.

NILSO, Francio, PICOLI, Fioreli, SOUZA, Ivonete. **Agricultura Familiar: trabalho, rena e associativismo**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2016, 177 p.
PEDREIRA, Josivaldo Seixas *et al* . **Plano Municipal De Educação- 2012/2022 – Anagé (Ba)**. 106 p. SEMEC, 2012.

PEDREIRA, Josivaldo Seixas *et al* . **Plano Municipal De Educação- 2012/2022 – Anagé (Ba)**. 106 p. SEMEC, 2012.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **REVISTA NERA** - ANO 7, N. 4 – JANEIRO/JULHO DE 2004, p. 20 – 28. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1477-4323-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09 de fev. de 2018.

SANTOS, C. R; PERES, O. C. Democracia Associativa: o papel da Associação de Moradores do Itararé (The-PI) na construção e execução do orçamento popular. **Conexão Política**, Teresina v. 5, n. 2, 79 - 96, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/35324666/DEMOCRACIA_ASSOCIATIVA_O_PAPEL_DA_ASSOCIACAO_DE_MORADORES_DO_ITARARE_THE-PI_NA_CONSTRUCAO_E_EXECUCAO_DO_ORCAMENTO_POPULAR>. Acesso em: 9 Jan. 2019.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____ **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

_____ **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: editora da USP, 2012.

SANTOS, N; CUNHA, L. Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal. **VI Congresso de Geografia Portuguesa**. 2007, 17-20 outubro. Lisboa. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/236855769_Novas_Oportunidades_para_o_Espaco_Rural>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

SANTOS, José Antonio Lôbo. **Implicações do Pronaf Na Produção do Espaço Rural do Município de Feira de Santana–Ba (1999/2006)**. Dissertação – IG-UFBA, 2007, p. 180. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br> > ... > Dissertações de Mestrado (POSGEO)>. Acesso em: 27 de out. 2017.

SANTOS, José Antonio Lôbo. *O Conceito de Espaço Rural e as Políticas de Governo no Brasil*. **Revista Discente Expressões Geográficas**, nº 07, ano VII, p. 95 - 110. Florianópolis, junho de 2011.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura Familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e II Simpósio Internacional Savanas Tropicais, p. 33-60, 2010. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio_pc210/projeto/palestras/capitulo_32.pdf>. Acesso em: 06 de abr. de 2018.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, Fortaleza, CE. Anais... Fortaleza, CE: SOBER, 2006. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/ags/sobr06/145064.html>>. Acesso em: 17 de jun. de 2018.

SCUASSANTE, P. M. A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito? **Âmbito Jurídico.com.br**, Rio Grande, 2018. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6652>. Acesso em: 8 Jan. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Lauro Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. O Novo Rural Brasileiro. Oficina de Atualização Temática: **Ocupações Rurais Não-Agrícolas**, 1997, p. 165 – 173.

SILVA, R. K. **A evolução do conceito de espaço geográfico**. UFSM, 2012. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/304965186/A-Evolucao-do-Conceito-de-Espaco-Geografico>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

SIMÕES, Gabriel Lima; SIMÕES, Janaína Machado. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, ago. 2015. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-departicipacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>>. Acesso em 15 de dez. de 2018.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**. s.d, p. 67 – 79. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/9908885-As-politicas-neoliberais-vem-se-tornando-cada-vez-mais-hegemonicas.html>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

SMITH, Neil. **A produção do Espaço**. In: Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988, p. 109-139.

SPERRY, Suzana, CARVALHO Júnior, Carlos H. T. & MERCOIRET, Jacques. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Distrito Federal: Embrapa, 2003. 150 p.

STEGE, A. L.; PARRÉ, J. L. Fatores que determinam o desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil. *Confins* [Online], 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/8640?lang=pt>> . Acesso: 15 abril. 2018.

TEIXEIRA, M. A. LAGES, V. N. Transformações no Espaço Rural e a Geografia Rural: Idéias para discussão. **Revista Geografia**. (São Paulo), v 14. P. 9-33. 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236855769_Novas_Oportunidades_para_o_Espaco_Rural>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

TESTA, Vilson Marcos. **Importância da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/TESTA-Vilson-Marcos-A-Import%C3%A2ncia-da-Agricultura-Familiar.pdf>>. Acesso em: 25 de Set. de 2017.

TONELLA, Celene. Participação social cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 158-189, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/download/6441/4560>>. Acesso em: 8 Jan. 2019.

TONIASSO, H. R. **Agricultura Familiar e Associativismo Rural – o caso associação harmonia de agricultura familiar de mato grosso do sul e a sua sustentabilidade**. Informe Gepec – Vol. 12, nº 2, jul/dez. 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. **A dimensão rural do brasil**, 2002, p. 16. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeuVsAK/conceito-espaco-rural-questao>> . Acesso em: 21 de mar. de 2018.

VEIGA, S. M; RECH, D. **Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001, 125 p.

VILLELA, Mario Hamilton. **A importância do associativismo para a pequena propriedade rural**. Agrolink, 2006. Disponível em:

< https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/a-importancia-do-associativismo-para-a-pequena-propriedade-rural_384510.html>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf> >. Acesso em: 07 de abr. de 2018.

WANDERLEI, M.N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: as implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília, DF: IICA, 2013. v. 21. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável), p. 413-464. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeuVsAK/conceito-espaco-rural-questao>>. Acesso em: 05 de abr. de 2018.

WEISHEIMER, N. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Revista Olhares Sociais**, UFRB: Bahia, v. 2, n. 2, p. 51-78, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeuVsAK/conceito-espaco-rural-questao>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo**

**PESQUISA DE MESTRADO: ASSOCIATIVISMO RURAL: ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ-BA**

QUESTIONARIO PARA DIRIGENTES

QUESTIONARIO Nº			
-----------------	--	--	--

Associação: _____

Local (Povoado): _____

Identificação do entrevistado

- 1- Nome: _____ Apelido: _____
 2- Idade: _____ Cargo: _____
 3- Sexo: () 1- Masculino () 2- Feminino

Dados sobre a associação:

- 1- Qual o tempo de existência da associação? _____
 2- Numero de associados? _____
 3- Você sabe como surgiu ou quem deu início à associação?

4- Como é formada/constituída a direção da associação? _____

Sobre a sua participação:

- 2- Participa há quanto tempo? _____
 3- Há quanto tempo está no cargo? _____
 4- Como você chegou ao respectivo cargo?
 () escolhido (voto) () indicado Por quem? _____
 5 – Já participou de outra associação antes da atual?
 () Sim Qual? _____ Não()
 6- Se sim, por que se desligou da associação anterior?

7- Já ocupou outros cargos na Associação anteriormente? Se sim, em qual? Qual/quais?

6- Qual a frequência das reuniões da associação?

- () mensalmente
 () de dois em dois meses
 () duas vezes ao mês
 () só quando surge alguma necessidade especial.

6.1 Há reuniões da diretoria?

- () Sim () Não

6.1.1 Se sim, qual a frequência das reuniões da diretoria da associação?

- () quinzenalmente
 () mensalmente
 () de dois em dois meses

- duas vezes ao mês
 só quando surge alguma necessidade especial.
 outros _____
- 7- Como é a participação dos associados nas reuniões?
 Apenas assistem
 Não têm poder de voto
 Têm poder de voto
 Podem opinar
 Não podem opinar
- 8- Quais são as principais questões discutidas nas reuniões?
 Agricultura
 Projetos para agricultura familiar
 Comercio/ comercialização
 Credito
 Política
 Outros _____
- 9- Quais são as prioridades/objetivos da Associação?

10- A associação recebe algum incentivo financeiro?

sim não

10.1- Se sim,

Qual? _____

Fonte: _____

11- Você acha que existe influencia politica na Associação?

Sim.

Como? _____

Não

11.1- Qual a sua opinião sobre isso? _____

12- Você acha o associativismo importante?

Sim Não

Porque? _____

13- Qual o papel da associação para a comunidade local?

14- Na sua visão, quais as principais dificuldades enfrentadas pela associação?

15- A associação participa ativamente do CMDS?

Sim Não

16- Você acha o CMDS importante para a associação?

Sim Não

Se sim,

porque? _____

16- Descreva, em uma palavra, o que associação representa pra você. _____

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo**

**PESQUISA DE MESTRADO: ASSOCIATIVISMO RURAL: ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ-BA**

QUESTIONARIO PARA ASSOCIADOS

QUESTIONARIO Nº

--	--	--

Associação: _____

Local (Povoado): _____

Identificação do entrevistado

4- Nome: _____ Apelido: _____

5- Idade: _____

6- Sexo: () 1- Masculino () 2- Feminino

Dados da família do associado entrevistado

1- Condição do entrevistado em relação à família: *(Marque com X)*

	1. Chefe da família
	2. Esposa/marido do(a) chefe da família
	3. Filho(a) do(a) chefe da família
	4. Outros

2- A renda ou os gastos em dinheiro de sua família é proveniente de:

a) () Produção agrícola / pecuária / pesqueira / extrativista própria

b) () Trabalho agrícola para terceiros (safrista, temporário etc.)

c) () Trabalho não-agrícola (serviços, comércio ou indústria)

d) () Artesanato / manufatura

e) () Aposentadoria ou pensão

f) () Programas de transferência de renda (Bolsa família etc.)

g) () Outras fontes de renda. _____

3- Você produz em sua propriedade?

() Sim () Não

Se sim, quais os principais produtos? _____

O que o Sr.(a) produz no seu lote é...

	1. Somente para consumo.
	2. Somente para vender.
	3. Para o consumo e para vender

Se não, por quê?

3- Realiza atividade pecuária: () Sim () Não.

Se sim, criação de:

() caprin

() ovino

() equinos

() bovino

() suínos

() aves

() outras. Quais? _____

Dados sobre a prática associativa

1-Você acha importante participar da Associação?

() Sim () Não

2- Participa ativamente da associação? () 1- Sim () 2- Não

3- Há quanto tempo? _____

4- Paga algum valor mensal? () 1- Sim () 2- Não / Se sim, quanto? _____

5- Como você teve conhecimento da Associação?

() Convite da diretoria da própria Associação

() Através de Amigos

() Igreja

() Anuncio em cartaz

6- O que motivou a sua participação na Associação?

() A necessidade de participar para aposentar

() O interesse em conseguir auxílios e projetos

() Influencia de outra pessoas

() Adquirir informações

() Ser mais reconhecido

() Ficar mais informado

7- Como é a sua participação na Associação?

() Apenas assiste

() Não tem poder de voto

() Tem poder de voto

() Pode opinar

() Não pode opinar

8- Depois que começou a participar:

() Melhorou

() Piorou

() Ficou igual a antes de participar

9- Associação facilitou o acesso a/ao:

() PRONAF

() Informações

() Assistência técnica

() Capacitação técnica

() Projeto Luz Para Todos

- Cisternas
- Habitação rural
- Garantia Safra
- Outros. _____

10- Quais as principais questões discutidas nas reuniões?

- Agricultura
- Projetos para agricultura familiar
- Comercio
- Crédito. Qual ? _____
- Política
- Outras. _____

11- A participação na associação influencia de alguma forma na renda da família??

- Sim Não

Se sim, de que forma?

11- Você é ouvido na Associação?

- Sim Não

12- Você acha que existe influencia politica na Associação?

- Sim Não

12.1- Qual a sua opinião sobre isso? _____

13- De 1 a 10, avalie o grau de importância da associação pra você? _____

13- Em sua opinião, o que falta nessa associação pra ser melhor do que é?

- Não tem o que melhorar
- Maior número de associados
- Maior participação dos associados
- Melhor gestão da diretoria
- Reconhecimento e apoio dos gestores do município
- Mais informações para os associados
- Educação associativa e politica por parte dos associados
- Outros. _____

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo**

**PESQUISA DE MESTRADO: ASSOCIATIVISMO RURAL: ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
ANAGÉ-BA**

**Roteiro de entrevista (semiestruturada) para entidades parceiras das
associações do município de Anagé-BA**

Entidade: _____

Identificação do entrevistado

- 1- Nome: _____ Apelido: _____
2- Idade: _____
3- Cargo: _____
4- Sexo: () 1- Masculino () 2- Feminino

De forma geral, qual o papel da entidade no município de Anagé-BA?

Como o senhor(a) desempenha seu papel?

O senhor(a) acha o associativismo rural como prática importante no município? Por quê?

Qual a relação desta entidade com as associações rurais do município?

O senhor(a) conhece a realidade das associações do município? Como é?

De forma geral, como o senhor analisa a caminhada das associações em Anagé?
Em uma perspectiva de sobrevivência, de busca mínima de melhoria de vida, ou na perspectiva econômica?

O associativismo rural no município enfrenta dificuldades? Quais?

Se houver dificuldades, em sua opinião qual o caminho para supera-las?